

Público



Catalunha

Puigdemont quer chegar ao parlamento rodeado de apoiantes

Mundo, 14



Investimento

Em 2023, a fatia orçamental do Governo para a ciência recuou a valores de 2014

Ciência e Ambiente, 23

Iniciativa Liberal

Tiago Mayan diz que a IL está “absolutamente impreparada” para as autárquicas

Política, 8

CP surpreendida com anúncio do ministro para a alta velocidade

Corte no número de automotoras a adquirir pela empresa apanhou administração de surpresa

Segundo apurou o PÚBLICO, as declarações de Miguel Pinto Luz, sobre encurtar a encomenda de automotoras a comprar, surpreenderam a própria administração da CP, que já tinha apresentado à tutela o plano de negócios para a alta velocidade, embora fosse omissa acerca da quota de mercado que poderia obter. Na altura, o governante não manifestou qualquer opinião negativa sobre o que lhe foi exposto. O ministro defendeu a sua posição por o Governo ser “contrário à existência de monopólios **Economia, 18 e Editorial**

Garcia Pereira

“O Ministério Público foi-se tornando um Estado dentro do Estado”

P2 Verão



Saúde

Concorrência dos ginásios esgota sensores para diabéticos

Vários diabéticos têm-se queixado de ruptura de stock. Desportistas usam sensor para “melhorar o desempenho físico” **Sociedade, 10**

Lisboa

Tribunal autoriza linha vermelha do metro

Local, 13

Trabalho

Emprego atinge novo máximo e desemprego recua para 6,1%

O emprego atingiu um novo máximo histórico, aproximando-se dos 5,1 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2024 **Economia, 19**

Cetamina já é utilizada em cinco hospitais nos casos de depressão resistente

É utilizada nos tratamentos da depressão mais resistente em Portugal há cerca de quatro anos. O São João já oferece abordagem terapêutica com cetamina

Amílcar Correia

Há já cinco serviços públicos de Psiquiatria em Portugal que utilizam cetamina para tratamento de depressões mais resistentes. Os hospitais Beatriz Ângelo, Júlio de Matos e o Centro Clínico das Janelas Verdes, na Grande Lisboa, foram os primeiros a fazê-lo. Mais recentemente, foi a vez de o Hospital de Magalhães Lemos, no Porto, adoptar aquela substância nos seus tratamentos e, desde esta semana, do serviço de Psiquiatria do Hospital de São João, na mesma cidade.

Esta nova abordagem terapêutica foi introduzida neste estabelecimento de saúde pelo psiquiatra Pedro Sousa Martins. O médico aproveitou a sua experiência de estágio numa clínica de Berlim, na Alemanha, dedicada à utilização de substâncias psicadélicas para tratamento de depressões, para propor um protocolo clínico com base nessa experiência pessoal.

“Propus um protocolo fundamental, em 2022, com base na literatura internacional, que até agora tem acumulado ainda mais evidência”, expli-

ca ao PÚBLICO, “que foi aprovado pela comissão de farmácia, comissão de ética e direcção de serviço de Psiquiatria do São João”.

As propriedades psicadélicas da cetamina tanto têm servido para a diabolizar no passado, como para suscitar novas investigações e usos no presente. A cetamina era, de início, um medicamento anestésico, na década de 60. O facto de várias pessoas relatarem sonhos intensos ao acordar fez despertar a curiosidade pelas suas potencialidades psicadélicas. Mas é, precisamente, nessa década, abanada por uma contracultura em tempos de guerra do Vietname, que as substâncias chamadas “psicadélicas” foram proibidas, assim com a sua investigação científica. Michael Pollan explica o resto em *How to Change Your Mind* (que deu origem a um livro e a uma série televisiva). A cetamina ressurgiu, já neste século, como antidepressivo rápido.

Num contexto em que os tratamentos de Psiquiatria têm vindo a estabilizar em função de um lote de substâncias constante há décadas, o recurso à cetamina tem sido estudado como abordagem terapêutica em casos de depressão mais resistentes,

para as quais os antídotos mais clássicos têm sido ineficazes.

Pedro Sousa Martins relembra que o Prozac, uma novidade da década de 90, foi o último medicamento importante, deste género, a surgir no mercado e que a descoberta de novas moléculas, mais recentemente, não é totalmente inovadora.

“Há outro tratamento não farmacológico que saiu recentemente; portanto, há um avanço mais recente, que é o da estimulação magnética transcraniana, com a qual eu também trabalho no Hospital de São João”, observa.

O psiquiatra esclarece que o Hospital de São João oferece, para além da cetamina, outras metodologias de tratamento com mais garantias de eficácia no tratamento da depressão resistente. Uma delas é a já citada estimulação magnética transcraniana e a outra é a eletroconvulsivoterapia, vulgarmente designada como “electrochoques”, por ser um tratamento no qual são introduzidas alterações na actividade eléctrica do cérebro através da passagem da corrente eléctrica.

Os pacientes são admitidos ou não em função de uma série de critérios,

acrescenta, que tanto podem ser “características individuais, características do quadro clínico e das modalidades terapêuticas que a pessoa já tentou previamente”.

Angélica ou psicadélica?

A cetamina começou a ser utilizada nos tratamentos da depressão, pela primeira vez, no Hospital Beatriz Ângelo, há cerca de quatro anos. Os resultados dos ensaios a nível internacional ajudaram a reunir provas científicas sobre a substância, a que ela fosse considerada nas linhas de recomendação internacionais de tratamento, e a afastar dogmas.

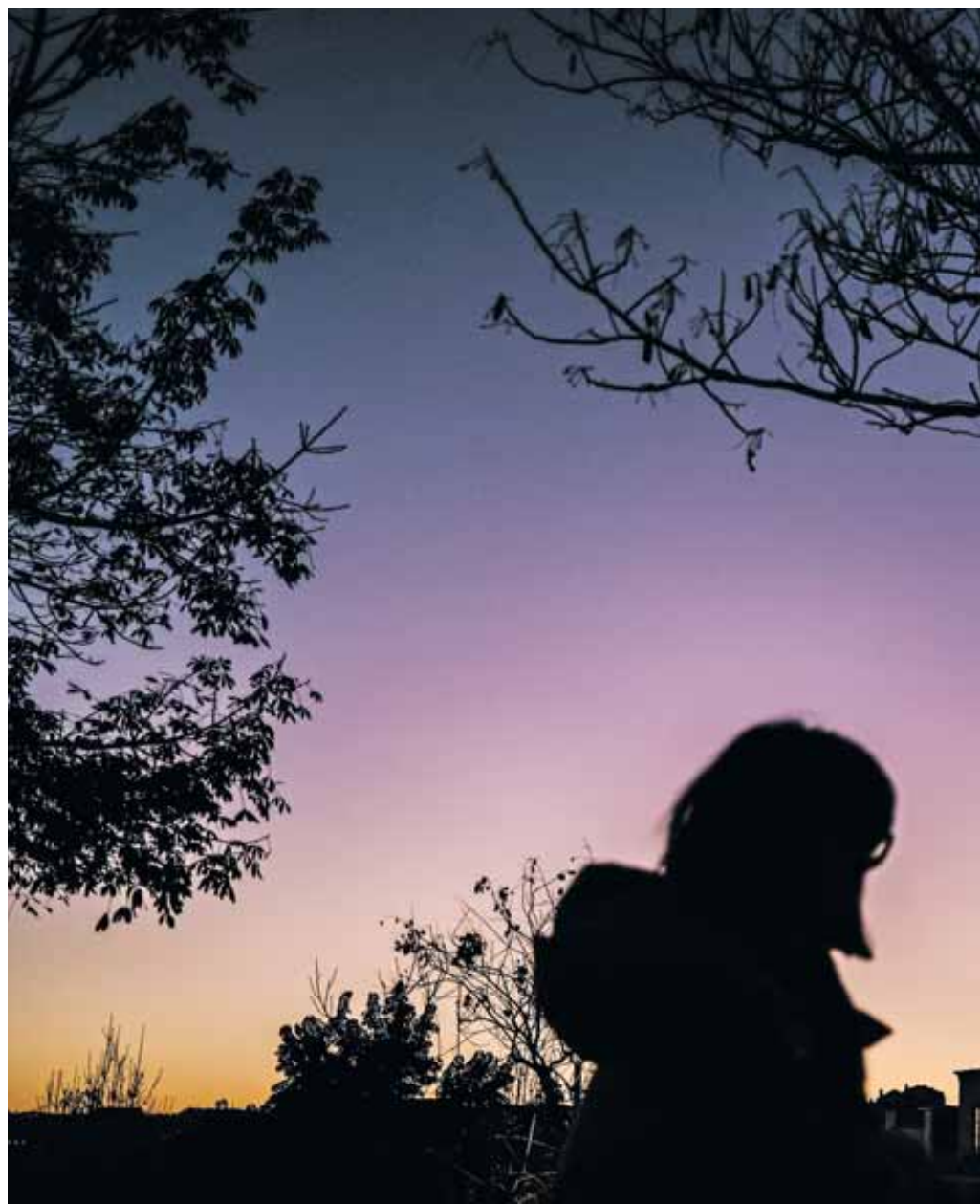
Na prática, o facto de a cetamina fazer parte das principais orientações de tratamento da depressão no Canadá, na Austrália e de reconhecidos organismos dos EUA e Reino Unido permitiu aos hospitais portugueses “oferecer um tratamento que já faz parte das recomendações, apesar de não estar oficialmente aprovado”, esclarece o psiquiatra Pedro Castro Rodrigues. Trata-se de um uso *off-label*, isto é, um medicamento que é usado para uma indicação diferente daquela para a qual foi aprovado.

Como diz o coordenador da Unida-

de de Depressão Resistente do Hospital Júlio de Matos, o “médico não tem de se limitar à prescrição só do que está formalmente aprovado para cada indicação”. Pedro Castro Rodrigues considera importante que este tratamento exista no Serviço Nacional de Saúde, sem custos para os pacientes e prevê que novos serviços venham a ser criados num futuro próximo.

Essa utilização decorre, portanto, da acumulação da prova científica resultante de ensaios clínicos e a sua administração *off-label* está já estabelecida nas principais *guidelines* internacionais do tratamento destes casos mais resistentes a outras terapêuticas para a depressão. Um desses ensaios teve lugar no Hospital de Júlio de Matos, tendo levado a concluir que os sintomas de depressão foram reduzidos em 70% dos casos de doentes com depressão resistente. Talvez mais revelador tenha sido o facto de metade dos doentes permanecerem sem sinais de depressão três meses após a conclusão do tratamento.

Os tratamentos com cetamina têm vindo a ser progressivamente disponibilizados em centros clínicos de todo o mundo, como faz notar a SPACE, uma associação científica criada





MIGUEL MANÇO

EMA disponível para acelerar aprovação de medicamentos

A EMA (Agência Europeia de Medicamentos) publicou o relatório de um *workshop* sobre substâncias psicadélicas, em Abril passado, no qual reconhece que há uma rápida evolução da utilização da cetamina em novas abordagens terapêuticas, que se traduzem no aumento do número de ensaios clínicos.

“Embora o potencial terapêutico dos psicadélicos esteja a ganhar reconhecimento entre clínicos e reguladores, o desenvolvimento de medicamentos psicadélicos seguros e eficazes é um processo complexo”, lê-se no relatório citado. Os peritos da EMA estão de acordo quanto à necessidade de reduzir as “lacunas de conhecimento na área” e de gerar “dados confiáveis e válidos”.

No fundo, a preocupação da agência do medicamento passa pela articulação entre a investigação dos tratamentos com esta substância e a produção de medicamentos com propriedades psicadélicas seguras e eficazes, de modo a “facilitar a sua implementação no arsenal terapêutico”. Existem ainda vários obstáculos a que tal aconteça. Desde as restrições à sua produção ao facto de estas substâncias estarem legalmente sob controlo, da necessidade de envolvimento dos órgãos que regulam os profissionais de saúde às dúvidas sobre a relação custo-eficácia para efeitos de participação nos serviços de saúde nacionais.

A EMA mostra-se disponível para colaborar no desenho dos ensaios clínicos e assim acelerar e facilitar a aprovação de novos medicamentos. O psiquiatra Pedro Castro Rodrigues considera que há uma diferença substancial entre a EMA e a sua congénere dos EUA, a FDA, que é a “abertura para lidar com a componente psicoterapêutica do tratamento”. “A EMA reconhece que estas são substâncias particulares, no sentido em que são diferentes de muitos outros medicamentos”, prossegue o psiquiatra, “e que as intervenções incluem uma componente medicamentosa e uma componente psicoterapêutica.”

por um grupo de médicos de Psiquiatria, com a intenção de difundir o conhecimento acerca das “propriedades e potenciais utilizações de substâncias psicadélicas, substâncias naturais, sintéticas ou semissintéticas capazes de provocar estados alternativos de consciência e detentores de potencial terapêutico no âmbito da medicina clínica”.

Como a semântica importa, embora nem sempre, a diabolização das drogas psicadélicas pode gerar alguma reacção negativa por parte de quem as toma em ambiente terapêutico, um estereótipo compreensível que motiva discussão sobre o nome.

Há quem prefira chamar a estas substâncias “enteógenos”, por não possuir uma carga negativa. A palavra “psicadélico” resultou da correspondência entre o escritor Aldous Huxley e o psiquiatra britânico Humphry Osmond.

“A experiência de Huxley com a mescalina era inconciliável com a noção pejorativa de ‘drogas’”, escreve Mike Jay em *Psychonauts: drugs and the making of the modern mind*, cuja tradução (*Psiconautas*) será lançada, em Portugal, no mês de Setembro. Os 400 miligramas de cristais de

mescalina dissolvidos em água mudaram-lhe a vida numa manhã luminosa de Maio de 1953. No ano seguinte, Huxley escreveria o famoso livro *As Portas da Percepção*, obra canónica do movimento psicadélico.

Huxley e Osmond decidiram, por correspondência, que era necessária uma “nova palavra para resgatar a mescalina e o LSD, tanto da categoria maculada das ‘drogas’ como dos termos clínicos adoptados pelos psiquiatras, ‘alucinogénio’ e ‘psicotomimético’, que relacionavam os seus efeitos com os sintomas de esquizofrenia”.

Ambos tinham um capricho em comum: todas as mensagens trocadas rimavam umas com as outras. O primeiro escreveu “angélico”, o segundo ripostou com “psicadélico”. Para Osmond, psicadélicos significava “manifestador da mente, um enquadramento que privilegiava associações positivas como a percepção mística, o bem-estar mental e o crescimento espiritual”, conta Mike Jay. O autor acrescenta que Huxley concordou, embora defendesse que a grafia correcta deveria ser “psicodélicos”. Psicadélicos ou psicodélicos? A eficácia da terapia sobrepõe-se à semântica.

Doenças mentais

Revisão científica destaca potencial dos psicadélicos no tratamento da depressão

Amílcar Correia

Os tratamentos mais inovadores para a depressão, nos últimos cinco anos, são aqueles que incluem substâncias psicadélicas como a cetamina ou a psilocibina, conclui um artigo científico publicado no *British Medical Journal* (*BMJ*) no mês passado, mas não só. Os autores do artigo fizeram uma revisão literária de dezenas de publicações científicas sobre ensaios e programas terapêuticos com aquele tipo de substâncias, que começam a acumular mais provas científicas sobre a sua eficácia no tratamento de doenças mentais.

A equipa que realizou o estudo, que inclui o português Frederico Magalhães, psiquiatra residente no Reino Unido, onde colabora com o Centre for Psychedelic Research do Imperial College London, responde, na prática, a uma encomenda científica daquela publicação. O *BMJ* solicita, periodicamente, artigos sobre o “estado da arte” de vários temas relacionados com a saúde e com a investigação científica e este em concreto incidiu sobre o ponto de situação do uso de psicadélicos.

O facto de ter incidido mais sobre a cetamina e a psilocibina prende-se, simplesmente, com o facto de constituírem substâncias com mais potencial para aprovação e consenso clínico e de serem, naturalmente, mais objecto de ensaios clínicos e de artigos científicos. O que não quer dizer que outras substâncias, com o DMT, o princípio activo da *ayahuasca*, não possam ser utilizadas para os mesmos fins. E são. Mas numa escala menor.

Os estudos sobre DMT inventariados foram efectuados, obviamente, no Brasil, onde o uso da *ayahuasca* é uma tradição ancestral. Diga-se que em Portugal existem cinco unidades de Psiquiatria que utilizam cetamina no tratamento do que se convencionou chamar depressão mais resistente. Frederico Magalhães explica que a cetamina tem uma preponderância particular, por se tratar de um produto já com aprovação farmacológica, uma vez que se trata de um anestésico. A sua utilização no tratamento de situações depressivas decorre da sua aplicação “*off-label*”, ou seja, para fins para os quais não foi concebido.

Os autores encontraram também artigos sobre o emprego da escetamina, o nome que lhe foi dado pela farmacêutica Janssen. “Não há grande diferença de efeito entre a escetamina e a cetamina; é apenas uma questão de propriedade intelectual da indús-

tria farmacêutica”. E de preço.

Sobre o uso da psilocibina, a análise do “estado de arte” refere que a sua toma em determinadas condições “leva quase sempre a uma experiência relevante do ponto de vista pessoal”. A experiência é feita em condições específicas, dentro de uma sala “especialmente preparada, com apoio psicológico, com música apropriada, com instruções para a pessoa se focar na sua experiência interior, com uma venda, por exemplo”. “E, nessas condições”, acrescenta o psiquiatra, “as pessoas acabam por ter processos interessantes, psicológicos ou autobiográficos, que podem ter muitas formas. É um tratamento terapêutico induzido por uma substância, com efeitos sintomáticos bastante rápidos, no prazo de uma ou duas semanas”. Segundo o mesmo, trata-se de “uma descoberta pessoal com alguma resolução sintomática”.

Esta revisão de literatura é um método de trabalho que se inicia pela pesquisa nas bases de dados mais



A utilização da cetamina decorre da sua aplicação para fins para os quais não foi concebida (“*off-label*”)

relevantes na área da psicologia e da medicina, como sejam a PsycInfo ou a Medline, todas elas anglo-saxónicas, partindo do pressuposto de que todos os artigos científicos relevantes são escritos em inglês, de tudo quanto diga respeito ao tema em apreço, quer seja sobre tratamentos inovadores ou emergentes.

Os investigadores começaram com cerca de 800 estudos em cada caso, excluíram a seguir os artigos com base nos critérios de inclusão e exclusão predefinidos, e restaram 103 artigos. Desses 103 artigos, 61 foram excluídos por diferentes razões, e acabaram, então, com um total de 42 estudos. “Dividimos os artigos em dois tipos de tratamento, os inovadores e os emergentes, e dentro de cada área dividimo-los ainda em intervenções farmacológicas e intervenções de neuromodulação”, explica Frederico Magalhães ao PÚBLICO. Quando se fala em neuromodulação estamos a falar de intervenções não-farmacológicas, de intervenções que interferem ou intervêm directamente sobre o cérebro e a actividade cerebral, como é o caso da estimulação magnética transcraniana e da electroconvulsivoterapia, vulgar electrochoques.

Os sinais diferentes de Pinto Luz

Editorial



Marta Moitinho Oliveira



Ainda em Maio, Pinto Luz mostrava uma atitude bem diferente face à CP. Preocupado com a impugnação do concurso para compra de comboios, o ministro disse: ‘Queremos que a CP tenha esse investimento’

O ministro das Infra-Estruturas defendeu recentemente que a CP terá de rever em baixa os seus planos de compra de comboios para a alta velocidade. O objectivo de Miguel Pinto Luz é evitar que a empresa pública tenha um monopólio. O mesmo foi dito preto no branco. O ministro construiu assim um travão para evitar que a empresa tenha, nas suas contas que não estão explicadas, 80% do mercado. A CP está surpreendida com esta decisão, visto que já tinha apresentado os seus planos para a alta velocidade ao ministro e não recebeu do governante qualquer oposição aos mesmos. A decisão do ministro representa uma mudança face à política do Governo anterior, que saneou a dívida histórica da CP e permitiu que a empresa se fosse endividar ao mercado para a compra dos comboios de alta velocidade. No fundo, ambos – Aliança

Democrática e PS – defendem a alta velocidade, mas os dois parecem escolher caminhos diferentes. Pinto Luz mostra-se mais inflexível, limitando o crescimento da empresa. “[Não é] saudável para o mercado o Estado investir tanto em comboios.” O que terá de explicar melhor é se o espaço que está a abrir neste mercado para outras empresas será para incentivar as empresas privadas – o que seria natural para quem se opõe a monopólios –, ou se o espaço que quer deixar livre neste mercado será para empresas públicas de outros países que queiram ir ao concurso. Mas o mais estranho é que, ainda em Maio, Pinto Luz mostrava uma atitude bem diferente face à CP. Preocupado com a impugnação do concurso para compra de comboios pela empresa, o ministro disse: “Queremos que a CP tenha esse investimento, a CP precisa desse investimento, e não foi nosso, vem de trás, mais uma vez

não tenho problemas nenhuns em dizê-lo aqui.” Em pouco tempo, a visão do ministro parece ter mudado e não se percebe o racional. O que também não se entende é como o ministro chegou àquela quota de mercado se o concurso ainda não fechou. Por explicar ficaram também os valores do acordo que fechou em Julho com os sindicatos que representam os trabalhadores da empresa ferroviária. O ministro considerou o protesto “legítimo” e limitou-se a dizer que, havendo verba para cobrir o que pediam, o acordo não tinha por que não acontecer. Agora sabe-se que não evitou uma nova greve às horas extraordinárias, que arranca amanhã e vai até 31 de Agosto. Pinto Luz tem de dar mais explicações sobre as áreas que tutela e, no caso da alta velocidade, justificar como declarações de sinal diferente são compatíveis com a aposta na ferrovia.

CARTAS AO DIRECTOR



As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles cartasdirector@publico.pt

O Olimpo cada vez mais alto

Se os resultados olímpicos estiverem indexados ao fomento da prática desportiva de um país, aparentemente, Portugal não tem aura nesse campo. No entanto, a realidade mostra-nos que há um número crescente de jovens que se dedicam a uma diversidade de modalidades cada vez maior. Por que razão isso não se reflecte com mais notoriedade nas competições internacionais? A alta competição está cada vez mais afinada, pelo que o infinitésimo deslize empurra de imediato o atleta para trás das marcas almejadas. Entre outros deslizes que não devem ser desconsiderados, podem contar-se os seguintes: falta de tradição desportiva generalizada e diversificada, défice de aprumo, motivação e enfoque nas práticas desportivas escolares, falta de apoio a atletas seleccionados para alto rendimento, atenções demasiado focadas na mais tradicional das modalidades. *José M. Carvalho, Chaves*

Medalhas, países e Portugal

Os Jogos Olímpicos Paris 2024 dizem muito dos países que têm conquistado mais medalhas. Se verificarmos e estivermos atentos, deparemos que no “top dez” da conquista de mais medalhas, sejam elas de ouro, de prata ou de bronze, surgem os países mais desenvolvidos do planeta, países com um considerável nível de vida, cujos regimes assentam em democracias liberais, exceptuando a China, que se proclama do ideário comunista (e é, de facto), mas que enveredou pelo dito “comunismo capitalista”. Seja pelo rigor musculado da sua política de partido único que reprime os dissidentes e não respeita os direitos humanos, seja pela organização meticulosa do trabalho sério e profícuo, seja pelo culto da personalidade na figura do “Grande Líder” Xi Jinping – malgrado Xie Chuntao, director do departamento académico da Escola Central do partido, afirmar que o “respeito e amor” que os chineses sentem por Xi, ser



Quando os últimos governos ingleses colocaram o alvo na entrada ilegal no país, não na resolução do problema mas na punição pura e dura de quem tentava chegar, acordando com o Ruanda a deportação de migrantes, estavam a semear o que está a acontecer

Manuel Morato Gomes
Senhora da Hora

“natural e sincero” –, o que é certo é que a poderosa China comunista, nas variadas modalidades olímpicas, tem arrebatado muitas medalhas, mantendo-se no primeiro, ou nos primeiros lugares. E o nosso Portugal? A medalha – ou presumíveis medalhas – que viermos a conquistar reflecte, em certa medida, o país que somos: o país que continua a “marcar passo”, o país da gabarolice que só “vê” Ronaldo (em fim de vida futebolística) e pouco mais. Que vergonha e que miséria a nossa participação nestes Jogos Olímpicos! *António Cândido Miguéis, Vila Real*

O que acontece em Inglaterra era esperado

Quando os últimos governos ingleses colocaram o alvo na entrada ilegal no país, não na resolução do problema mas na punição pura e dura de quem tentava chegar, acordando com o Ruanda a deportação de migrantes, estavam a semear o que está a acontecer. Criaram o ódio



Juarez Saw, chefe da aldeia Sawre Muybu, segura uma placa que marca a fronteira do território indígena dos Munduruku na região do Pará. “Há 25 anos que lutamos para proteger esta terra”, disse Juarez Saw

contra quem chega, que era, exactamente, o que os radicais de extrema-direita queriam. Hoje o ódio está instalado e os ingleses, tal como os franceses, esquecem-se de que, se não fossem as pessoas provenientes de outros países mais pobres, nem a Inglaterra nem a França seriam o que são hoje. A Inglaterra talvez esteja a colher o que, inadvertidamente, semeou. O respeito pelo outro não pode acabar. Espero que o que está a acontecer na Inglaterra seja uma lição para nós. A extrema-direita nunca está contente até conseguir instaurar uma ditadura, mais ou menos, fascista. É necessária muita atenção.

Manuel Morato Gomes, Senhora da Hora

A aversão ao comboio

Li com prazer (o que nem sempre acontece) a crónica de J. M. Tavares sobre o “descalabro ferroviário” que singulariza Portugal em relação ao resto da Europa. O desastre iniciou-se em meados dos anos 80, quando se descobriu que

a rodovia dava mais e melhores oportunidades de negócio. Daí para cá, todos os governos, sem excepção, colaboraram na criação daquilo que hoje temos: o isolamento ferroviário em termos internacionais, e a redução ao mínimo (aliás, pouco atraente) das ligações internas. O levantamento de carris foi uma pressa, antes que a maré virasse. Uma cidade como Viseu, que era cabeça de duas linhas (via reduzida), ficou entregue aos autocarros. Noutros países, mesmo as linhas desactivadas são mantidas para diversos fins, mas aqui a aversão autárquica ao comboio não o suporta. Entretanto, finge-se – com “planos” sucessivos –, como J. M. Tavares bem mostrou, que há um empenho político na recuperação e modernização daquele que é o meio de transporte público terrestre mais frequentado em toda a Europa. O que se discute é a alta velocidade, mas, antes do mais, deveria cuidar-se da velocidade decente.

António Monteiro Fernandes, Lisboa

ESCRITO NA PEDRA

O menos mau dos governos é aquele que se mostra menos, que se sente menos e que se paga menos caro

Alfred de Vigny, escritor

O NÚMERO

403 mil

No segundo trimestre de 2024, mais de um milhão de pessoas trabalharam em casa e, destas, cerca de 403 mil combinaram trabalho presencial com trabalho remoto

A crónica de Miguel Esteves Cardoso regressa a estas páginas a 1 de Setembro

Lisboa Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte 1350-352 Lisboa Tel. 210 111 000	Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270 Bloco A 3.º 4050-318 Porto Tel. 226 151 000
publico@publico.pt	

DIRECTOR
David Pontes

Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira,
Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro

Directora de arte
Sónia Matos

Directora de design de produto digital
Inês Oliveira

Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus

Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Anibal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Velvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ipsilon** Paula Barreiros, Inês Nadaís (editoras), Pedro Rios (editor Ipsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaiça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terror** Ana Isabel Pereira **Newsletters** e **Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral
Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim
Direcção Comercial João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia
NIF 502265094 | **Depósito legal** n.º 45458/91 | **Registo ERC** n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, S.A, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt
Membro da APCT Tiragem média total de Julho **18.970 exemplares**
O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**
ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h) **publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt**

Elis & Tom, tempestade e bonança em Los Angeles

Em Público



Nuno Pacheco

Era uma vez na América, em 1974, antes do nosso 25 de Abril e antes mesmo do malogrado golpe militar das Caldas que o antecipou. Ao longo de 15 agitados dias, entre 22 de Fevereiro e 9 de Março de 1974, os estúdios da Metro-Goldwin Mayer em Los Angeles, Califórnia, receberam um grupo de músicos brasileiros que ali iam gravar um disco. Era um disco de Elis Regina com Tom Jobim por convidado e também anfitrião, porque ele morava à época em Los Angeles, tinha aceitado o convite para aquela aventura e até foi esperá-los à chegada. Pôs uma gabardina por cima do pijama (era um dia chuvoso) e por volta das 7 horas da manhã lá estava ele no aeroporto, com um guarda-chuva numa das mãos e na outra uma rosa para a cantora; que, com ela, trazia o marido, César Camargo Mariano (pianista, arranjador e compositor), e alguns músicos de primeira linha: Hélio Delmiro (violão e guitarra), Luizão Maia (baixo), Paulinho Braga (bateria), aos quais viriam a juntar-se, nas gravações, o violonista Oscar Castro Neves

(também radicado nos EUA) e um naipe de sopros e cordas dirigido por Bill Hitchcock. Não era novidade para Elis gravar composições de Tom. Já o fizera várias vezes, desde 1965, com *O morro não tem vez*, *A felicidade*, *Eu sei que vou te amar*, *Wave*, *Fotografia*, *Outra vez*, *Frevo*, *Se todos fossem iguais a você*, *Estrada do sol* e *Águas de Março*. Mas um disco com a presença e participação do pianista e compositor, isso era uma novidade. E foi a prenda que, a pedido dela (por sugestão do seu jovem empresário à época, Roberto de Oliveira), a editora discográfica Philips lhe ofereceu para celebrar dez anos de lucrativa presença no catálogo. O que podia ter corrido mal? Tudo. Tom era um veterano, pioneiro da bossa nova, 47 anos feitos à data, enquanto Elis, César e Roberto tinham, respectivamente, 28, 30 e 26 anos. Tom era cioso das suas canções, queria garantir arranjos ao seu gosto, enquanto do lado de Elis a proposta era que os arranjos fossem de César. Elis desdenhava do “cantar baixinho” da bossa nova, enquanto Tom olhava com desconfiança para o piano eléctrico (que ele também já usara, em gravações suas nos EUA) e para as capacidades de arranjador do jovem César. Do lado de Elis, a tempestade; do lado de Tom, a bonança. Mas, por estranho “milagre”, os atritos, as desconfianças e as inquietações de ambos os lados foram-se apaziguando e, para citar a muito conhecida *Valsinha*, “o dia amanheceu em paz”. E o que podia ter sido um desastre acabou por se

tornar numa obra-prima, não só da música brasileira mas também da música mundial. A história deste encontro é contada num documentário que acaba de se estreiar em Portugal, *Elis & Tom - Só tinha de ser com você*, de Roberto de Oliveira, o empresário de Elis que quis filmá-lo por ver ali um encontro histórico e que só ganhou forma de filme meio século depois. Mas a estreia é um bom pretexto para voltar ao disco, editado originalmente em 1974. Ainda hoje soa magnífico, seja qual for a versão que dele se disponha: LP, CD ou DVD-Áudio, este lançado em 2004 com os temas remisturados em 5.1 sob a supervisão de César Camargo Mariano e de João Marcelo Bôscoli (primeiro filho de Elis) e editado pela já desaparecida Trama (a edição, hoje rara, ainda se encontra na Amazon, com preços que oscilam entre os 45 e os 130 euros).



O documentário *Elis & Tom* é um bom pretexto para voltar a um disco que é uma pérola rara no riquíssimo universo musical brasileiro

Das 14 canções do disco, dez são cantadas por Elis e só há quatro em dueto com Tom: *Águas de Março*, *Corcovado*, *Soneto de separação* e *Inútil paisagem*. Os arranjos são todos de César Camargo Mariano, excepto um, *Modinha*, com arranjos e piano de Tom Jobim, que também assegurou o piano em *Corcovado*, *O que tinha de ser*, *Retrato em branco e preto*, *Soneto de separação*, *Inútil paisagem* e *Chovendo na roseira*, tocando nesta última também violão. O mais curioso é que a canção que ainda hoje simboliza *Elis & Tom*, *Águas de Março*, não era para ser gravada, como César Camargo Mariano contou ao PÚBLICO em 2004, a propósito da reedição do álbum em DVD-Áudio: “Esta música não fazia parte do projecto, uma vez que já a tínhamos gravado em 1972. Mas Tom gostava muito dessa versão da Elis e, no segundo dia, à tarde, no intervalo entre duas gravações, fomos tomar um café e ele começou a brincar no piano com a música, fazendo essas brincadeiras com ela no estúdio. Quando eu e Aloysio [de Oliveira, o director de produção] vimos, dissemos que tínhamos de gravar porque estava muito bom. Propusemos e eles gostaram da ideia. Então, essa gravação nasceu quase de um improviso.” Neste mês em que Março vai longe e as águas são outras, as das praias ou piscinas de Agosto, ouvir ou reouvir *Elis & Tom* é um bálsamo mais do que recomendável. Experimentem.

Jornalista. Escreve à quinta-feira

A transfobia não rima com o feminismo



Luísa Semedo

A primeira coisa que me interpelou quando comecei a ouvir o discurso transfóbico de ex-amigas e companheiras ativistas de esquerda autodenominadas feministas, feministas radicais ou agora “críticas do género” foi a parecença com o discurso racista. Vários alarmes soaram quando me começaram a falar de casos isolados de violência, perpetrados supostamente por mulheres trans, dos quais tiravam ilações gerais. Muitas vezes a fonte eram *blogs* ou jornais de extrema-direita que em outras ocasiões nunca teriam consultado. O viés de confirmação era tão forte que bastava um título sensacionalista que envolvesse uma pessoa trans, real ou suposta, e não era preciso ir mais longe.

O mesmo viés ressurgiu com o caso da pugilista Imane Khelif (que, aliás, deveria ter os mesmos direitos, sendo uma mulher cis ou trans). Pessoas com toda a bagagem académica para não cair em teorias de conspiração não hesitaram em partilhar informação não confirmada. E, mesmo depois de saberem tratar-se de conteúdo falso, escolheram mantê-lo. Pessoas que se pensam não-transfóbicas, mas que o facto de terem saltado a pés juntos para estas notícias falsas é revelador daquilo que pensam. O mesmo fizeram os autores da atual vaga de violência racista no Reino Unido, que não hesitaram em acreditar numa suposta identidade muçulmana e migrante de quem matou três crianças, baseada num nome falso. O mesmo fizeram os valentes da extrema-direita portuguesa que invadiram há dias a apresentação do livro da Ana Rita Almeida *Mamã, quero ser um menino!*, tal como já o haviam feito por causa dos livros *No meu bairro*, da Lúcia Vicente, e *O Pedro gosta do Afonso*, da Mariana Jones. Nos três casos há uma extrapolação conspiracionista do conteúdo real dos livros. Estas autoras continuam a ser vítimas de assédio e de ameaças e numa carta pública, que continua a recolher assinaturas, intitulada “Pela liberdade

de escrever, de publicar, de ler”, pedem ao Ministério da Administração Interna que tome “medidas urgentes para impedir a continuação destes incidentes graves”. Outro sinal de alarme foi quando me começaram a falar de ciência, lembrando-me do racismo científico e de como em outros tempos a biologia foi instrumentalizada justamente para acompanhar definições excludentes e discriminatórias do que era um ser humano inteligente, estabelecendo hierarquias. Na altura fazia sentido para muitas cabeças, tal como faz agora para estas, definir o que é ser uma “verdadeira mulher” ou um “verdadeiro homem” baseado numa versão ideológica, mas que pensam neutra da ciência. Outro sinal de alarme foi a vitimização, a inversão do mecanismo de opressão que também encontramos nos discursos sobre o racismo antibranco. No mesmo momento em que produzem e partilham um discurso discriminatório e de ódio contra uma das populações mais marginalizadas e violentadas do mundo, indignam-se com o serem chamadas de TERF (sigla inglesa para feminista radical transexcludente). Termo com um carácter sobretudo descritivo, e que se tornou numa injúria, não pela sigla em si, mas

porque ser TERF é a mesma coisa que ser racista e (quase) ninguém gosta de ser assim chamado. Compreende-se, então, que não gostem deste espelho. Eu não utilizo este termo porque o acho eufemístico, porque dá a impressão de que estamos a falar de feministas e de uma teoria coerente, quando na verdade transfobia não é opinião e de feministas não têm nada. O nome FART (Feminism-Appropriating Reactionary Transphobes) parece-me mais adequado, porque é também disto que se trata: de pessoas transfóbicas reacionárias que se apropriam do feminismo. Resultado: pessoas que se dizem feministas andam agora de mão dada com companhias masculinistas e racistas, como Trump, Vance, Zemmour ou Musk. Pessoas que se dizem feministas apoiam teorias que essencializam a mulher ao papel de parideira, reduzindo-a aos seus órgãos reprodutores, excluindo todas as mulheres que não têm filhos, que estão na menopausa, que não são suficientemente “femininas” ou que são “femininas” demais. Transfobia não rima com feminismo, mas rima com racismo e machismo.

Professora de Filosofia do ensino secundário

Notícia de um país sábio, mas pobre

Memória futura



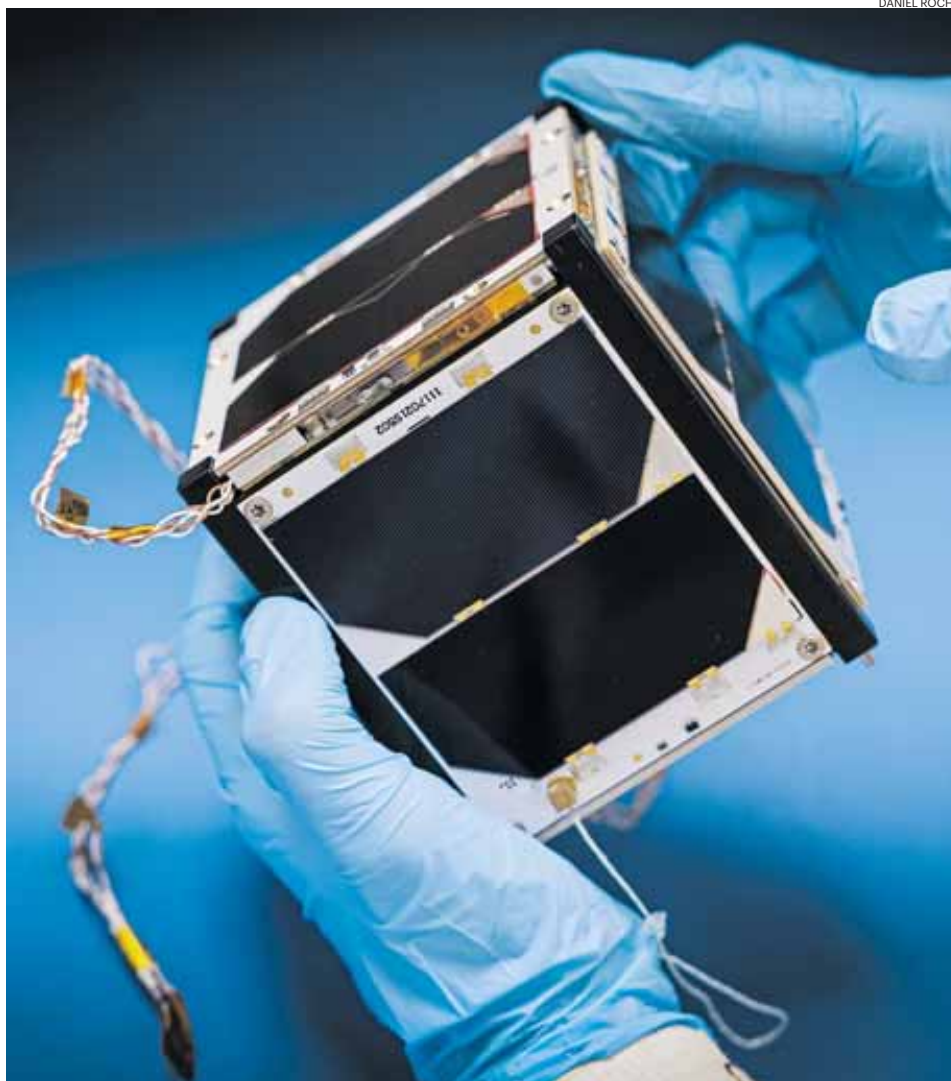
Manuel Carvalho

Tanta ciência e tanto estudo serve, afinal, para quê, se os salários continuam baixos, se a economia permanece débil?

No curto período de um mês, os portugueses souberam de duas boas notícias sobre a sua ciência e as suas qualificações: a 9 de Julho uma equipa de professores e investigadores do Instituto Superior Técnico colocou em órbita um satélite feito do princípio ao fim com tecnologia nacional; e dados da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência deram já este mês conta que, numa década, o número de doutorados a residir no país aumentou 73%, chegando à muita razoável cifra de 43 mil. O modo indiferente como os cidadãos reagiram às novidades faz muito sentido. O discurso sobre o país moderno, que investiga, que inova, que dispõe da geração mais qualificada de sempre parece conversa soviética. Tanta ciência e tanto estudo serve, afinal, para quê, se os salários continuam baixos, se a economia permanece débil e o destino parece condenado à eterna e desesperada luta por uma casa para alugar ou dinheiro para o fim do mês?

Estamos perante o caso perfeito para ilustrar o paradoxo Montenegro, que, quando foi líder parlamentar do PSD no Governo de Passos Coelho, inventou a célebre máxima do país que estava melhor, apesar de os portugueses viverem pior. Na altura, com esforço e paciência, podia-se perceber o que o actual primeiro-ministro quis dizer, como hoje se compreende que Portugal seja um país muitíssimo mais moderno e competitivo, ainda que incapaz de o reflectir na qualidade de vida. Como princípio de conversa, porém, não faz sentido nenhum dizer que a ciência e a qualificação não servem para nada. Alguém conseguiria imaginar o que seria Portugal hoje com as suas qualificações de há 20 anos? Ou, concretizando, com apenas 21% da população activa com o ensino secundário (60% hoje), com 28% das pessoas entre os 30 e os 34 anos com licenciatura (50% hoje), com 500 estudantes a doutorarem-se em 2020 (quatro vezes mais, em 2022)?

Convém reconhecer o óbvio: os portugueses de hoje são muito melhores do que o seu país. Em muitos indicadores de



DANIEL ROCHA



Por muito mais sábios e competentes que sejam os portugueses, as suas aspirações continuam a ser travadas por uma espécie de imposto cobrado pelos arcaísmos do antigamente

qualificação, estamos ombro a ombro com os alemães, mas nem por sombras podemos reflectir essas competências na comparação da qualidade do Estado com a do Estado alemão e, ainda menos, no valor acrescentado da nossa economia se posta ao lado da economia da Alemanha. Por muito mais sábios e competentes que os portugueses sejam, as suas aspirações continuam a ser travadas por uma espécie de imposto cobrado pelos arcaísmos do antigamente. A qualificação dos donos das

empresas é baixa e amarra-os à condição do velho patrão. A organização do Estado preserva o centralismo da Idade Média. A Justiça permanece “catatónica” em áreas cruciais como a da administração e do fisco.

A cada Governo que acontece, lá vai surgindo um milagre capaz de resolver o nó que ata o país. António Costa, justiça lhe seja feita, jamais reivindicou para si e para os seus ministros o privilégio do milagre. Na sua maneira ronceira de encarar o presente e o futuro, pedia calma. Se os países do Leste da Europa nos ultrapassam no PIB *per capita*, é porque tinham mais qualificações à partida e a coisa, mais tarde ou mais cedo, lá se havia de resolver. Montenegro, a bem dizer, segue um caminho parecido ao recusar a terapia do “choque”, fosse o de gestão de Durão Barroso ou o tecnológico de José Sócrates. Tem razão ao concentrar as energias no nó górdio do país – a sua economia débil. Mas fá-lo pela facilidade. Acha que mais vale baixar o IRC do que evitar que um processo administrativo se arraste 20 anos nos tribunais. Opções.

A boa notícia disto tudo é que se o presente é deprimente, o futuro pode ser melhor. Não há dúvida de que um país com mais licenciados, mestrados e doutorados tem trunfos redobrados. De resto, há alguns sinais de que esse futuro começa a aparecer. As exportações de bens com alto valor

tecnológico têm crescido e já valem 4 mil milhões de euros. O número de patentes triplicou numa década. Há áreas de futuro, como a das ciências da vida ou a aeroespacial, em que se vão ganhando competências e mercado. Se o turismo domina e representou no ano passado quase metade do crescimento global da economia, há notícias de empresas formadas por jovens doutorados que apontam alternativas para a “armadilha do rendimento médio”, feita de salários baixos e do fabrico por subcontratação, que se esgotou.

Num estudo indispensável coordenado por Fernando Alexandre, hoje ministro da Educação, para a Fundação Francisco Manuel dos Santos (“*Do Made in ao Create in*”), explica-se que a saída dessa armadilha exige um modelo “baseado no conhecimento, onde a inovação ocupa um lugar central”. Sem tantos doutorados, esse modelo seria à partida uma miragem. Certo? Certo, mas com apenas 8% dos doutorados a trabalhar nas empresas (a média da União Europeia é 40%), é provável que o país avance na ciência pura e se atrase na transformação capaz de as levar a criar produtos de alto valor acrescentado, capazes de pagar salários altos e impostos suficientes para financiar o Estado social. Não é um problema dos doutorados, nem das empresas. É do contexto.

Saber como se acelera essa transição devia estar no centro do debate político e no cerne das reflexões sobre o PRR e o Portugal 2030, o programa do novo ciclo de fundos europeus. Marcelo Rebelo de Sousa tentou-o, ao exigir ao anterior primeiro-ministro que ousasse aplicar esse dinheiro não para recuperar o país da pandemia, mas para o reconstruir. Mas, já se percebeu, essa reconstrução exige uma energia que não se vê em lado nenhum. A fragilidade da situação política leva Governo e oposição a concentrarem-se nos assuntos de mercearia eleitoral. O Estado perdeu competências e capacidade para desenhar estratégias. A justiça não funciona. O trânsito nos portos é um pesadelo. E o ecossistema para o investimento empresarial e para a inovação continua desfavorável. A produtividade dos portugueses ronda 60% da dos alemães e não é por serem incompetentes ou preguiçosos.

Portugal terá por isso de continuar à espera que as transformações subterrâneas, naturais mas lentas, se processem. O seu maior problema é que, se enquanto país avançou para a modernidade, não foi o único. No ranking europeu da inovação, permanece entre os moderadamente inovadores, numa triste 19.ª posição. E, mais grave ainda, enquanto a UE avançou 10 pontos percentuais depois de 2017, Portugal avançou apenas 4,3 pontos. Há quem não durma em serviço. Ou quem faça mais do que insistir na discussão sobre quem dá mais aos polícias ou mais corta nos impostos.

Jornalista

Mayan diz que a IL está “absolutamente impreparada” para as autárquicas

Candidato à liderança da Iniciativa Liberal defende que o partido está a ser “responsável” na discussão sobre o Orçamento do Estado e garante que cumprirá mandato autárquico

Entrevista

Joana Mesquita

O candidato à liderança da Iniciativa Liberal (IL) critica a impreparação do partido para as eleições autárquicas de 2025, afirmando não ver uma “estratégia” para integrar os núcleos nas decisões sobre os candidatos e possíveis coligações. Depois de, em Abril, ter lançado o *Unidos pelo Liberalismo*, um manifesto que pretende traçar um novo rumo para a IL, o ex-candidato a Belém e actual presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde defende que o partido, de que foi fundador, está a ser “responsável” na discussão sobre o Orçamento do Estado. **Disse não se candidatar contra ninguém. Mas a sua candidatura não nasce por estar contra o rumo seguido por Rui Rocha?** É uma candidatura que representa uma visão distinta do rumo, da estratégia, até da visão e depois da prática e execução da liderança actual. Quando digo que não é contra ninguém, é no sentido de que representa uma visão e uma estratégia distintas. Não tem nada que ver com pessoas, tem tudo que ver com abordagens de liderança, estratégia e execução.

Quer uma IL “ambiciosa” e capaz de “influenciar governações”. Defende que a IL devia ter integrado o Governo da AD? Ou, pelo menos, ter firmado um acordo parlamentar? A questão é aritmética, temos de ir a montante. Não adianta falarmos do fim de linha, sem falarmos do princípio de linha. A verdade é que o partido falhou os objectivos eleitorais e isso representou uma representação parlamentar estagnada e representa, em termos aritméticos, uma incapacidade de contar para a determinação de políticas e da governação. **A IL deve ser o parceiro preferencial do Governo?** Para isso, tem de convencer o eleitorado de forma mais assertiva. Quando falo de ambição, é isso. Ambicionar não é querer posições num governo, é querer mais eleitorado. Saber que não estamos a chegar ao eleitorado, encontrar os caminhos para comunicar e



transmitir a mensagem liberal, com alcance e amplitude capazes de atingir o eleitorado, para sermos mais relevantes nas contas finais. O que mais me importa é sermos um partido capaz de ter alcance, amplitude e arrojo na abordagem externa, que é o que está a faltar. **Concorda com a posição assumida por Rui Rocha, que se opõe a qualquer Orçamento que se aproxime das políticas do PS?** O diabo está nos detalhes. Eu não sei o que isso significa nas votações, por exemplo, na especialidade. Eu diria que a IL deve ser das maiores aliadas deste Ministério da Educação, mas não significa uma chancela a todo e qualquer aspecto da governação da AD. Com certeza há muitas críticas que devem ser apontadas. A IL deve ser o que sempre afirmou que era e espero que continue a ser: um partido responsável. Nesta discussão orçamental estamos a sê-lo, portanto, isto não é uma crítica; é

até uma validação da abordagem geral que estamos a ter. Sendo um partido responsável, fará o trabalho de apontar o que está mal, mas acho importante que aponte o que está bem e sirva de reforço e validação de políticas que vão no caminho da liberalização. Pensando nas políticas propostas pelo Ministério de Educação, vejo um caminho de liberalização que acho importante que a IL apoie. É um exemplo, pode haver muitas coisas em que não devemos estar de acordo. Novamente, remeto para os detalhes e para outra coisa em que vou insistir. Não é o voto da IL que determina o destino do Orçamento. Temos de ter consciência disso. E também por isso é mais fácil tomar determinadas posições. **No movimento Unidos pelo Liberalismo, que lançou como plataforma para a sua corrida à liderança, defende um partido mais descentralizado. Como é que isso se traduz na prática?**

Reflecte-se, por exemplo, na capacitação dos núcleos, nomeadamente a capacitação financeira. O partido continua muito centralizado na capacidade financeira dos núcleos e de determinação de política local, em que estão muito limitados. Isto tem relevância para coisas concretas, como a definição da lista de candidatos. Os núcleos tiveram zero impacto na definição da lista dos candidatos às legislativas. Temo também o papel dos núcleos na definição dos candidatos às autárquicas. Estamos a pouco mais de um ano das eleições autárquicas e enquanto partido estamos absolutamente impreparados para este tema. Não temos claro qual vai ser o papel dos núcleos nessa matéria. Vão ser meros executores? Vão marcar presença em eventos e abanar bandeiras? Ou vão ser mais determinantes em cada campanha? Uma eleição autárquica não é uma

campanha, são mais de 3300. Cada uma terá as suas especificidades. Mesmo decisões estratégicas de coligações são decisões em que os núcleos têm de ter um papel determinante. Não vejo ainda uma estratégia do partido nesta matéria. **Nas autárquicas de 2025, a IL deve integrar movimentos alargados nas principais autarquias do país?** Essa resposta tem de ser dada pelo que for o entendimento dos núcleos. Não vou ser eu a decidir isso ou a opinar. O que farei, caso seja líder da IL, é assumir que tem de ser decidido com um papel determinante dos núcleos. **Independentemente do desfecho das eleições da IL, tenciona recandidatar-se à União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde?** Irei cumprir o mandato. Em devido tempo, sem pressas, mas também sem segredos, irei tomar as minhas decisões sobre essa matéria.

Esfera armilar de 19 mil euros comprada para receber Governo

Fernando Costa

Instalação da estrutura que será instalada no Campus XXI deve estar concluída no “prazo máximo de seis semanas”

Vai ser instalada no Campus XXI, no edifício da Caixa Geral de Depósitos para onde, no início de Julho, se mudaram sete ministérios do Governo, uma esfera armilar em aço que custou cerca de 19,4 mil euros.

Fonte oficial do gabinete do ministro da Presidência explicou ao PÚBLICO que se trata de “uma proposta decorativa da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) para assinalar a presença da Administração Pública e do Governo no novo Campus XXI”.

De acordo com o contrato publicado no Portal Base, datado de 29 de Julho, o fornecimento e instalação da esfera armilar deverá estar concluído “no prazo máximo de seis semanas após o início de execução do contrato”. Ou seja, em meados de Setembro.



Secretaria-geral fez a compra para acolher Governo no Campus XXI

A empresa contratada por ajuste directo para levar a cabo o processo de instalação da esfera armilar é a Coberfer, Construções SA.

Nos 19.408,50 euros que custará a esfera armilar estão incluídos “todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação

Logótipo que o executivo da AD recuperou tem a esfera armilar que figura na bandeira nacional

de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de bens materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças”.

O PÚBLICO contactou a SGPCM para obter informações adicionais sobre as características da esfera armilar que vai ser instalada no Campus XXI, mas até ao momento não foi possível obter resposta.

A aquisição desta remete, pelo símbolo em causa, para uma das primeiras decisões tomadas pelo Governo de Luís Montenegro, logo no início de Abril: a reversão do logótipo usado pelo executivo anterior, que tanta polémica levantou por eliminar uma série de elementos visuais como o escudo ou, precisamente, a esfera armilar.

A 12 de Junho, a polémica em torno do logótipo do Governo voltou a intensificar-se quando, durante umas horas, voltou a aparecer um símbolo no site do Governo que não continha a esfera armilar. O logótipo recuperado pelo executivo da AD regressou pouco depois à página online do Governo.



Margarida Balseiro Lopes diz que reuniões começam em Setembro

Territórios Inteligentes: câmaras terão palavra a dizer

A ministra da Juventude e Modernização anunciou ontem que os municípios vão integrar o órgão que decide e acompanha a implementação da Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes (ENTI). “A estratégia, como estava a ser desenhada, colocava os municípios num órgão consultivo que nem sequer tinha sido ainda criado e para este Governo é essencial – porque esta é uma estratégia para o território, não uma estratégia do Governo – colocar os municípios num órgão que decide e que acompanha a implementação da estratégia, ou seja, o órgão de coordenação estratégica”, afirmou à Lusa Margarida Balseiro Lopes.

A ministra falava no final de uma reunião, em Leiria, que juntou, presencialmente e via Internet, representantes das comunidades intermunicipais, áreas metropolitanas e regiões autónomas, às quais apresentou as novas orientações da ENTI.

Segundo a governante, o órgão de coordenação estratégica “era apenas constituído por membros do Governo e vai ser também constituído por municípios”. Margarida Balseiro Lopes adiantou que na semana passada se reuniu com a direcção da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), à qual transmitiu as alterações em curso, sendo que a primeira tem a ver com o modelo de governação. “Vamos fazer esta alteração este mês e [esse órgão] vai começar a reunir-se em Setembro”, declarou, referindo que, quando o executivo assumiu funções, “nunca tinha sido activado”.

Em 2023, uma resolução aprovou a ENTI e respectivo Plano de Acção e Arquitectura de Referência para Plataformas de Gestão Urbana. Lusa

PS critica “silêncio ensurdecador” do Governo e fala em “insegurança” para utentes

Liliana Borges

Socialistas defendem que, se a ministra não tivesse alterado as regras, os médicos especialistas “já estariam em funções”

O PS voltou a criticar o “silêncio ensurdecador e inaceitável” da ministra da Saúde e do primeiro-ministro e o “passa-culpas” em relação aos problemas causados pelo encerramento de várias urgências de ginecologia e obstetria.

Depois de se terem reunido com a administração do Hospital de Santa Maria que hoje será visitado, em conjunto, pelo Presidente da República e por Luís Montenegro os socialistas continuam o seu périplo por unidades locais de saúde e falam em “consequências danosas” provocadas pelo executivo de Montenegro devido à forma como tem lidado com o, até agora, dossier mais quente deste Governo: o Serviço

Nacional de Saúde (SNS). E dizem que se a ministra da Saúde não tivesse alterado as regras dos concursos para médicos especialistas, os profissionais “já estariam em funções e alguns destes problemas não estariam a acontecer”.

Nas palavras do deputado João Paulo Correia, que liderou a reunião entre um grupo de socialistas e o conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, no Barreiro, as decisões do Governo em relação à mudança da Direcção Executiva do SNS e o plano de emergência que decidiu apresentar estão “a trazer consequências danosas”, destacando que quase todas as medidas estão por executar.

E falando a “ganância eleitoral” que levou Montenegro a prometer soluções “imediatas” para o sector, o socialista considera que aquilo a que se assiste é a “uma confissão do falhanço” do plano e de uma das principais promessas da Aliança Democrática.

O PS repetiu que a situação “que se vive hoje no SNS é bem mais grave do que há um ano”, afastou responsabilidades do anterior Governo socialista e criticou a opção deste executivo de deixar de divulgar informação actualizada sobre quais são as urgências abertas, um serviço que era usado sobretudo na obstetria. “Essa informação foi retirada



João Paulo Correia critica o Governo por “falta de transparência” na gestão do SNS

com o objectivo de esconder os problemas e as dificuldades”, acusou João Paulo Correia, que fala ainda em “falta de transparência” e na consequente sensação de “insegurança” para os utentes, uma crítica em linha com a avaliação que tem sido feita pelo secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos.

As críticas ao Governo não têm parado.

À imagem do PCP, o PEV, em comunicado, veio ontem responsabilizar a transferência de recursos para o privado pela incapacidade de resposta do SNS e exigir “medidas urgentes” ao Governo.

Hoje, ao lado de Marcelo Rebelo de Sousa e da ministra da Saúde Ana Paula Martins, Luís Montenegro não deverá evitar o tema, depois de no início desta semana ter fugido ao assunto quando questionado pelos jornalistas, à margem da sua visita ao final da nona etapa da 85.ª Volta a Portugal.

Fazendo um paralelismo entre as exigências da governação e uma prova de ciclismo, o primeiro-ministro declarou que a sua equipa estava preparada “para trepar montanhas, sprintar quando é preciso, e rolar quando é preciso rolar”.

Agora, terá de começar a mostrar que, no que diz respeito ao plano de emergência para a saúde, a montanha não pariu um rato.

Concorrência dos ginásios esgota sensores para diabéticos em farmácias

Nos últimos dias, vários diabéticos queixaram-se da ruptura de *stock* do FreeStyle Libre nas farmácias. O sensor de glicose está a ser usado por desportistas “para melhorar o desempenho no exercício físico”

Paula Sofia Luz

Na última semana, José Domingues voltou a picar o dedo, várias vezes ao dia, para avaliar os níveis de açúcar no sangue – como fazia antigamente. Diabético desde os 13 anos, o informático de 47 anos, residente em Leiria, surpreendeu-se quando a farmácia onde habitualmente compra a medicação lhe disse que estava esgotado. Nunca lhe acontecera, desde que há três anos passou a contar com o sensor FreeStyle Libre, um pequeno dispositivo que se coloca no antebraço e monitoriza a glicose em tempo real, enviando os dados directamente para o telemóvel.

“Para mim – e para muitos – foi outra vida. Há um antes e um depois do sensor. Deixei de picar o dedo, mas não é só isso: o sensor permite-nos ter um controlo contínuo do nível de açúcar no sangue. Conseguimos perceber quando é que o corpo precisa de açúcar ou de insulina, permitindo também ter uma vida mais saudável”, conta ao PÚBLICO este diabético do tipo 1.

José Domingues faz o acompanhamento trimestral na consulta da diabetes do Hospital de Santo André, em Leiria, e de lá traz a receita que lhe permite adquirir cada sensor por menos de oito euros (7,95), já que o resto está a cargo do Serviço Nacional de Saúde. E o resto significa o valor afixado na embalagem: 53 euros. O equipamento pode ser usado durante 14 dias.

Mas se a relação entre as farmácias e a farmacêutica Abbott (que detém o exclusivo do fabrico e distribuição em Portugal) obedece a regras muito apertadas (um número restrito de encomendas por mês e obrigatoriedade de receita médica), o mesmo não acontece quando se trata de comprar o dispositivo *online*, no *site* do laboratório.

“Já alertámos o Infarmed para o que está a acontecer, que tem que ver com a utilização dos sensores por parte do desporto e nutrição”, disse ao PÚBLICO a presidente da Federação Portuguesa das Associações de Pessoas com Diabetes (FPAD), Emília Querido. “Sabemos que tem benefícios, nomeadamente para um melhor desempenho desportivo, e por isso é muito procurado pelos entusiastas dos ginásios, por exemplo. Mas é preciso ter noção. Corremos o risco de acontecer o mesmo que aconteceu



O FreeStyle Libre funciona como alternativa à tradicional picada nos dedos

Desde Janeiro de 2018 que o Estado comparticipa a 85% os medidores de glicose, mediante receita médica. Têm direito a esse dispositivo os diabéticos tipo 1 e alguns do tipo 2

com o Ozempic: confundimos a saúde e bem-estar com a necessidade dos diabéticos”, acrescenta.

No *site* da farmacêutica basta um registo para conseguir adquirir os sensores, vendidos ao preço unitário de 65,90 euros. Não é requerida receita médica.

Até à semana passada, José Domingues acreditava tratar-se de “um mito urbano”, essa informação que circulava nos fóruns dos diabéticos em Portugal. “Julgava tratar-se de uma ruptura que só acontecia nos grandes centros. Ora, como Leiria é uma cidade mais pequena, aqui isso nunca iria acontecer. Mas a farmacêutica – que me conhece há muitos anos e, mesmo quando não tenho a receita comigo, me deixa levar os medicamentos, pois entrego mais tarde – informou-me que não tinham qualquer unidade para entrega. Passou quase uma semana até me ligarem, a dizer que já tinham de novo em *stock*.” Durante esses seis dias, o informático voltou

às picadas nos dedos. Ele e todos os que estavam “em lista de espera”.

Cristina Santos, farmacêutica em Viseu, explica que habitualmente “só podem ser adquiridas 34 unidades de cada vez, e apenas no princípio do mês”. Na farmácia onde trabalha, já se sabe que aqueles sensores têm destinatários certos – os clientes habituais. Todos eles diabéticos, com necessidade absoluta de medir os níveis de açúcar frequentemente. Ali, até à data, ainda não se registou qualquer falha.

“Acredito que as falhas possam acontecer mais nas zonas do litoral, com a mobilidade de pessoas, durante o Verão”, afirma Emília Querido. A presidente da FPAD recorda que a procura começou a ser maior “quando os diabéticos do tipo 2 voltaram a entrar no protocolo de comparticipação, por parte do Ministério da Saúde”. Durante algum tempo, a comparticipação era aplicada exclusivamente aos diabéticos do tipo 1, em

que o próprio organismo ataca as células do pâncreas que produzem insulina. Como resultado, o organismo perde a sua capacidade de produzir a hormona. Já nos diabéticos do tipo 2, a doença está muito associada ao estilo de vida (sedentarismo, maus hábitos alimentares, excesso de peso ou obesidade, entre outros) e tende a surgir mais tarde, quando o organismo deixa de conseguir produzir insulina suficiente ou não a consegue utilizar de forma eficiente.

Desde Janeiro de 2018 que o Estado comparticipa a 85% os medidores de glicose, mediante receita médica. Têm direito a esse dispositivo os diabéticos tipo 1 (crianças com mais de quatro anos e adultos) e alguns do tipo 2 (que administram múltiplas injeções de insulina diariamente).

O PÚBLICO questionou o Infarmed, mas não obteve resposta até à data. Também o laboratório Abbott não fez chegar qualquer resposta em tempo útil.

Tribunal aplica multa de um milhão à Câmara de Lisboa no *Russiagate*

Em causa está a partilha, por parte da autarquia da capital, de dados pessoais de activistas russos com entidades externas

O Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa decidiu aplicar à câmara municipal da capital uma multa de um milhão de euros pela partilha de dados de activistas russos, confirmou o advogado que representa a autarquia no processo conhecido como *Russiagate*, Tiago Félix da Costa. “O tribunal reduziu a coima de 1,25 milhões de euros para um milhão de euros”, acrescentou.

O advogado indicou que ainda não foi notificado da decisão, pelo que, “em rigor, ainda não está a produzir efeitos”, confirmando a notícia avançada pelo jornal *Observador* quanto à decisão do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Numa curta declaração, o presidente da câmara, o social-democrata Carlos Moedas, diz que ainda está a equacionar a apresentação de recurso da decisão judicial, lamentando “esta pesada herança deixada pelo anterior executivo socialista”. “Lamentamos, mas defenderemos os lisboetas”, afirmou.

De acordo com o *Observador*, o Tribunal Administrativo de Lisboa considerou que estavam prescritas

algumas contra-ordenações que levaram a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) a multar a Câmara de Lisboa, tendo fixado o valor da coima em 1.027.500 euros, menos 222,5 mil euros do que o montante inicialmente previsto.

Em 21 de Junho deste ano, a defesa da Câmara de Lisboa, que pedia a impugnação da multa aplicada pela partilha de dados de activistas russos, considerou poder não haver forma de a autarquia ser condenada, por inexistência de uma norma sancionatória. Nessa data, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa decorreram as alegações orais no julgamento do pedido da Câmara de

Lisboa para impugnação da multa aplicada por a autarquia ter partilhado dados pessoais de promotores de manifestações na cidade com entidades externas.

Em Janeiro de 2022, a CNPD havia aplicado uma multa de 1,25 milhões de euros à autarquia por violações do Regulamento Geral de Protecção de Dados. A Comissão identificou 225 contra-ordenações nas comunicações feitas pelo município no âmbito de várias manifestações, comícios ou desfiles. Esta entidade fala numa “postura de laxismo na gestão da matéria relacionada com os tratamentos de dados pessoais” que começou em 2013, ainda António Costa gover-

nava o município, e se manteve até 2021, quando se descobriu quais eram os procedimentos camarários a este respeito.

A multa resultou de um processo aberto na sequência de uma participação – que deu entrada na CNPD em 19 de Março de 2021 – relativa à comunicação pela autarquia de Lisboa, quando era presidida pelo socialista Fernando Medina, à Embaixada da Rússia em Portugal e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, de dados pessoais dos promotores de uma manifestação realizada junto à embaixada.

Segundo uma auditoria mandada fazer pelo próprio Fernando Medina, a câmara enviou informações sobre os organizadores de manifestações à embaixada russa em pelo menos 27 ocasiões. Na extensa lista de embaixadas que receberam informações da autarquia lisboeta contam-se países como China, Irão, Iraque, Arábia Saudita, Angola, Brasil, Paquistão e Israel. A Embaixada de Angola também foi avisada em oito ocasiões diferentes. A Embaixada da China recebeu duas comunicações: a primeira num protesto em solidariedade com o povo de Hong Kong, a segunda numa concentração pacífica intitulada “Revolta nacional tibetana”. No caso do Brasil, foram enviadas informações sobre manifestações anticorrupção, bem como protestos contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro. PÚBLICO/Lusa



Carlos Moedas, presidente da CML, admite vir a recorrer da decisão



Ana Valente era vereadora do PSD na Câmara de Sintra

Autarca do PSD assume presidência da CNPDPCJ

Mariana Oliveira

Ana Isabel Pacheco Valente, que até agora era vereadora do PSD na Câmara de Sintra, vai ser, a partir de hoje, a nova presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), anunciou o Governo.

Ana Valente, que tem 62 anos e é licenciada em Direito, foi designada para aquele lugar pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Ramalho, após a anterior presidente, Rosário Farmhouse, ter pedido para cessar a sua comissão de serviço, no final de Julho. “Face à vacatura do lugar, considerou-se necessário e urgente proceder à designação da nova presidente da CNPDPCJ, a fim de garantir o normal e eficaz funcionamento deste organismo público”, justifica numa nota o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Para já, Ana Valente vai exercer o lugar em regime de substituição, adiantando o ministério que irá solicitar à Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública (Cresap) a abertura de um concurso para ocupar aquele cargo.

“A nova presidente da CNPDPCJ foi desde 2017 vereadora na Câmara Municipal de Sintra, tendo tido como sua responsabilidade o acompanhamento e avaliação das políticas sociais do município de Sintra. Além disso, [...] exerceu desde 2015 até agora funções na Direcção de Serviços de Consultadoria Jurídica e Contencioso da Autoridade Tributária e Aduaneira”, especifica a nota. Ana Valente foi chefe de gabinete do secretário de Estado do Emprego entre 2013 e 2015, nos Governos de Passos Coelho.

Septuagenário terá tentado violar jovens em Castelo de Vide antes de as atingir a tiro

Mariana Oliveira

Raparigas de 22 e 17 anos ficaram feridas com gravidade. Suspeito foi detido e deverá ser ouvido hoje por um juiz

Um homem de 74 anos terá tentado violar duas jovens antes de as amarrar e atingir com tiros de caçadeira, num local isolado junto à Barragem de Póvoa e Meadas, no concelho de Castelo de Vide.

Tudo se passou na noite de terça-feira. O suspeito fugiu, mas a GNR acabou por conseguir detê-lo. Os tiros provocaram ferimentos graves nas duas raparigas, uma de 22 anos e outra de 17, que foram assistidas no

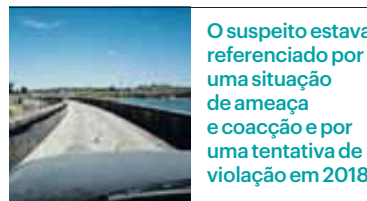
local por uma equipa do Instituto Nacional de Emergência Médica. Depois foram encaminhadas para o Hospital de Portalegre e, mais tarde, para o São José, em Lisboa.

O alegado autor dos disparos fugiu para a água, mas acabou por ser detido pela GNR nas imediações da barragem, na posse de duas armas: uma espingarda caçadeira e uma pistola *airsoft*. Segundo o major Cláudio Godinho, da GNR de Portalegre, o suspeito tem 74 anos, é de nacionalidade espanhola e vivia numa caravana junto à barragem há alguns anos. Estava referenciado por uma situação de ameaça e coacção e por uma tentativa de violação, ambos os episódios ocorridos em 2018.

As jovens, um casal, costumavam frequentar aquele local para ouvir

música e namorar. Terão sido surpreendidas pelo septuagenário, que as terá tentado agredir sexualmente. Quando a GNR as encontrou, estavam sem roupa da cintura para baixo e com as mãos manietadas. Já o suspeito encontrava-se em roupa interior quando foi detido.

A zona onde tudo aconteceu foi isolada pela GNR, tendo entretanto a Polícia Judiciária (PJ) assumido a investigação. Elementos da Unidade Local de Investigação Criminal de



O suspeito estava referenciado por uma situação de ameaça e coacção e por uma tentativa de violação em 2018

Évora da PJ já se deslocaram-se a Castelo de Vide para analisar os vestígios.

A patrulha da GNR deslocara-se àquele local no encalço das duas raparigas depois de um familiar, com quem uma delas estava a trocar mensagens, ter alertado a polícia. Este explicou que a prima lhe contara que no local aparecera um homem com uma arma de fogo, deixando aquela de lhe responder às mensagens.

A jovem mais velha vive em Castelo de Vide e a mais nova reside na zona de Lisboa, estando a passar férias no Alentejo. A primeira terá sido atingida na zona lombar e a segunda numa mão. O detido deverá ser ouvido hoje por um juiz no Tribunal de Nisa, que lhe irá aplicar as medidas de coacção que considerar adequadas.

Conflito em Luanda ditou exoneração da ex-directora da Administração Escolar

Clara Viana

Ministro acusou anterior Governo pela precariedade dos professores da Escola Portuguesa de Luanda e afastou Susana Lopes

A ex-responsável da Direcção-Geral da Administração Escolar (DGAE) foi exonerada na sequência de um conflito na Escola Portuguesa de Luanda (EPL), que levou mesmo à penhora das contas da instituição pela justiça angolana, segundo apurou o PÚBLICO e foi confirmado pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI).

Susana Castanheira Lopes, de 66 anos, foi afastada do cargo a 26 de Julho. O despacho de exoneração ainda não foi publicado em *Diário da República*, mas, numa nota enviada à comunicação social no dia seguinte, o MECI informou que esta decisão do ministro Fernando Alexandre foi “assente na falta de prestação de informações ou na prestação deficiente das mesmas, quando consideradas essenciais para o cumprimento da política global do Governo”.

No mesmo dia, em declarações à Rádio Renascença, Susana Lopes reagiu assim às acusações: “Os argumentos não se adequam ao meu perfil profissional e ao trabalho que foi desenvolvido ao longo destes anos.”

O que aconteceu então? Sendo a DGAE o organismo responsável pelos concursos de colocação de professores, surgiram de imediato rumores de que a exoneração fora ditada por falhas nos últimos procedimentos concursais, alegadamente por terem sido abertas vagas a mais ou por mais de uma centena de professores terem ficado sem colocação quando cumpriam os requisitos para tal.

Mas, desta vez, não foram os concursos que ditaram o afastamento de um responsável da DGAE, como aconteceu, por exemplo, em 2014, mas um conflito fora de portas que se arrastou por mais de dois anos. Um processo que foi acompanhado de perto por Susana Lopes, por ter na base problemas com a situação contratual dos professores da Escola Portuguesa de Luanda.

“Face ao arrastamento, desde 2022, de uma situação de grave conflito com os docentes da Escola Portuguesa de Luanda, com graves prejuízos para o funcionamento da EPL e para a reputação do Estado português, sem que tenha sido tentado qualquer acordo, o ministro da Educação, Ciência e Inovação assumiu



O ministro da Educação aceitou pagar cerca de 215 mil euros em acertos salariais devidos a professores da Escola Portuguesa de Luanda

directamente a resolução do problema, tendo-se deslocado por duas vezes a Luanda (28/29 de Maio e 10/11 de Junho) para ouvir os docentes, o que não tinha sido feito, e para procurar uma solução.”

Acrescenta o MECI que “essa solução foi rapidamente encontrada, através de um concurso extraordinário, aprovado em Conselho de Ministros, na generalidade, no dia 20 de Junho, e em versão final, no dia 4 de Julho”. Este concurso, que permitirá a entrada nos quadros de 51 professores da EPL, foi aberto no passado dia 5 e termina amanhã.

Contas penhoradas

A entrada no quadro dos docentes da EPL foi vedada pelo anterior Governo, que lhes apresentou como única alternativa a assinatura de contratos a prazo, com perda de regalias e cortes no vencimento. Dez dos mais de 100 professores da EPL optaram por recorrer à justiça angolana, em 2022, que lhes deu razão um ano depois, ao determinar que o Ministério da Educação português deveria manter, nos contratos celebrados, “a antiguidade e os direitos adquiridos”.

Como tal não foi aceite pela direc-

ção da EPL, alegadamente em cumprimento das determinações de Lisboa, o Tribunal de Belas (Luanda) avançou já este ano para a penhora das contas da instituição, de modo a garantir os “acertos salariais” devidos aos docentes em causa, num total que rondava os 215 mil euros.

Foi para acudir a esta situação que Fernando Alexandre se deslocou a Luanda, tendo conseguido um acordo que, segundo disse à agência Lusa, “obedece, em grande medida, àquilo que o tribunal determinou” no que respeita à compensação dos professores. “Não há escola que funcione bem em situação de conflito com os professores”, sublinhou, frisando que o Governo dá “grande importância às escolas portuguesas no estrangeiro”, nomeadamente à EPL, “onde estudam mais de 2000 alunos, angolanos

Desta vez, não foram os concursos que ditaram a saída de um responsável da DGAE, como aconteceu em 2014

e também filhos de portugueses”.

Fernando Alexandre acusou ainda o anterior Governo de não ter tomado medidas para se chegar a acordo com os professores e evitar, assim, um litígio em tribunal. Neste quadro, a defesa apresentada por Susana Lopes estava condenada ao fracasso.

Um mundo “pequeno”

Segundo fontes próximas da ex-responsável pela DGAE, esta terá insistido que cumpriu as “orientações” da anterior tutela sobre a EPL, em “estreita articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o embaixador português em Luanda”, com o objectivo de se “salvaguardar postos de trabalho e proteger os alunos”.

O certo é que o ministro já não aceitou que fosse Susana Lopes a acompanhá-lo nas deslocações a Luanda, apesar do seu conhecimento sobre o caso. Foi substituída nestas deslocações por uma sua “velha” conhecida, a então adjunta de Fernando Alexandre, Maria Luísa Oliveira, que seria depois nomeada para suceder a Susana Lopes à frente da DGAE na sequência da exoneração desta.

Não foi a primeira vez que se cruzaram. Mas antes de se avançar por

esta senda refira-se que a DGAE é um dos organismos mais poderosos da administração central, precisamente por ter nas mãos os concursos de colocação de professores, que ditam em grande parte o destino dos docentes do ensino público. Basta um erro para lançar o caos nas colocações, colocar o ano lectivo em risco e ameaçar a permanência no cargo do titular da pasta da Educação.

O último “grande” erro nos concursos ocorreu em 2014, era ministro Nuno Crato, tendo obrigado o então responsável da Direcção-Geral da Administração Escolar a demitir-se. Para o seu lugar foi nomeada Maria Luísa Oliveira, ex-vereadora do PSD em Tomar.

Susana Lopes era, na altura, adjunta do gabinete do secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, Casanova de Almeida (CDS), do qual a DGAE dependia. Acompanhou depois Maria Luísa Oliveira na DGAE enquanto directora dos Serviços Jurídicos e de Contencioso deste organismo, cargo que já tinha exercido entre 2004 e 2011. Maria Luísa Oliveira acabou por pedir a demissão da DGAE em 2018. Foi substituída por Susana Lopes, a quem sucedeu agora.

DANIEL ROCHA

Tribunal autoriza linha vermelha do metro mas mantêm-se dúvidas no PRR

Chumbada providência cautelar contra projecto de expansão até Alcântara. Associações esperam que reavaliação do trajecto possa evitar que Jardim da Parada e Baluarte do Livramento sejam afectados

Samuel Alemão

O Tribunal Central Administrativo do Sul (TCAS) considerou improcedente o recurso relativo à providência cautelar intentada, em 2022, por um grupo de cidadãos contra o avanço do projecto de extensão da linha vermelha do metro de Lisboa, entre São Sebastião e Alcântara. Em causa está sobretudo a defesa da integridade do Jardim da Parada, em Campo de Ourique, e do Baluarte do Livramento, em Alcântara, uma fortificação militar do século XVII. A sentença, datada de Junho, mas apenas agora conhecida, confirma a decisão da primeira instância, de Julho de 2023, quando o Tribunal Central Administrativo de Lisboa absolveu o Metropolitano de Lisboa e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A decisão surge num momento em que o Governo revela que está a reavaliar o projecto de expansão da linha vermelha do metropolitano da capital, devido ao facto de, tal como outros investimentos, correr o risco de perder verbas que lhe estavam destinadas (400 milhões de euros) no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), por incumprimento das metas estabelecidas. Razão pela qual a Associação Zero apela também agora a um repensar deste investimento.

Passado um ano da sentença do Tribunal Central Administrativo de Lisboa, o TCAS vem agora deitar por terra os argumentos de três entidades, associação Fórum Cidadania LX, Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e a Casa de Goa – Associação de Goa, Damão e Diu, que, em Novembro de 2022, haviam interposto uma providência cautelar contra o projecto de expansão, por o considerarem “ilegal”. Por isso, pediam a suspensão de eficácia da declaração de impacto ambiental (DIA) à extensão da linha vermelha do metro, emitida pela APA em Agosto desse ano.

Aquando da apresentação da providência cautelar, as três associações fundamentavam a sua acção na convicção de que o projecto de expansão da linha vermelha era “ilegal por violação dos instrumentos de gestão territorial em vigor na área percorrida pelo traçado proposto”. Em particular, falava-se do incumprimento do Plano Director Municipal (PDM) de Lisboa e o Plano de Urbanização (PU)



Projecto da linha vermelha vai ser reestruturado para que se possam garantir verbas do PRR

Aquando da apresentação da providência cautelar, três associações fundamentavam que o projecto da linha era “ilegal”

Acórdão do tribunal de recurso diz que obra da linha vermelha não “constitui prejuízos de difícil reparação”

de Alcântara. Se em relação ao primeiro se alegava que o projecto não cumpria as distâncias máximas entre estações, relativamente ao último, argumentava-se que o mesmo incumpria a localização do traçado previsto nas plantas de zonamento do plano.

As associações denunciavam ainda o incumprimento do regulamento de arvoredo, pelo facto de a construção da estação de Campo de Ourique pressupor o corte de diversos exemplares no Jardim da Parada, sob o qual a infra-estrutura de transportes se localizará. A intervenção obrigará ao abate de seis lóðãos, sendo quatro deles replantados no mesmo lugar. Ao todo, e como forma de compensação, serão plantadas pelo Metropolitano de Lisboa 50 novas árvores na freguesia de Campo de Ourique, em locais a definir entre a junta de freguesia e a Câmara de Lisboa. Medida que as três associações que interpuseram a acção avaliavam como insuficiente. Isto, por temerem os impactos que as obras poderão vir a ter na saúde do arvoredo, devido às previsíveis vibrações, poeiras ou alterações na circulação do ar e da água do subsolo.

Longo percurso

O que o acórdão do tribunal de recurso vem agora dizer é que “não é real nem potencial o receio de constitui-

ção de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação”, pois a avaliação de impacto ambiental (AIA) “foi emitida sobre um o projecto ainda em fase de estudo prévio”. Os juízes relatores salientam que a decisão da APA ocorreu num momento anterior ao da elaboração e submissão do projecto de execução à entidade licenciadora, o Ministério do Ambiente e Acção Climática, “faltando percorrer um longo percurso procedimental até que possa ser praticado qualquer acto de licenciamento referente ao projecto de execução do prolongamento da linha vermelha entre São Sebastião e Alcântara”, consideram.

O acórdão faz notar que terá ainda de ser apresentado o Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (Recape), sujeito a apreciação posterior pela autoridade competente, ou seja, a APA. “Está em causa um segundo procedimento, posterior à declaração de impacto ambiental, de verificação da conformidade ambiental do projecto de execução”, assinalam. Os relatores entendem que “apenas nesse momento será passível de avaliação o invocado fundado receio de constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação”. No fundo, ava-

liam a providência cautelar como precoce.

Uma apreciação vista como “muito estranha” por Margarida Vicente, do Movimento Salvar o Jardim da Parada. “Não entendemos esta fundamentação. Segundo percebi, só poderemos considerar que as árvores estão em risco quando as obras começarem”, observa, revelando não ter grandes expectativas sobre o que vier a ser publicado no Recape. Tendo em conta a decisão judicial agora revelada, a activista admite que a maior esperança na preservação do jardim passa agora pelo anunciado repensar do projecto de expansão da linha vermelha, forçado pela ameaça da perda dos fundos europeus do PRR. “A falta de dinheiro para fazer a linha pode ainda vir a salvar o jardim”, diz.

Uma expectativa também acalentada por Paulo Ferrero, da associação Fórum Cidadania LX, uma das três que promoveram a providência cautelar. “A fundamentação do acórdão não faz muito sentido. Mas, em termos legais, já não podemos fazer mais nada”, admite. Por isso, Ferrero considera que a reapreciação do plano de expansão do Metropolitano de Lisboa poderá vir a servir como oportunidade única para reverter a perspectiva de danos graves no Jardim da Parada e no Baluarte do Livramento, através da alteração do trajecto previsto. “Ainda tenho a secreta esperança de que a linha não vai passar sob o Baluarte do Livramento”, diz.

Na passada terça-feira, o Governo admitiu que vai reapreciar projectos em risco de não serem concluídos no prazo estimado, como as obras de expansão do Metropolitano de Lisboa – que incluem a extensão da linha vermelha e a construção da linha violeta, entre Loures e Odivelas – para evitar perderem-se verbas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Uma informação surgida um dia depois de a associação ambientalista Zero ter apelado a uma expansão faseada para se evitar a temida perda de fundos.

A Zero defende que a primeira fase do prolongamento da linha vermelha deve ser realizada apenas entre São Sebastião e a Estação Ferroviária de Campolide. A associação propõe que na fase seguinte se “evitem declives acentuados e a perturbação de espaços verdes com significado para a cidade, como o Jardim da Parada em Campo de Ourique”.

Puigdemont quer chegar ao parlamento catalão rodeado de apoiantes

Partido do ex-*president* e associações independentistas convocam uma “recepção institucional” junto ao Parque da Ciutadella, onde se ergue o *parlament*. Debate de investidura marcado para as 10h

Sofia Lorena

A fuga aconteceu sem pré-aviso. Aliás, a ideia foi mesmo lançar a confusão: em Bruxelas desde a véspera, Carles Puigdemont começava o dia a publicar no Instagram uma fotografia de um céu azul com algumas nuvens, tirada do pátio do Palácio da Generalitat, a deixar ver parte do edifício no Bairro Gótico de Barcelona. Antes de almoço, o procurador-geral do Estado anunciava acusações de “rebelião, sedição e desvio de fundos” para todos os membros do seu governo, já destituído. Pouco depois, caía a bomba que deixou a maioria dos independentistas confusos e alguns furiosos. Puigdemont tinha escolhido o exílio.

Passados quase sete anos, depois de ter sido eurodeputado e sem nunca ter pedido asilo, Puigdemont está de volta. “Iniciámos a viagem de regresso do exílio”, anunciou ontem de manhã, num vídeo partilhado na rede X, uma intervenção em pose de estadista e tom grave, com as bandeiras da União Europeia e da Catalunha atrás de si. Saiu em segredo, para não ser preso, regressa sabendo que será detido e pretende fazê-lo rodeado de apoiantes.

Assim que o vídeo foi publicado, o seu partido, o Juntos, convocava uma “recepção institucional” no Passeio Lluís Companys, junto ao parque da Ciutadella, que abriga o Palácio do Parlamento. Logo depois, o Conselho da República Catalã (organização privada fundada por Puigdemont para “promover o movimento de independência” e as principais associações independentistas – Associação Nacional Catalã, Òmnium e Associação de Municípios pela Independência – convocavam os seus seguidores para o mesmo local à mesma hora.

A CUP (Candidatura de Unidade Popular, partido anti-sistema independentista) associou-se à mobilização e o mesmo fizeram os CDR (Comités de Defesa da República), criados em antecipação do referendo de 2017 (em parte sob influência da CUP) para organizar protestos e concentrações e garantir a realização da consulta.

“O parlamento da Catalunha convocou todos os seus membros para o debate de investidura do próximo presidente da Generalitat, que começará amanhã[hoje], quinta-feira”, são as primeiras palavras de Puigdemont. “Em condições de normalidade democrática, seria irrelevante, desne-



OLIVIER HOSLET/LUSA



NACHO DOCE/REUTERS

Puigdemont deve chegar hoje a Barcelona de onde fugiu para não ser preso em 2017

cessário, um deputado como eu anunciar a sua intenção de participar na sessão. Mas as nossas não são condições de normalidade democrática”, afirma, antes de confirmar que iniciou o regresso na companhia de outro deputado eleito, Lluís Puig, que em 2017 era conselheiro (equivalente a ministro) da Cultura do seu governo.

As convocatórias para a “cerimónia institucional de boas-vindas ao 130.º

presidente da Generalitat da Catalunha” estão marcadas para as 8h, com indicação de que a cerimónia se iniciará às 9h. A sessão de investidura começa às 10h.

Quando anunciou que regressaria, para ser investido presidente, na campanha para as eleições catalãs de Maio, Puigdemont acreditava que a Lei da Amnistia estaria em vigor e calculava que não teria de passar pela cadeia. Entretanto, não só não teve votos para formar governo como viu o Supremo Tribunal considerar que os crimes de desvio de fundos de que é acusado não estão abrangidos pela

lei negociada entre o presidente do Governo espanhol, Pedro Sánchez, e os partidos soberanistas.

A ordem de detenção em seu nome continua válida e os Mossos d’Esquadra vão fechar o Parque da Ciutadella e controlar todos os que queiram dirigir-se ao *parlament*. O objectivo da polícia catalã será impedir a entrada de Puigdemont (e dos apoiantes que possam tentar interferir com a sua detenção), o desafio do líder independentista é precisamente alcançar o hemiciclo e participar no debate de investidura do socialista Salvador Illa.

“Um dia histórico”

“Ele não vem para ser preso”, afirmou, na terça-feira, o secretário-geral do Juntos, Jordi Turull, numa entrevista à TV3. “Se começarmos a dizer ‘ele vai entrar por esta porta, a esta hora’, etc., então obviamente que seria ‘ele vem para facilitar a sua prisão’”, disse, antes do anúncio de Puigdemont e da convocatória para “a cerimónia de boas-vindas”. Turull, que em 2017 era conselheiro da presidência e porta-voz do *govern*, esteve preso entre 2018 e 2021 (quando Sánchez fez aprovar o decreto de indulto aos oito dirigentes que ainda estavam na cadeia). Desde então, tem passado muito tempo com o ex-*president*.

Para Tull, o regresso de Puigdemont “será uma grande vitória para a independência”. Se conseguir participar no plenário, então tratar-se-á de “um dia histórico”.

“Se Puigdemont for detido, não posso aceitar que a sessão plenária decorra normalmente”, afirmou numa entrevista publicada ontem o presidente do parlamento catalão, Josep Rull, ex-conselheiro do Território e da Sustentabilidade, condenado a dez anos e seis meses de prisão, indultado, tal como Tull.

Assegurando que vai fazer “tudo o que estiver” ao seu alcance para evitar que Puigdemont seja detido enquanto deputado no exercício das suas funções, Tull adiantou que “se fosse esse o caso, tentaria colocar o presidente Puigdemont no local mais seguro possível dentro do parlamento, que seria” o seu gabinete. Confirmando que, nesse cenário, planeia adiar a sessão plenária, explicou que só depois de ouvir a mesa do parlamento e todos os grupos parlamentares se saberia se esse adiamento seria “por tempo indeterminado”. “O que não seria aceitável é que numa situação tão grave como a detenção de um deputado não o fizéssemos”, disse ainda, na entrevista ao portal de notícias catalão VilaWeb.

Quinta-feira, 8 de Agosto de 2024, será com grande probabilidade o dia em que Puigdemont será detido, quase sete anos depois da notícia de que tinha abandonado a Catalunha para o evitar, a 30 de Outubro de 2017. Aconteça o que acontecer, será o dia de Puigdemont – e não o dia de Illa, que venceu as eleições e negociou um pacto com a ERC (Esquerda Republicana da Catalunha) para ser investido e devolver o poder na região ao Partido Socialista da Catalunha, 14 anos depois.

Sánchez conseguiu fazer tudo o que queria: negociou a amnistia e garantiu o apoio dos partidos soberanistas ao seu próprio governo e viu Illa vencer e impedir a renovação da maioria independentista que se repetia desde o início do chamado *procès*. Anunciou o “regresso à política” e o fim da guerra entre Barcelona e Madrid.

Para trás tinha ficado o tempo das detenções, dos protestos e dos circos mediáticos – afinal, ao decidirem não aplicar a amnistia a Puigdemont, os juizes garantiram que o espectáculo recomeça já em seguida.

JÁ NÃO PRECISA DE APARELHO AUDITIVO COMO ESTE



Na AudiçãoActiva você encontrará
Aparelhos Auditivos como este.



Descubra o novo microCIC

- Discreto, praticamente invisível
- Feito à medida do ouvido
- Compatível com smartphones
- Superior qualidade de som
- Fácil de pôr e tirar
- Elevado desempenho
- Som natural de alta fidelidade
- Processador super eficaz no reconhecimento das vozes e na eliminação dos ruídos incómodos
- Automático

O microCIC é provavelmente o Aparelho Auditivo digital de adaptação personalizada mais discreto do mundo!!!

O microCIC é um conceito completamente inovador. Neste pequeno aparelho auditivo cabe a maior tecnologia para compensar até as mais diversas dificuldades auditivas. Funciona de forma programada para proporcionar ao utilizador uma audição natural, nítida, confortável e sem esforço. **Confirme hoje mesmo tudo o que este pequeno Aparelho Auditivo é capaz de fazer pela sua audição e receba esta Oferta Grátis.**

OFERTA ESPECIAL*

Telemóvel para seniores GRÁTIS

Marque hoje mesmo uma avaliação de aparelho auditivo, sem qualquer custo ou compromisso e receba grátis este fantástico telemóvel.

Compacto, fácil de usar e de a transportar e ainda por cima cabe num bolso!

Aproveite esta oportunidade.

LIGUE
PARA RECEBER
A SUA
AMOSTRA** microCIC
GRÁTIS



Características:

- Rádio FM
- Lanterna
- Câmara fotográfica
- Botões grandes

Ligue agora: 800 91 90 80 (Chamada Grátis)

REFERÊNCIA: JNPPUB10824 Ou solicite online: www.pequenomicrocic.pt

* Oferta limitada ao stock existente, e a uma unidade por pessoa, com mais de 65 anos.

**Amostra não-funcional limitada às primeiras 300 respostas e a uma amostra por lar.

Exemplos de Entidades com Planos de Participação na compra de aparelhos auditivos:

Altice Cuidados de Saúde, ADSE, Serviços Sociais CGD, CTT, EDP, Segurança Social, SAMS, APL Porto de Lisboa, Petrolgal, ADM / PSP / GNR / Serviços Sociais do Ministério da Justiça.

Lojas AudiçãoActiva

Chamada para a rede fixa nacional.

Chaves	R. Direita & Largo do Arrabalde, 2	Tel. 276 095 500
Viana do Castelo	Rua Manuel Espregueira, 30	Tel. 258 023 433
Braga	Av. Central, 24 - 1.º dto	Tel. 253 097 944
Barcelos	Praceta Rogério Calás Carvalho, 13	Tel. 253 089 830
Esposende	Rua Santa Maria dos Anjos, 9	Tel. 253 720 461
Guimarães	Av. Conde de Margaride, 84	Tel. 253 717 401
V. N. Famalicão	Pr. D.ª Maria II, 1282	Tel. 252 219 800
Póvoa de Varzim	Prac. do Almada, 55	Tel. 252 020 750
Santo Tirso	R. José Luís Andrade, 89	Tel. 252 025 400
Vila Real	Rua Nova, 17	Tel. 259 092 436
Maia	Av. Visconde de Barreiros, 73	Tel. 220 940 500
Ermesinde	Rua D. António Castro Meireles	Tel. 220 922 111
Penafiel	Av. Sacadura Cabral, 131	Tel. 255 094 200
Matosinhos	Av. da República, 472	Tel. 223 175 847
Porto (Camões)	Rua de São Brás, 479	Tel. 223 194 998
Porto (Carvalhido)	Pç. Exército Libertador, 59	Tel. 220 966 707
Porto (Bonfim)	Rua do Bonfim 57 e 59	Tel. 220 922 090
Gondomar	Rua 25 de Abril, 31	Tel. 220 941 400
Vila Nova de Gaia	Av. da República, 1483	Tel. 221 140 672
Espinho	Rua 20, 620	Tel. 221 134 149
Ovar	Rua Elias Garcia, 32	Tel. 256 023 912
Viseu	Rua Formosa, 86	Tel. 232 095 800
Aveiro	Av. Dr. Lourenço Peixinho, 184	Tel. 234 138 432
Covilhã	R. Comendador Campos de Melo, 31	Tel. 275 098 600
Coimbra	Av. Fernão de Magalhães, 15	Tel. 239 197 891
Castelo Branco	Av. Nuno Álvares, Lote D, loja 2	Tel. 272 092 700
Leiria	Av. Heróis de Angola, 111	Tel. 244 021 801
Caldas da Rainha	Rua General Queirós, 73	Tel. 262 142 668
Santarém	Av. do Brasil, 13 A	Tel. 243 098 000
Torres Vedras	Av. General Humberto Delgado, 19	Tel. 261 095 621
Vila Franca de Xira	Rua Serpa Pinto, 66	Tel. 263 140 234
Loures	Rua da República, 45 C	Tel. 211 973 328
Mem Martins	Av. Chaby Pinheiro, 26	Tel. 211 973 936
Odivelas	Av. Dom Dinis, 32	Tel. 219 332 283
Moscavide	Av. Moscavide, 25 A	Tel. 211 316 311
Agualva-Cacém	Av. dos Bons Amigos, 69 B	Tel. 211 944 790
Amadora	Rua 1.º Dezembro, 7 B	Tel. 211 329 120
Lisboa (Alvalade)	Largo Frei Heitor Pinto, 3C	Tel. 211 377 158
Lisboa (Benfica)	Estrada de Benfica, 681	Tel. 211 323 725
Lisboa (Algés)	Rua Damião de Góis, 46 B	Tel. 211 347 321
Lisboa (Anjos)	Av. Almirante Reis, 66	Tel. 211 337 000
Lisboa (5 de Out.)	Av. João Crisóstomo, 33	Tel. 211 973 338
Cascais	Av. 25 de Abril, 127 B	Tel. 215 831 560
Parede	Av. da República, 1469	Tel. 211 972 810
Almada	Av. D. Nuno Álvares Pereira, 44 A	Tel. 210 980 787
Barreiro	Av. Alfredo da Silva, 73/75	Tel. 211 335 130
Seixal	Rua Infante D. Augusto, 40B	Tel. 211 973 320
Évora	Prac. do Giraldo, 80	Tel. 266 096 000
Setúbal	Av. 5 de Outubro, 61 A	Tel. 265 419 225
Beja	Rua de Mértola, 108	Tel. 284 092 070
Loulé	Prac. da República, 40	Tel. 289 170 550
Portimão	Estrada de Alvor, 2	Tel. 282 144 500
Faro	Lrg. Dr. Francisco Sá Carneiro, Loja 11	Tel. 289 093 429
Funchal	Rua da Sé n.º 2, 2º piso	Tel. 291 093 400

Aberto dias úteis das 9h30 às 13h e das 14h às 19h. Sábados das 9h30 às 13h e das 14h às 17h.

Hamas “manda uma mensagem” com a escolha de Sinwar para líder

Maria João Guimarães

Movimento apressa-se a fazer anúncio enquanto região mantém tensão na expectativa de um ataque iraniano contra Israel

É algo que está longe de ser inédito: o assassinio, por Israel, de um líder de um grupo extremista, dá lugar a outro líder... ainda mais extremista: foi o que aconteceu quando Ismail Haniyeh, assassinado na semana passada em Teerão, foi substituído por Yahya Sinwar, até agora líder do Hamas na Faixa de Gaza e considerado um dos cérebros do ataque de 7 de Outubro contra Israel.

A mudança, anunciada na terça-feira, é digna de nota. Primeiro, pela rapidez com que foi tomada a decisão, dado o estado do Hamas, com muitos dos representantes da *shura*, o organismo que toma as decisões, em vários pontos de Gaza, mas também noutras cidades da região, e a liderança em Gaza escondida (do “trio” de líderes de Gaza, políticos e militares, apenas Sinwar conseguiu até agora manter-se vivo, apesar de a sua morte ser um dos objectivos de Israel desde o início da guerra; especula-se que estará num dos túneis da Faixa de Gaza; o secretário de Estado

dos EUA, Antony Blinken, disse recentemente que estaria “dez andares debaixo do solo”).

Segundo, por elevar à liderança alguém de momento na Faixa de Gaza, ou seja, sem a capacidade de levar a cabo iniciativas diplomáticas ou de representação do movimento no estrangeiro, por um lado, e por ter sido uma das pessoas a alegadamente planearem o ataque de 7 de Outubro.

O jornalista do diário *Haaretz* Jack Khouri escrevia que a escolha confirma o estatuto de Sinwar como a pessoa mais importante da organização, estatuto que tinha, aliás, até antes da morte de Haniyeh. E é mais um passo num processo que se iniciou em 2017, com a escolha de Sinwar para substituir Haniyeh como líder do Hamas em Gaza, o esbater das divisões entre as alas política e militar do grupo, diz o *Washington Post*.

“O fim da guerra”

De Gaza, onde se tem especulado que o Hamas será agora menos popular do que na Cisjordânia (em Gaza a população tem sofrido horrores nesta guerra, enquanto na Cisjordânia o acordo de troca de reféns que permitiu a libertação de palestinianos presos em cadeias israelitas foi uma rara boa notícia para muitos habitantes da Cisjordânia), as reacções à escolha

“Ele é um guerrilheiro. Como vão decorrer as negociações?”, questionava-se um habitante de Gaza

Yahya Sinwar, líder do Hamas na Faixa de Gaza, passa a chefiar todo o movimento



SOPA IMAGES/LIGHTROCKET VIA GETTY IMAGES

de Sinwar não foram, segundo a agência francesa AFP, as melhores.

“Ele é um guerrilheiro. Como vão decorrer as negociações?”, questionava-se um habitante deslocado, originalmente da Cidade de Gaza. “Não queremos nada mais do que o fim da guerra.”

Muitos não viam a escolha de Sinwar como um bom prenúncio para um acordo. Este acordo poderia, por sua vez, ser a chave para evitar uma potencial guerra regional, quando se espera a qualquer momento um ataque do Irão e milícias que apoia como resposta ao ataque israelita que matou, em Teerão, o então

líder do Hamas Ismail Haniyeh (não assumido por Israel) e, na véspera, o comandante do Hezbollah Fuad Shukr (assumido por Israel).

Sinwar é considerado um personagem especialmente duro numa organização especialmente dura. Foi libertado no âmbito de uma troca de prisioneiros palestinianos em troca da libertação do soldado Gilad Shalit. Foi líder dentro da prisão e cimentou o poder após ter saído, em 2011.

Os líderes de Gaza, incluindo Sinwar, são vistos como diferentes dos líderes fora, como era Haniyeh e é o antigo líder Khaled Meshaal, por exemplo, que vive numa situação confortável no Qatar.

Jack Khoury fala, no *Haaretz*, de um potencial conflito interno no Hamas, com a liderança interna a ter prevalecido, apesar da retórica do Hamas ter sido a de que a escolha de Sinwar foi “unânime”, como disse Osama Hadman, em Beirute, à Al-Jazeera. “E isso mostra a unidade” do movimento e “o facto de que Sinwar tem sido um parceiro em todo o processo de negociação” (por vezes Sinwar era apresentado como mais intransigente do que Haniyeh, que seria mais pragmático).

O *Haaretz* diz que a escolha de Sinwar pretende mandar uma mensagem a Israel e aos Estados Unidos. A mensagem é de intransigência.

Ucrânia atravessa fronteira russa e desencadeia novas batalhas na região de Kursk

As autoridades russas adiantaram, ontem, que estavam a travar intensos combates contra as forças ucranianas que tinham penetrado na região de Kursk, numa das maiores incursões em território russo desde o início da guerra na Ucrânia, em Fevereiro de 2022.

A Rússia avançou este ano após o fracasso da contra-ofensiva da Ucrânia em 2023 em obter grandes ganhos, e tomou 420km² de território às forças ucranianas desde 14 de Junho, disse Sergei Shoigu, chefe do conselho de segurança da Rússia. A Ucrânia ripostou na terça-feira – e os combates continuaram durante a noite e prolongaram-se ainda ontem, com as forças ucranianas a avançarem para noroeste da cidade fronteiriça de Sudja, 530km a sudoeste de Moscovo, segundo o Ministério da Defesa russo.

“O regime de Kiev lançou outra grande provocação”, disse o Presidente russo, Vladimir Putin, aos membros do Governo russo sobre o ataque a Kursk. Putin afirmou que as forças ucranianas estavam a disparar “indiscriminadamente” contra uma série de alvos civis na região e disse que em breve teria uma reunião com altos funcionários do Ministério da Defesa e do Serviço Federal de Segurança.

Tanto Kiev como Moscovo afirmam que não têm como alvo os civis na guerra, desencadeada pela invasão em grande escala da Rússia. Os canais russos do Telegram divulgaram imagens não verificadas de casas bombardeadas. Alexei Smirnov, o governador interino da região de Kursk, disse que havia vítimas, mas não deu um número exacto de mortos, e apelou aos cidadãos para

doarem sangue. Segundo Alexei Smirnov, um *drone* de ataque ucraniano atingiu uma ambulância nos arredores da cidade, matando o motorista e um paramédico e ferindo um médico. Sudja é o último ponto de transbordo operacional para as exportações de gás russo para a Europa através da Ucrânia. A apenas 60km de distância, a nordeste, encontra-se a central nuclear russa de Kursk.

Segundo a Reuters, a Ucrânia não comentou até agora os acontecimentos. Já na terça-feira, a Rússia

tinha enviado reservas para ajudar a reforçar as defesas russas, depois da chegada dos militares ucranianos.

Momento crucial

As batalhas em torno de Sudja ocorrem num momento crucial do conflito.

A Ucrânia está a perder território e Kiev está profundamente preocupada com a possibilidade de o apoio dos EUA diminuir, se Donald Trump ganhar as eleições de Novembro nos Estados Unidos.

Trump disse que iria acabar com a guerra; por isso, tanto a Rússia como a Ucrânia estão ansiosas por ganhar a posição negocial mais forte possível no campo de batalha. Shoigu disse na terça-feira que a janela para a paz estava a estreitar-se e que quanto mais tempo demo-

rasse para que Kiev comesse a falar sobre os termos, mais cara seria a paz para o povo ucraniano.

Os *bloggers* militares russos relataram combates intensos e disseram que a Ucrânia tinha penetrado cerca de 10-15km dentro da fronteira russa. O Ministério da Defesa afirmou que continuava a combater as unidades ucranianas “nas áreas da região de Kursk directamente adjacentes à fronteira russo-ucraniana”. As forças russas destruíram blindados ucranianos, incluindo sete tanques. As forças que se descrevem como paramilitares voluntários, que se opõem ao Kremlin e que lutam do lado da Ucrânia, penetraram em partes da região de Belgorod e Kursk este ano, desencadeando um grande esforço das tropas russas para criar uma zona tampão no Nordeste da Ucrânia. **Reuters**



Vladimir Putin reuniu-se ontem com membros do Governo e disse que Kiev lançou uma “grande provocação”

Só 27% dos angolanos se sentem em democracia e apenas 18% estão satisfeitos com o seu funcionamento

António Rodrigues

Popularidade de João Lourenço desceu para 26% e a do Governo para 21%. Empate técnico entre MPLA e UNITA

A radiografia ao estado da democracia em Angola dado pelo novo Afrobarometer, que hoje é apresentado no Instituto Politécnico Sol Nascente, no Huambo, traz dados capazes de fazer soar os alarmes em relação ao futuro do país, tendo em conta que apenas 27% dos angolanos sentem que vivem numa democracia, e só 18% se mostram satisfeitos com o seu funcionamento, ao mesmo tempo que diminui a rejeição de regimes autoritários ou militares. Entre os jovens com menos de 25 anos, que compõem 65% da população do país, só 14% estão contentes com o funcionamento da democracia.

Esta situação reflecte-se negativamente na opinião dos inquiridos sobre o desempenho do Presidente, João Lourenço, e do seu Governo. Não só há uma diminuição generalizada na opinião positiva sobre o desempenho do executivo (21%), como a aprovação do chefe de Estado caiu a pique em cinco anos, de 44% em 2019 para 26% actualmente.

Mais ainda quando os dados mostram que é entre os residentes de Luanda e da região norte do país, onde o MPLA teve os piores resultados nas eleições de 2022, perdendo em Luanda, Cabinda e Zaire, que essa opinião negativa sobre o chefe de Estado e do Governo mais se acentuou. Tanto na região norte como em Luanda, só 11% dos inquiridos acham que o país vai na direcção certa.

Em resultado disso, o inquérito de opinião mostra um aumento das intenções de voto na UNITA e, pela primeira vez, um empate técnico entre os dois principais partidos: 30% para o MPLA e 27% para a UNITA (a margem de erro é de três pontos percentuais). É um sinal de perda de popularidade do partido que governa o país desde a independência há quase meio século, mas também que o principal partido da oposição não conseguiu capitalizar: há 43% que não querem nenhum deles.

O combate à inflação e a luta contra a corrupção, bandeira de Lourenço desde o princípio do seu mandato, são os dois temas que mais contribuíram para a diminuição da aprovação do executivo do MPLA. A percepção positiva do trabalho do executivo em



AMPE ROGÉRIO/LUSA

Mais de metade dos angolanos já se viu sem nada para comer

relação à corrupção passou de 34% em 2019 para 21% agora; no que diz respeito à manutenção dos preços, se o valor já era baixo há cinco anos (13%), hoje desceu para 7% – sinal da subida acentuada dos preços do cabaz de compras que, em Março, de acordo com o *Expansão*, custava nove vezes o salário mínimo.

A percentagem de angolanos a viver na pobreza extrema acentuou-se desde 2019 – era de 35% há cinco anos, é hoje de 46%. A região mais pobre entre as pobres é a do Leste do país, onde 64% das pessoas vivem na pobreza extrema e só 5% da população está acima da pobreza.

Quase um terço da população (31%) admitiu que no último ano aconteceu-lhe muitas vezes não ter comida sufi-

A percentagem de angolanos a viver na extrema pobreza subiu desde 2019 – era de 35%, é hoje de 46%

ciente, percentagem que sobe para 54%, se lhe juntarmos os que responderam que várias vezes se viram na mesma situação. Quase metade da população (46%) viu-se muitas vezes sem salário ou rendimento.

Com apenas 27% dos angolanos inquiridos a acharem que vivem numa “democracia completa” ou “com pequenos problemas” (18% em Luanda) e só 18% (como em 2019) a se sentirem satisfeitos com o funcionamento da democracia, não se estranha, mas não deixa de ser preocupante, que os índices de rejeição de líderes autoritários, partidos únicos ou

governos militares tenha diminuído desde o anterior inquérito do Afrobarometer, realizado em 2022. Apesar de ainda altos, mostram uma descida importante em apenas dois anos, sinal também da descrença em relação ao Governo do MPLA: o da opção militar passou de 66% para 59%, o do partido único de 69% para 59% e o do líder autoritário de 73% para 66%.

No entanto, embora descendo ligeiramente em relação a 2022 (47%), a maioria dos inquiridos (45%) ainda considera que a democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo, acima dos 37% que responderam favoravelmente em 2019. O mesmo se passa em relação aos que mostraram preferência por um governo não democrático em certas circunstâncias: de 2022 para 2024 subiu de 15% para 16%, mas permanece abaixo dos 23% de 2019.

O Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana que desde 1999 analisa as atitudes dos cidadãos em matéria de democracia, governação, economia e sociedade civil. Começou com 12 países e agora que chega à décima ronda de inquéritos de opinião vai em 43. Angola entrou em 2019 e este é o seu terceiro inquérito, sempre com os investigadores Carlos Pacatolo, do Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela, e David Boyo, do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, como coordenadores através da empresa de estudos de opinião Ovilongwa.

O inquérito foi realizado entre 27 de Março e 19 de Abril a 1200 pessoas com 18 e mais anos, dividido equitativamente entre homens e mulheres, 65% urbanos e 35% rurais. A margem de erro é de mais ou menos três pontos percentuais e o nível de confiança de 95%.

Nobel da Paz Muhammed Yunus lidera governo interino do Bangladesh

André Certá

O banqueiro de 84 anos foi nomeado pelo Presidente do Bangladesh, Mohammed Shahabuddin, para liderar o governo interino do país

Muhammad Yunus, vencedor do Prémio Nobel da Paz em 2006, foi nomeado líder do governo interino no Bangladesh pelo Presidente, Mohammed Shahabuddin. Yunus era o principal nome apontado pelos manifestantes, a sua maioria estudantes, que forçaram a então primeira-ministra Sheikh Hasina a demitir-se e a fugir do país, que governava desde 2009.

O anúncio foi ontem feito pelo Presidente do país, depois de uma reunião com os líderes dos três ramos militares, que têm controlado a situação no país desde a queda do Governo e a fuga da ex-primeira-ministra na segunda-feira. O nome de Yunus foi primeiro apontado pelos estudantes, organizados na Liga Estudantil Antidiscriminação, que organizaram a maioria dos protestos, primeiro contra o controverso sistema de quotas na função pública e depois contra o Governo de Sheikh Hasina.

A investidura do governo, segundo



O banqueiro Muhammad Yunus recebeu o Prémio Nobel da Paz em 2006 pela invenção do microcrédito

o chefe do Exército, Waker-Uz-Zaman, está marcada para hoje às 20h00 locais (15h00 em Portugal).

“Pareceu-me que ele está muito ansioso por fazer este trabalho. Estou certo de que será bem-sucedido em levar-nos a um processo democrático e de que beneficiaremos”, disse o responsável do Exército, citado pelo jornal local *The Daily Star*.

Numa entrevista publicada na terça-feira no jornal indiano *ThePrint*, Muhammad Yunus declarou que o fim do Governo de Hasina trouxe uma “segunda libertação” ao Bangladesh, comparando-a à independência do país, celebrada a 26 de Março.

“Éramos um país ocupado enquanto ela [Hasina] lá esteve. Ela comportava-se como uma força de ocupação, uma ditadora, um general, a controlar tudo. Hoje, todo o povo do Bangladesh sente-se libertado”, disse Yunus na entrevista, dizendo ainda que Hasina estragou o legado do seu pai, Sheikh Mujibur Rehman, conhecido

pela alcunha de “Bangabandhu”.

“Estão a sentir a sensação de libertação e a alegria de podermos começar tudo de novo... Quisemos fazê-lo na primeira fase, quando nos tornámos independentes em 1971. E não o fizemos devido a todos os problemas que temos actualmente”, acrescentou o agora chefe do governo interino do Bangladesh.

Antes de partir de Paris, onde Yunus foi conselheiro e embaixador dos Jogos Olímpicos de 2024, o banqueiro disse aos jornalistas: “[Estou] ansioso por regressar a casa e ver o que está a acontecer e como nos podemos organizar para sair dos problemas em que nos encontramos.”? A chegada de Yunus ao Bangladesh está marcada para esta quarta-feira.

Muhammed Yunus foi distinguido com o Prémio Nobel da Paz em 2006 pela invenção do microcrédito, uma forma de empréstimo de montantes baixos e termos muito facilitados dirigido às pessoas mais desfavorecidas efectuada pelo Grameen Bank, que Yunus fundou e que leva o site do Prémio Nobel a chamar-lhe o “banqueiro para os mais pobres dos pobres”.

Ontem, um tribunal do Bangladesh reverteu uma decisão judicial que tinha condenado Yunus a seis meses de prisão em Janeiro por ter violado a legislação laboral do país, algo que Yunus sempre negou, alegando que o julgamento tinha sido politicamente motivado.

“Apelo ao povo do Bangladesh para que fale a uma só voz contra a injustiça e a favor da democracia e dos direitos humanos para todos e cada um dos nossos cidadãos”, disse na altura sobre a sua condenação.

Os protestos nas ruas de várias cidades do Bangladesh, especialmente na capital, Daca, que provocaram a demissão da anterior primeira-ministra, Sheikh Hasina, na segunda-feira, duraram quase um mês e provocaram a morte, segundo o *The Daily Star*, de mais de 400 pessoas, especialmente devido à violência da resposta policial.

O novo inspector-geral da Polícia do Bangladesh, Md Mainul Islam, nomeado depois da demissão de Hasina, admitiu aos jornalistas que alguns “agentes da polícia pouco profissionais” não seguiram os princípios aceites quanto ao uso da força e violaram direitos humanos.

“Apelo fervorosamente a todos para que mantenham a calma. Por favor, abstenham-se de todo o tipo de violência”, pediu Yunus numa declaração citada pela televisão indiana NDTV. E acrescentou: “Se seguirmos o caminho da violência, tudo será destruído.”

CP surpreendida com interferência do ministro nos planos para alta velocidade

Governo admite comprar menos comboios do que a empresa ferroviária quer, podendo impedir o objectivo de ter um comboio da CP a cada meia hora na ligação entre Porto e Lisboa

Carlos Cipriano e Ruben Martins

Depois de saneada a dívida histórica, a CP prepara-se para investir em comboios de alta velocidade com o objectivo de ter uma posição relevante no mercado, nomeadamente na ligação Lisboa-Porto. Mas a encomenda que a empresa pública ferroviária preparava — e onde se incluíam 14 automotoras para serviços de alta velocidade — pode vir a ser encurtada, depois de o ministro com a pasta das infra-estruturas ter admitido que não é “saúdável para o mercado o Estado investir tanto em comboios”.

Segundo apurou o PÚBLICO, as declarações de Miguel Pinto Luz surpreenderam a própria administração da CP, que já tinha apresentado à tutela o seu plano de negócios para a alta velocidade, embora fosse omissa acerca da quota de mercado que poderia obter. Na altura, o governante não manifestou qualquer opinião negativa sobre o que lhe foi exposto.

Já na Assembleia da República, no final do mês de Julho, Pinto Luz defendeu que, se a encomenda fosse concluída de acordo com a proposta da CP, a operadora pública “ficaria com 80% do mercado” da alta velocidade, algo que “não é saúdável para o mercado”. O mercado não é regulado pelo Governo, mas sim pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) e, do lado da infra-estrutura, pela Infra-Estruturas de Portugal e pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes. A quota de mercado depende do número de passageiros transportados e não do número de comboios, até porque, no limite, poderá ser de 100% caso não apareçam outros operadores interessados em operar em Portugal. O ministro das Infra-Estruturas justificou a sua posição com o facto de o Governo ser “contrário à existência de monopólios”.

Questionado pelo PÚBLICO sobre este processo e em que dados se baseou para estimar uma quota de mercado para a CP na casa dos 80%, o gabinete do ministro não respondeu às questões.

Esse plano de negócios da CP para a alta velocidade é basicamente o mesmo que foi gizado durante o consulado de Nuno Freitas, antigo presidente da empresa, e, com algumas alterações, passa pela compra de 14 comboios aptos a velocidades de 300 km/h para operarem na linha Lisboa-Porto, com opção para mais quatro



Ministro das Infra-Estruturas sublinhou no Parlamento que o Governo é “contrário à existência de monopólios”

quando esta for prolongada a Vigo e ainda mais quatro para operar no eixo Lisboa-Madrid. No total, este investimento poderá atingir, aproximadamente, 715 milhões de euros, mas como a compra seria faseada, os primeiros 14 custariam cerca de 455 milhões de euros. Um comboio de alta velocidade pode custar entre 30 e 35 milhões de euros, pelo que estas contas foram feitas com o valor médio de 32,5 milhões.

Comboios a cada 30 minutos

Na linha Lisboa-Porto, a CP planeou uma oferta igualmente faseada, intro-

duzindo composições à medida que estas fossem entregues pelo fabricante, mas que, no final, consistiria em um comboio de meia em meia hora entre as seis da manhã e as 23h00. Nas horas de ponta da manhã e da tarde, a oferta mantinha-se, mas com comboios circulando em dupla (duas unidades acopladas uma à outra), duplicando o número de lugares. Um comboio moderno de alta velocidade pode levar 400 passageiros, mas se for com dois andares (como o TGV Duplex que circula em França) pode transportar 700 passageiros.

Também o Partido Socialista resolveu questionar o Governo sobre a palavras do ministro, defendendo os socialistas que “um mercado aberto e concorrencial não deve nunca ser confundido com uma limitação artificial ao operador público” e que “impedir a CP de fazer crescer a sua actividade acima de uma determinada quota apenas distorcerá a concorrência”. As perguntas realizadas a 30

de Julho ainda não foram respondidas pelo Governo.

A CP, que ainda não tem caderno de encargos nem definiu com pormenor a tipologia do comboio, fez provisoriamente as contas a 400 passageiros por unidade, o que, com uma oferta de 102 comboios por dia, perfaz uma oferta de 14,9 milhões transportados por ano entre Lisboa e Porto (incluindo os que entrem e saiam em Leiria, Coimbra e Aveiro). A par da alta velocidade, continuará a haver oferta na linha do Norte, com comboios mais lentos, e outros serviços mistos que terão origens e destinos fora dessa “auto-estrada ferroviária”, mas que poderão usá-la para encurtar os tempos de viagem. Por exemplo: Figueira da Foz-Lisboa, Caldas da Rainha-Porto, Guarda-Lisboa, Covilhã-Porto, Régua-Lisboa.

Os 14,9 milhões de passageiros por ano e comboios de meia em meia hora entre o Tejo e o Douro podem parecer muito, sobretudo tendo em

conta que hoje circulam 3 milhões de passageiros entre Lisboa e Porto, mas, ainda assim, ficam muito aquém dos 125 milhões de passageiros que se deslocam em viatura própria neste eixo. Ou seja, o plano de negócios da CP com 14 comboios de alta velocidade de meia em meia hora é cauteloso face ao potencial do mercado, abrindo espaço para a concorrência.

Para além do interesse da CP em operar nas linhas de alta velocidade, neste momento já é conhecido o interesse da B-Rail (pertencente ao grupo Barraqueiro) e da Renfe, a operadora pública espanhola. Já a CP estima ter facilidade em obter financiamento na banca para comprar os comboios — embora com o aval do Estado —, tendo em conta que a amortização poderá ser feita em 14 anos.

A nova linha de alta velocidade Porto-Lisboa deverá ter a primeira fase concluída em 2030, altura em que a ligação entre as duas cidades deverá andar por volta das duas horas.

Taxas Euribor sobem mas não anulam as quedas da véspera

Rosa Soares

Expectativa de que o BCE seja mais ambicioso no corte de taxas em Setembro está a acelerar a descida das Euribor

As taxas Euribor subiram ontem, anulando parte das quedas verificada na véspera, quando registaram as maiores descidas em mais de um ano. A forte queda é explicada pela instabilidade que se vive nos mercados bolsistas, em grande parte devido aos receios de que a economia norte-americana possa entrar em recessão. Esta possibilidade poderá obrigar a acelerar o corte de juros nos bancos centrais, em particular nos EUA, mas também na Europa.

A expectativa é a de que o Banco Central Europeu (BCE) proceda a mais um corte nas suas taxas directoras na próxima reunião, a realizar em Setembro, mas está em aberto a dimensão desse corte.

A descida mais pronunciada das Euribor é positiva para as famílias com crédito à habitação associado a estas taxas, uma parte dos quais já sentiu uma redução dos encargos, mas ainda pouco significativa face à forte subida dos juros registada nos últimos dois anos.

Depois de uma descida de 0,1 pontos percentuais na terça-feira, a Euribor a 12 meses recuperou ontem cerca de metade, ou, mais concretamente, 0,054 pontos, para 3,192%. Trata-se do patamar diário mais baixo desde 21 de Dezembro de 2022. E desde o valor mais alto verificado no ano passado, de 4,228% (a 29 de Setembro), esta taxa já perdeu 100 pontos percentuais.

Este prazo está cada vez mais perto dos 3%, valor que se espera que seja atingido até ao final do ano. A expectativa de redução para os 3% também é extensível às taxas a três e a seis meses, sendo que o contrato de futuros da Euribor a três meses com vencimento em Dezembro aponta mesmo para um valor ligeiramente abaixo desta barreira.

A taxa Euribor a seis meses, actualmente a mais utilizada no crédito à habitação existente, ganhou 0,065 pontos percentuais, para 3,462%. Esta subida fica, no entanto, abaixo da queda de 0,097 pontos registada na véspera. O actual nível é o mais baixo desde 12 de Abril do ano passado.

Também o prazo mais curto, a taxa a três meses, recuperou 0,046 pontos, para 3,569%, depois de ter caído 0,061 pontos na véspera. Este prazo é o que apresenta valor mais elevado

e o que tem caído menos face ao máximo de 4,002% registado a 19 de Outubro do ano passado.

A revisão dos contratos à habitação a taxas variáveis, ou seja, assentes nas taxas Euribor, é feita com as médias do mês anterior. Assim, os valores de Agosto influenciarão as revisões a ocorrer em Setembro, que serão sempre de redução das prestações, dadas as quedas já acumuladas, mas poderão ser maiores se a actual tendência se mantiver até ao final do mês.

A “alimentar” as descidas acumuladas pelas taxas Euribor tem estado o início do corte das taxas directoras do BCE, em 0,25 pontos percentuais, decidida em Junho, ainda pequeno



Todas as atenções estão viradas para Christine Lagarde e para a reunião do BCE em Setembro

face às fortes subidas realizadas nos dois anos anteriores. A taxa de facilidade permanente de depósito, a que tem maior influência na evolução das Euribor, caiu, assim, para 3,75%. O controlo da inflação tem sido a maior preocupação do BCE e dos restantes bancos centrais, o que tem tido impacto negativo no crescimento económico. As Euribor são fixadas pela média das taxas a que 19 bancos da zona euro está disposto a emprestar dinheiro entre si.

Emprego atinge novo máximo e taxa de desemprego recua para 6,1%

Raquel Martins

No segundo trimestre de 2024, havia quase 5,1 milhões de pessoas empregadas em Portugal

O emprego em Portugal atingiu um novo máximo histórico, aproximando-se dos 5,1 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2024, enquanto a taxa de desemprego recuou para 6,1%.

Depois de, no arranque de 2024, Portugal ter ultrapassado a barreira dos cinco milhões de pessoas empregadas, os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que este indicador atingiu agora um novo recorde à boleia do sector dos serviços e totalizou 5099,9 mil pessoas.

Trata-se de um aumento de 0,8% (40,5 mil) em relação ao trimestre anterior e de 1% (48,5 mil) face ao período homólogo de 2023.

Esta evolução positiva do emprego ficou a dever-se ao aumento de 2,2% dos empregados no sector dos serviços, nomeadamente nos agregados da administração pública, defesa e Segurança Social obrigatória e da educação, cujo aumento (55,3 mil pessoas) representou 69,3% da variação do sector.

O INE destaca ainda o aumento registado nos homens (1%); nas pessoas dos 25 aos 34 anos (3,5%), com ensino superior (6%) e com contra-



Dados do segundo trimestre são influenciados pelo turismo

to sem termo (3,4%). Já a população desempregada recuou para 332 mil pessoas e a taxa de desemprego caiu para 6,1%, ficando abaixo dos 6,8% registados no trimestre anterior e mantendo a proporção do período homólogo.

Para a evolução homóloga da população desempregada, destaca o INE, contribuíram os acréscimos nas mulheres (2,3%); pessoas dos 16 aos 24 anos (19,7%); com ensino superior (10,2%) e desempregados há menos de 12 meses (4,8%). Cerca de 39% dos desempregados estavam

nessa situação há 12 ou mais meses (desemprego de longa duração), valor superior ao do trimestre precedente, mas inferior ao do trimestre homólogo.

O desemprego jovem (pessoas dos 16 aos 24 anos) continua a ser muito superior à taxa apurada para a generalidade da população. De acordo com o INE, 22% dos jovens estavam na situação de desemprego, uma percentagem que diminuiu em relação ao trimestre anterior (um ponto percentual) e aumentou relativamente ao trimestre homólogo (4,7 pontos percentuais).

A taxa de subutilização do trabalho - um indicador mais abrangente da população desempregada porque contabiliza o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inactivos à procura de emprego, mas não disponíveis, e os inactivos disponíveis, mas que não procuram emprego - recuou para 10,6%.

O inquérito trimestral realizado pelo INE para analisar o mercado de trabalho não desconta o efeito da sazonalidade. Por isso, a evolução do emprego e do desemprego é mais favorável nos segundo e terceiro trimestres, muito influenciados pelos empregos relacionados com a actividade turística e com o Verão.

Os dados agora divulgados foram calibrados com os resultados definitivos dos Censos 2021, que actualizaram as estimativas da população residente em Portugal.



Consulta pública do Plano de Ação de Gestão de Ruído do Lanço IC21 - Montijo (IP1)/Alcochete

O Plano de Ação supramencionado encontra-se em consulta pública de 9 de agosto de 2024 a 8 de setembro de 2024, por um prazo de apreciação pública de 30 dias, de acordo com o Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, na sua atual redação (Decreto-Lei n.º 84-A/2022, de 9 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2023, de 5 de abril, e regulamentado pela Portaria n.º 42/2023 de 9 de fevereiro). Os interessados poderão pronunciar-se por escrito até ao dia 8 de setembro de 2024, através do site www.participa.pt.

Os referidos estudos encontram-se, igualmente, disponíveis para consulta ao público nas seguintes Câmaras Municipais do Barreiro, Moita e Palmela.



távira

AVISO

Torna-se público, nos termos e para efeitos disposto no n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, aplicável à Administração Local por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que a Câmara Municipal de Távira pretende recrutar um Diretor do Departamento de Administração Geral - cargo de direção intermédia de 1.º grau, cuja área de atuação é a constante do artigo 13.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, publicado no *Diário da República* 2.ª Série, n.º 250, de 29 de dezembro de 2023, através do aviso n.º 24308/2022 e do mapa de pessoal. Podem candidatar-se os trabalhadores, que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Licenciatura em Direito ou Gestão ou Economia.
- Capacidade de iniciativa e decisão, capacidade de planeamento e organização, otimização de recursos, liderança e gestão de pessoas, bem como experiência no sector de atuação para o qual é aberta a presente oferta. Os interessados deverão formalizar as candidaturas no prazo de 10 dias úteis contados da publicação deste procedimento na Bolsa de Emprego Público, em suporte eletrónico através da plataforma disponibilizada para o efeito em <https://recrutamento.cm-tavira.pt>, acompanhadas de *curriculum vitae*, documentos comprovativos das habilitações literárias e da formação profissional e declaração do serviço onde conste o serviço a que pertence, natureza do vínculo e categoria que detém, bem como a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, tarefas e responsabilidades exercidas e o tempo correspondente ao seu exercício.

O presente aviso, de acordo com o citado diploma legal, foi publicitado na Bolsa de Emprego Público.

Paços do Concelho de Távira, 15 de julho de 2024

A Vereadora de Administração, Ambiente e Assuntos Jurídicos,
Sónia Jorge Costa Pires

Novas taxas de IRS entram em vigor hoje, à espera das tabelas de retenção na fonte

Rafaela Burd Relvas

Falta publicar as novas tabelas de retenção na fonte, que irão reflectir a descida das taxas e permitir alívio já este ano

Está publicada a nova tabela de IRS, que virá baixar as taxas deste imposto nos primeiros seis escalões de rendimento. As novas regras entram já em vigor (hoje, mais precisamente), mas só em 2025 terão efeito, quando forem declarados os rendimentos deste ano. A cobrança mensal do IRS também irá baixar, e já este ano, mas ainda estão por publicar as novas tabelas de retenção na fonte, que irão reflectir a descida das taxas e que deverão entrar em vigor a partir de Setembro, segundo anunciou já o Governo.

O diploma foi publicado ontem em *Diário da República*, depois de, no mês passado, ter sido promulgado pelo Presidente da República. Em causa estava a proposta do Partido Socialista para baixar as taxas de IRS, que foi aprovada no Parlamento contra a vontade dos partidos do Governo.

Com a publicação das novas taxas, é alterado o artigo 68.º do Código do IRS e os seis primeiros escalões de rendimentos passam a estar sujeitos a uma tributação mais baixa: 13% para o primeiro escalão (em vez de 12,25%); 16,5% para o segundo escalão (em vez de 18%); 22% para o terceiro escalão (em vez de 23%); 25% para o quarto escalão (em vez de 26%); 32% para o quinto escalão (em vez de 32,75%); e 35,5% para o sexto escalão (em vez de 37%).

Já os três últimos escalões irão manter-se inalterados, com uma taxa de 43,5% para o sétimo escalão; 45% para o oitavo escalão e 48% para o nono escalão. Para além disso, os valores que definem estes três últimos escalões de rendimento são alterados, de forma a compensar uma parte da redução do IRS que resulta do desagravamento das taxas nos escalões mais baixos. Assim, o sétimo escalão, que abrange actualmente os rendimentos colectáveis acima de 39.791 euros e até aos 51.997 euros, passará a ter como limite os 43 mil euros; o oitavo escalão passa a aplicar-se a rendimentos acima de 43 mil euros e até 80 mil (em vez dos actuais 81.199 euros); e o nono escalão aplica-se a partir dos 80 mil euros.

O diploma agora publicado entrará em vigor já hoje, mas os efeitos não irão sentir-se de imediato. Só em



NUNO FERREIRA SANTOS



MANUEL ROBERTO

Foram ontem publicados vários diplomas em *Diário da República*, entre os quais o do IRS e o da taxa sobre o alojamento local

Setembro, adiantou o Governo nessa altura, esclarecendo, ainda, que será aprovado “um mecanismo para fazer retroagir essa redução das taxas de IRS, que terá em conta as retenções na fonte já aplicadas sobre os rendimentos do trabalho e pensões”. Ainda não é certo como é que este mecanismo irá funcionar, mas o ministro das Finanças já admitiu que a medida deverá ser implementada a dois tempos, uma parte em Setembro e outra a partir de Outubro.

Rendas, luz e portagens

Também ontem foram publicados outros três diplomas em *Diário da República* que trarão alívios às despesas suportadas pelas famílias, todos a partir do próximo ano: o aumento da dedução das despesas com rendas no IRS, o alargamento do consumo eléctrico que está abrangido pelo IVA a 6% e a eliminação das portagens nas ex-Scut.

Em concreto, a dedução da despesa com rendas em sede de IRS é aumentada dos actuais 600 euros para um valor máximo de 800 euros, mas de forma gradual, durante os próximos três anos: 50% da subida será aplicada em 2025; 25% em 2026 e 25% em 2027. Para além disso, os contribuintes que tenham um rendimento colectável até ao primeiro

escalão de IRS terão direito a deduzir um valor máximo de 1100 euros de despesas com rendas já no próximo ano. Actualmente, o limite para estes contribuintes é de 900 euros.

Quanto ao IVA da electricidade, o diploma agora publicado estabelece que o volume de consumo eléctrico mensal que está sujeito à taxa reduzida de IVA (de 6%), para a generalidade das famílias, será aumentado de 100kWh para 200kWh. O consumo para lá deste patamar continuará a ser taxado a 23%. No caso das famílias numerosas, o volume de consumo abrangido pelo IVA reduzido aumentará de 150 para 300kWh.

Já no que diz respeito às antigas Scut, serão eliminadas as portagens aos utilizadores destas estradas. Estão abrangidas por esta eliminação os lanços e sublanços da A4 (Auto-Estrada Transmontana); A13 e A13-1 (Pinhal Interior); A22 (Algarve); A23 (Beira Interior); A24 (Interior Norte); A25 (Beiras Litoral e Alta); e A28 (Litoral Norte, nos troços entre Esposende e Antas e entre Neiva e Darque).

Todas estas alterações entrarão em vigor a 1 de Janeiro de 2025.

Seis meses para a CEAL

Foi, ainda, publicada em *Diário da República* a autorização legislativa que permitirá ao Governo revogar a contribuição extraordinária sobre o alojamento local (CEAL), concretizando-se uma das medidas lançadas no âmbito do novo pacote legislativo dirigido ao sector da habitação.

Introduzida no ano passado no âmbito do Mais Habitação e com efeitos fiscais este ano, a CEAL é uma contribuição extraordinária aplicada apenas sobre os apartamentos alocados ao alojamento local, bem como aos estabelecimentos de hospedagem em apartamentos, excluindo aqueles que se encontrem nas regiões do interior do país. Ficam ainda isentos de CEAL os alojamentos em habitação própria e permanente, quando a exploração não ultrapassar os 120 dias por ano. A taxa, a aplicar com base em coeficientes económicos e de pressão urbanística, ficou fixada em 15%.

O diploma agora publicado vem permitir a eliminação desta contribuição extraordinária, mas não de forma imediata. Trata-se de uma autorização legislativa, que tem a duração de 180 dias, o que significa que, dentro desse prazo, o Governo poderá publicar o despacho que concretiza, finalmente, a revogação da CEAL. O mais certo é que o Governo faça uso desta autorização antes do final deste ano.

6

Com a publicação das novas taxas, os seis primeiros escalões de rendimentos passam a estar sujeitos a uma tributação mais baixa

800

A dedução da despesa com rendas em sede de IRS é aumentada de 600 euros para um valor máximo de 800 euros, mas de forma gradual

2025, quando forem declarados os rendimentos deste ano, é que a Autoridade Tributária irá calcular o IRS a pagar pelos contribuintes, já com base na nova tabela e não na actual.

Haverá, ainda assim, um alívio que irá sentir-se já este ano, mas, para isso, ainda terão de ser publicadas as novas tabelas de retenção na fonte, que irão definir quanto é que as empresas e outras entidades pagadoras deverão reter de IRS directamente nos salários brutos dos trabalhadores. No final do mês passado, o Ministério das Finanças confirmou que irá adaptar estas tabelas para que passem a reflectir o desagravamento das taxas de IRS nos primeiros seis escalões.

As novas tabelas de retenção na fonte deverão entrar em vigor em



EDITAL

Assunto: Constituição de servidão administrativa do “Ribes - Reforço da Ligação do Sistema de Abastecimento em Alta do Sotavento/Barlavento Algarvio” – Publicitação nos termos e para os efeitos do artigo 8.º e do n.º 4 do artigo 11.º, ambos do Código das Expropriações

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 8.º e no n.º 4 do artigo 11.º, ambos do Código das Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei nº168/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, a sociedade Águas do Algarve, S.A., faz público o seguinte:

Ficam os proprietários e demais interessados notificados de que, por deliberação de 08 de julho de 2024, a Comissão Executiva da sociedade Águas do Algarve, S.A., empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve, criado pelo Decreto-Lei nº 93/2019, de 15.07, na reunião de 21 de dezembro de 2023, deliberou requerer, ao abrigo do disposto no artigo 8.º e no n.º 1 do artigo 10.º do Código das Expropriações (aprovado pela Lei nº 168/99, de 18.09, na sua redação atual), e do Decreto-Lei nº 15/2021, de 23.02, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5/2023, de 20.01, conjugados com o disposto na Base XVIII das Bases da Concessão (aprovadas em anexo ao regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 319/94, de 24.12, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 195/2009, de 20.08 de agosto), bem como com o disposto na Cláusula 29.º do Contrato de Concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve, assinado a 24.07.2019, a constituição das servidões administrativas sobre os prédios identificados no quadro em anexo à presente resolução, o qual contém a identificação dos proprietários dos imóveis onerados com a servidão e demais interessados conhecidos, a largura e comprimento da faixa da servidão, os ónus e/ou os encargos que a sua constituição implica, a previsão do montante de encargos a suportar com a constituição da servidão e, ainda, o que se encontra previsto nos instrumentos de gestão territorial para a zona de localização dos imóveis a onerar.

(conjuntamente designados por “Prédio”)

Por se desconhecerem outros interessados, para efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 10.º do Código das Expropriações aplicáveis por via do artigo 8.º do mesmo Código, utiliza-se este meio para publicar a existência da seguinte proposta de acordo por via do direito privado para as constituições das servidões com as características acima mencionadas (a qual foram igualmente notificadas diretamente aos proprietários dos Prédios nos termos conjugados do artigo 8.º e n.º 1 do artigo 11.º do Código das Expropriações):

As propostas apresentadas no quadro anexo têm por referência o valor apurado nos relatórios elaborados por perito da lista oficial, o qual constam em anexo à resolução de constituição de servidão.

Para qualquer esclarecimento sobre o conteúdo das referidas resoluções de requerer a constituição de servidão, dos documentos que a instruem, bem como das propostas de constituição da servidão por via do direito privado apresentadas, deverá ser contactada a entidade expropriante, através dos seguintes contactos:

Aero-Topográfica, Lda.

Morada: Rua Tierno Galvan, Torre 3 – 8.º andar – 1070-274 Lisboa

Pessoa de contacto preferencial: Eng.ª Maria José Morais

Telefone: 917 841 232

Email: aerotopografica@gmail.com

Ficam, assim, por esta via, notificados os proprietários dos Prédios e todo os eventuais outros interessados para, no prazo de 30 dias contados da última publicação a que se refere o n.º 4 do artigo 11.º do Código das Expropriações, aplicável por via do artigo 8.º do mesmo Código, dizerem o que se lhes oferecer sobre as propostas apresentadas, podendo, querendo, apresentar contraproposta nos termos do n.º 5 do mesmo artigo 11.º.

A resposta à proposta de aquisição constante deste edital, bem como a apresentação de eventual contraproposta deverá ser dirigida à entidade interessada na constituição da servidão, através dos contactos acima indicados.

A recusa ou falta de resposta no prazo referido no parágrafo anterior, ou a falta de interesse na contraproposta confere à entidade expropriante a faculdade de requerer, de imediato, a declaração de utilidade pública, nos termos do artigo 12.º do Código das Expropriações, aplicado por via do artigo 8.º do Código das Expropriações.

O Presidente do Conselho de Administração, **António Paulo Jacinto Eusébio**

Em anexo: Mapa de servidão com identificação dos prédios e proprietários; Plantas parcelares com a delimitação da área que se pretende onerar.



MAPA DE SERVIDÕES Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve – Sistema de Abastecimento de Água RIBS - REFORÇO DA LIGAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO EM ALTA DO SOTAVENTO/BARLAVENTO ALGARVIO

Nº DA PARCELA	NOME E MORADA DOS PROPRIETÁRIOS E OUTROS INTERESSADOS	MATRIZ		IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO		IDENTIFICAÇÃO DA PARCELA		ÁREA (m²)
		RURAL/ITA	URBANA	DESCRIÇÃO PRELIMINAR	FRONTEIRA/CONCELHO	CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO	NATUREZA DA PARCELA (CLASSIFICAÇÃO PREVISTA NO PDM) SERVIDÃO E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	
1,2	MUNICÍPIO DE ALMURBERRA Rua do Município 800-180 Almurbera	28	Secção P	14800/000011 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Espaços Urbanísticos	381 m²
2	Françoiso Otilio Dias e Otilia de Jesus Cabrita Rua do Município 800-180 Almurbera - Argentina	28	Secção P	0318/1801119	Albufeira	Norte: Estrada e Hectares de Joaquim Silva Casanova Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Espaços Urbanísticos	100 m²
3	Hectares de Jorge de Sousa Xavier, CCH Rua do Município 800-180 Almurbera	27	Secção P	15080/000001 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Espaços Urbanísticos	460 m²
4A	María Emilia Cardoso Martins Rua do Município 800-180 Almurbera	129	Secção P	00080/180711 S	Albufeira	N. Melo & Melo, Lda. S. Estrada Nacional 125 O. Estrada Nacional 125 E. Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	272 m²
5	María Emilia Cardoso Martins Rua do Município 800-180 Almurbera	73	Secção P	13020/000111	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	273 m²
6	María Emilia Cardoso Martins Rua do Município 800-180 Almurbera	141	Secção P	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	81 m²
7	António Gregório Cabrita Ramos e Maria de Lurdes Cabrita Ramos Rua do Município 800-180 Almurbera	61	Secção O	04180/1800011	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	672 m²
8	María de Lurdes Vitorino Soares de Sousa e Maria de Lurdes Vitorino Soares de Sousa Rua do Município 800-180 Almurbera	62	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	523 m²
9	María de Lurdes Vitorino Soares de Sousa e Maria de Lurdes Vitorino Soares de Sousa Rua do Município 800-180 Almurbera	62	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	57 m²
10	María de Lurdes Vitorino Soares de Sousa e Maria de Lurdes Vitorino Soares de Sousa Rua do Município 800-180 Almurbera	61	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	118 m²
11	María de Lurdes Vitorino Soares de Sousa e Maria de Lurdes Vitorino Soares de Sousa Rua do Município 800-180 Almurbera	78	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	444 m²
12	María de Lurdes Vitorino Soares de Sousa e Maria de Lurdes Vitorino Soares de Sousa Rua do Município 800-180 Almurbera	76	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	51 m²
13	Desconhecido	65	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	127 m²
14	Desconhecido	67	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	467 m²
15	María de Lurdes Vitorino Soares de Sousa e Maria de Lurdes Vitorino Soares de Sousa Rua do Município 800-180 Almurbera	68	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	168 m²
16	Fernando Palma Guarneto Rua do Município 800-180 Almurbera	11549			Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	140 m²
17	Desconhecido	68	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	132 m²
18	Desconhecido	126	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	260 m²
19	Desconhecido	125	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	158 m²
20	Desconhecido	124	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	28 m²
21	Desconhecido	211	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	208 m²
22	Desconhecido	212	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	147 m²
23	Desconhecido	213	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	230 m²
24	Desconhecido	214	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	261 m²
25	Desconhecido	173	Secção O	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	358 m²
26	Desconhecido	124	Secção N	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Proteção do Recurso Natural	124 m²
27	Desconhecido	125	Secção N	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Proteção do Recurso Natural	124 m²
28	Desconhecido	126	Secção N	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Proteção do Recurso Natural	124 m²
29	Desconhecido	127	Secção N	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Proteção do Recurso Natural	124 m²
30	Desconhecido	26	Secção BF	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	470 m²
31	Desconhecido	26	Secção BF	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	180 m²
32	Desconhecido	27	Secção BF	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	127 m²
33	Desconhecido	28	Secção BF	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	142 m²
34	Desconhecido	101	Secção BG	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	1026 m²
35	Desconhecido	76	Secção BG	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	1023 m²
36	Desconhecido	76	Secção BG	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	726 m²
37	Desconhecido	80	Secção BG	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	256 m²
38	Desconhecido	81	Secção BG	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	614 m²
39	Desconhecido	99	Secção BG	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	77 m²
40	Desconhecido	100	Secção BG	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	81 m²
41	Desconhecido	84	Secção BG	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	886 m²
42	Desconhecido	85	Secção BG	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	106 m²
43	Desconhecido	123	Secção BH	00080/180711 S	Albufeira	Norte: Estrada Nacional 125 Leste: Estrada Nacional 125 Sul: Estrada Nacional 125 Oeste: Estrada Nacional 125	Zona de Uso Agrícola	588 m²

ÁREA TOTAL DE EXPROPRIAÇÃO
NÚMERO TOTAL DE PARCELAS

2993 m²
14



EDITAL Nº. 328/2024

Assunto: NOTIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA TOMADA DE POSSE ADMINISTRATIVA DAS PARCELAS 1 E 2, PARA A CONSTRUÇÃO DA VIA 2 DE ESTRUTURAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO CASAL DOS REIS – PROPOSTA DO MONTANTE INDEMINIZATÓRIO AOS EXPROPRIADOS E DEMAIS INTERESSADOS

Paula Marreiros, Diretora do Departamento de Administração Geral, no uso das competências subdelegadas pelo Sr. Vereador Nuno Dias, por Despacho n.º 432/2022, de 28 de setembro de 2022, torna público que:

1 – Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 17.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (doravante CE), o ato declarativo da utilidade pública da expropriação e a autorização da tomada de posse administrativa das parcelas necessárias à “Execução da Via 2 – Via de Estruturação da Unidade de Execução do Casal dos Reis, em Loures”, foi publicado no *Diário da República*, do dia 18 de julho de 2024, por extrato, na 2.ª Série, n.º 138, através da Declaração n.º 48/2024/2;

2 – No seguimento do procedimento expropriativo, tendo em vista a expropriação amigável, e para os efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 35.º do CE, ficam notificados na qualidade de **proprietários e demais interessados** da proposta do Município de Loures, relativa ao montante indemnizatório a pagar, designadamente:

- **Parcela n.º 1:** com a área de 652,00m², sita em Casal dos Reis - Montemor, na Freguesia de Loures, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 10394 e com a descrição em Conservatória do Registo Predial n.º 9247 da referida Freguesia, cujos proprietários conhecidos são: Maria Aurora da Conceição Viana, residente no Largo da Saudade, n.º 3, Montemor, 2670-502 Loures e Jorge Luís Conceição Viana Castelo Catarino, casado com Liliana Duarte Viera Catarino, residentes na Rua Major Rosa Bastos, n.º 46, Montemor, 2670-502 Loures, apresentamos a proposta a título de indemnização pela expropriação, no montante de **56.725,00€ (cinquenta e seis mil, setecentos e vinte cinco euros)**, conforme valor determinado na avaliação pericial levada a efeito por perito da lista oficial de peritos do Ministério da Justiça.

- **Parcela n.º 2:** com a área de 235,00m², sita em Casal dos Reis - Montemor, na Freguesia de Loures, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 2455 e com a descrição em Conservatória do Registo Predial n.º 19540, ficha n.º 8101 da referida Freguesia, cujos proprietários conhecidos são: Maria Aurora da Conceição Viana, residente no Largo da Saudade, n.º 3, Montemor, 2670-502 Loures e Jorge Luís Conceição Viana Castelo Catarino, casado com Liliana Duarte Viera Catarino, residentes na Rua Major Rosa Bastos, n.º 46, Montemor, 2670-502 Loures, apresentamos a proposta a título de indemnização pela expropriação, no montante de **211.500,00€ (duzentos e onze mil e quinhentos euros)**, e cujo arrendatário conhecido é: Eduardo da Silva Pimenta, residente na Rua Major Rosa Bastos, Casal dos Reis, número 4, R/C P, Montemor, 2670-502 Loures, para o qual apresentamos a proposta a título de indemnização pela expropriação, no montante de **16.680,80€ (dezasseis mil, seiscentos e oitenta euros e oitenta cêntimos)**, ambos os valores determinados na avaliação pericial levada a efeito por perito da lista oficial de peritos do Ministério da Justiça.

Assim, e para os efeitos do disposto no n.º 2 artigo 35.º do CE, os expropriados e demais interessados, dispõem do prazo de 15 dias para responder, podendo fundamentar a sua contraproposta em valor constante de relatório elaborado por perito à sua escolha;

3 – Para constar, e inteiro conhecimento de todos os interessados, se publica o presente edital, que será afixado nos lugares de estilo deste Município no lugar da situação do bem, na sede da Junta de Freguesia de Loures, no sítio da internet, em www.cm-loures.pt (Município» Câmara Municipal» Editais), bem como nos jornais, em conformidade com o disposto do n.º 4 do artigo 11.º do Código das Expropriações.

4 – O presente edital é constituído por 4 (quatro) páginas.

Loures, 29 de julho de 2024

A Diretora do Departamento de Administração Geral
(Despacho de Subdelegação de competências número 432/2022 de 28 de setembro de 2022)
Paula Marreiros

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS Direção-Geral das Autarquias Locais Declaração (extrato) n.º 48/2024/2

Sumário: Declara, a pedido do Município de Loures, a utilidade pública da expropriação das parcelas necessárias à execução do projeto denominado Via 2 – Via de Estruturação da Unidade de Execução do Casal dos Reis, em Montemor, Loures.

Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, por despacho de 11 de junho de 2024, emitido ao abrigo do artigo 1.º, n.º 1 do artigo 3.º, n.º 1, do artigo 13.º e artigo 15.º, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, no exercício das competências previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 13.º, n.º 1 do artigo 17.º, todos do mesmo Código, a pedido do Município de Loures, com os fundamentos de facto e de direito insíntes nas Informações n.º 1-000268-2024 e 1-000381-2024, respetivamente, de 10 de abril de 2024 e de 31 de maio de 2024 da Direção-Geral das Autarquias Locais, e tendo em consideração os documentos que integram o processo n.º 13.023.23/DAJ daquela Direção-Geral, onde podem ser consultados, declarou a utilidade pública da expropriação e autorizou a tomada de posse administrativa das parcelas a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

Número da parcela	Proprietários	Outros interessados	Área (m²)	Matriz (Freguesia de Loures)		Número da descrição do registo predial
				Rústica	Urbana	
1	Maria Aurora da Conceição Viana; Jorge Luís da Conceição Viana Castelo Catarino casado com Liliana Duarte Vieira Catarino	—	652	—	10 394	9247
2	Herdeiros de Carlos Augusto Castelo Catarino: Maria Aurora da Conceição Viana; Jorge Luís da Conceição Viana Castelo Catarino casado com Liliana Duarte Vieira Catarino; Outros herdeiros desconhecidos	Eduardo da Silva Pimenta (arrendatário)	235	—	2 455	19540 Ficha n.º 8101

A expropriação destina-se à execução da obra da Via 2 – Via de Estruturação da Unidade de Execução do Casal dos Reis, em Montemor, Loures.

20 de junho de 2024

A Subdiretora-Geral,
Filipa Mourão



urbanismo, planeamento, transportes e mobilidade pelouro

processo n.º 249/2024/URB • local: SANTA MARIA DA FEIRA
requerente: Fullbike, Lda

Aviso N.º 30670/2024/INT

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 3 do art. 27º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, conjugado com o art. 13º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, publicado no *Diário da República* n.º 203, II Série, de 16/10/2015, torna-se público que se encontra pendente nesta Câmara Municipal o pedido de **licenciamento** para alteração aos lotes nºs 59 e 60 do alvará de loteamento n.º 1/2010/ALV, emitido em 18/02/2010, o qual consiste em alterar o polígono base, alterar o n.º de pisos para rés do chão e andar, aumentar a área de construção de habitação, diminuir a área de implantação, propor a constituição de área destinada a estacionamento no edifício principal e eliminar a área destinada a anexos.

Os lotes a alterar estão descritos na Conservatória do Registo Predial Comercial e Automóvel de Santa Maria da Feira sob os nºs 3374/20100226 - Feira e 3375/20100226 - Feira e inscritos na matriz urbana sob os artigos 5854 e 5855, da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, deste concelho.

A consulta pública, decorrerá pelo período de 10 dias úteis, contados do último dos avisos publicados no *Diário da República*, no jornal nacional e no Portal do Município em www.cm-feira.pt. Durante o período da consulta pública, o(s) interessado(s) podem consultar o processo nos serviços do Atendimento Municipal, situados na Rua Dr. Elísio Castro, n.º 37, na cidade de Santa Maria da Feira, durante o horário normal de expediente e, no caso de oposição, apresentar, por escrito, exposição devidamente fundamentada, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.

Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 04/07/2024

Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade,
Arq.ª Ana Ozório



Editais n.º 128/2024

José Manuel Pereira Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Valongo, faz público que: Nos termos do disposto nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, (Código das Expropriações), foi tomada em reunião de câmara de 2023.05.18 a deliberação da qual consta a intenção de requerer a expropriação dos terrenos necessários para tornar exequível a obra “Circuito Pedonal do Rio Ferreira, em Campo.

Na sequência da citada deliberação, encontra-se igualmente nesta Edilidade, uma proposta de aquisição, pela via do direito privado, das parcelas de terreno identificada em planta cadastral como “8” e “12” abaixo identificadas.

Parcela 8

Proprietário – Condóminos do Prédio sito na Rua Central de Campo 1290, 1296, 1298, 1300, 1308, 1316, 1318 e 1320, 4440-035 Campo - Valongo

Área – 430,00m²

Custo do terreno – 430,00 m² x € 6,58 / m² = € 2.829,40

Benfeitorias: Choupos – 4 x € 22,00 = 88,00

Ocupação da área sobrance:

Área – 366,00m²

Custo do terreno – 366,00 m² x € 6,58 / m² = € 2.408,28

TOTAL – € 5.325,68,00

Classificação do terreno – Espaço Agrícola e Estrutura Ecológica Municipal. RAN, REN, Zonas Ameaçadas pelas Cheias

Identificação do prédio de onde é destacada a parcela:

Artigo Matricial – Urbano 8783 da freguesia de Campo e Sobrado

Registo Predial – N.º 3066/20020307

Parcela 12

Proprietário – Condóminos do Prédio sito na Rua Central de Campo 1410, 1420, 1430, 1440, 1450, 1460 e 1470, 4440-039 Campo - Valongo

Área – 544,00m²

Custo do terreno – 544,00 m² x € 6,58 / m² = € 3.579,52

Benfeitorias: Choupos – 10 x € 22,00 = 220,00

Ocupação da área sobrance:

Área – 1.450,00m²

Custo do terreno – 1.450,00 m² x € 6,58 / m² = € 9.541,00

TOTAL – € 13.340,52,00

Classificação do terreno – Espaço Agrícola e Estrutura Ecológica Municipal. RAN, REN, Zonas Ameaçadas pelas Cheias

Identificação do prédio de onde é destacada a parcela:

Artigo Matricial – Urbano 7696 da freguesia de Campo e Sobrado

Registo Predial – N.º 2168/19970929

Segundo as propostas de aquisição referidas, fundamentadas em avaliação feita por perito da lista oficial, a Câmara Municipal propõe-se pagar pelas citadas parcelas de terreno a importância de acima indicada.

Em conformidade com o preconizado no n.º 4 e n.º 5 do artigo 11.º do citado artigo e diploma legal, o(s) proprietário(s) e demais interessados, têm 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação no jornal, do presente edital, para dizerem o que se lhes oferecer sobre a proposta apresentada, podendo a sua contraproposta ter como referência o valor que for determinado em avaliação documentada por relatório elaborado por perito da sua escolha.

Mais se informa que o processo administrativo se encontra disponível para consulta, pelos interessados, nos serviços do Departamento de Obras, Projetos e Mobilidade desta Câmara Municipal, sito na Rua Aldeia dos Lavradores, n.º 240, 4445-640, Ermesinde, sujeito a agendamento prévio através do endereço dopm@cm-valongo.pt ou do telefone 967 101 028.

Valongo e Paços do Concelho, ao primeiro dia do mês de julho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal
José Manuel Ribeiro, Dr.



CONHEÇA AS NOSSAS COLEÇÕES
DE HISTÓRIA EM **LOJA.PUBLICO.PT**

MAIS INFO: 210 111 010



Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país. Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa

Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org

Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2

- Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00

Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alceirim»: Rua Joaquim Miguel

Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril

Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalceirim@alzheimerportugal.org

Delegação Norte: Centro de Dia “Memória de Mim”

- Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra

Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org

Delegação Centro: Urb. Casal Galego

- Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal

Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org

Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da

Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL - Tel. 291 772 021

- E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim

Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org

Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2,

Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690

- E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org



COMPLETE AS
SUAS COLEÇÕES
NAS LOJAS **PÚBLICO**

**EDIFÍCIO
DIOGO CÃO
DOCA DE ALCANTARA
NORTE, LISBOA
(JUNTO AO
MUSEU DO ORIENTE)**
HORÁRIO:
2.ª – 6.ª FEIRA: 9H – 19H
SÁBADO: 11H – 17H

MAIS INFORMAÇÕES: loja.publico.pt | 210 111 010

Em 2023, a fatia orçamental do Governo para a ciência recuou a valores de 2014

Os dados divulgados pela União Europeia mostram que Portugal teve o quinto menor investimento nesta área em percentagem do Orçamento do Estado entre os 27 países da comunidade europeia

Tiago Ramalho

Quase uma década depois, a percentagem do Orçamento alocada pelo Governo português à investigação e desenvolvimento – ou seja, à ciência – voltou aos valores praticados em 2014. Segundo os dados divulgados pelo Eurostat (Gabinete de Estatísticas da União Europeia), a percentagem de despesa do Governo português em 2023 correspondeu a 0,71% das despesas totais –, ou seja, muito similar aos 0,7% das despesas totais através do Orçamento do Estado verificados em 2014.

Os valores mais elevados desta percentagem de despesa alocada à investigação foram registados entre 2016 e 2019, sempre acima dos 0,82%, mas nos anos mais recentes os gastos nesta área já tinham sofrido reduções contínuas. Estes dados correspondem à percentagem de todas as despesas, ou seja, qual a fatia do Orçamento do Estado que é gasta em investigação e desenvolvimento por um dado Governo. Embora a percentagem tenha reduzido para valores próximos de 2014, houve um aumento efectivo do dinheiro saído do Orçamento do Estado: de 630 milhões de euros em 2014 para 802 milhões de euros em 2023.

Além da quebra no último ano, que reflecte o peso da ciência nas prioridades de investimento do Governo, os dados mostram também uma queda de Portugal para o quinto país da União Europeia com menor despesa orçamental em investigação em 2023, com a mesma percentagem do que a Letónia e a Eslováquia. Na cauda ficaram Roménia (0,31%), Hungria (0,48%), Bulgária (0,57%) e Malta (0,68%). Do outro lado da tabela, com mais de 2% do orçamento do Estado alocado a despesas em investigação estão Alemanha, Estónia e Países Baixos.

Para 2024 ainda não há dados comparáveis com toda a União Europeia, mas a Direcção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência adianta que as dotações orçamentais para investigação e desenvolvimento deverão voltar a cair este ano para os 0,66% do Orçamento do Estado. Todos estes dados correspondem à utilização de fundos nacionais, excluindo-se o dinheiro europeu destas contas. As verbas da Europa têm sido, desde 2018, sempre superiores às verbas nacionais para o



A despesa em investigação e desenvolvimento representou uma fatia similar a 2014 no Orçamento do Estado para 2023

investimento em ciência através do Orçamento do Estado.

Crescimento europeu

Em toda a União Europeia houve um aumento de cerca de 5% no dinheiro alocado, com cerca de seis mil milhões a mais nos gastos totais dos 27 países europeus. Mais concretamente, há um crescimento dos 117 mil milhões de euros investidos pelos governos em 2022 para os 123 mil milhões de euros alocados pelos Orçamentos do Estado europeus em 2023.

O crescimento europeu é ainda maior se olharmos para os dados de 2014, onde os gastos se cingiam aos 80 mil milhões de euros em toda a União Europeia – ou seja, um crescimento na casa dos 50% entre 2014 e 2023. Este aumento é sobretudo alicerçado na Alemanha, cujo orçamento para investigação totaliza quase 45 mil milhões de euros (em 2014, eram 25 mil milhões de euros). Há também um forte contributo da França, com 18 mil milhões de euros

em 2023 (face aos 14 mil milhões de euros em 2014), e na Itália, com 13 mil milhões de euros gastos em 2023 (oito mil milhões de euros em 2014). Juntos, estes três países perfazem quase dois terços do orçamento para o sector no ano passado.

A maior parte deste financiamento foi alocado às universidades e institutos de ensino superior, com 35,5% dos fundos em toda a União Europeia a destinarem-se para este sector da investigação e desenvolvimento. Os dados especificados por país para a distribuição por objectivos só estão disponíveis para 2020. Nesse ano, mais de metade das verbas do orçamento para investigação foi enviada para as universidades.

Outro instrumento de medição habitualmente utilizado pela Comissão Europeia é valor gasto por cada habitante – o que, embora corrija eventuais disparidades populacionais, acrescenta disparidades no dinheiro que cada país tem para gastar. Aqui, as contas não são muito

melhores. Portugal investe 76,60 euros por cada habitante, o que lhe vale o sexto lugar na tabela, novamente a contar da cauda – à frente apenas da Roménia, Hungria, Bulgária, Malta e Eslováquia. A média europeia são 275,60 euros por cada habitante, muito estimulados pelos 646,60 euros por habitante no Luxemburgo ou os 552,40 euros da Dinamarca.

Os dados do Eurostat servem de retrato da situação na União Europeia e permitem comparar a evolução do investimento do país. Em traços gerais, Portugal mete mais dinheiro em investigação, mas há um peso menor nas despesas totais destinadas a esta área – revelando a perda de peso e de prioridade na alocação de verbas.

O aumento do investimento em investigação é um desígnio da União Europeia, cuja meta de investir 3% do produto interno bruto (PIB) em ciência e tecnologia até 2030 está longe de ser cumprida em Portugal – e em toda a Europa.

No caso português, segunda esta medida, ainda mal ultrapassámos o equador desta meta: temos 1,70% do PIB português investido em ciência e tecnologia, segundo os resultados provisórios do *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2023* – ou seja, 4500 milhões de euros gastos neste sector. Divulgados no final de Julho, estes resultados mostram uma estagnação face a 2022, quando faltam seis anos para a meta dos 3%.

Mais: a fatia pública neste investimento também está em quebra. Se desdobrarmos estes 1,70% do PIB português investido em ciência e tecnologia, rapidamente percebemos que a maioria deste valor representa um investimento das empresas: 1,07% (desses 1,70% do PIB) são gastos pelas empresas. A mudança no investimento é significativa face há uma década, com o aumento do peso das empresas – em 2014 representavam 0,6% dos 1,29% do PIB investido em ciência nesse ano.

O movimento que nos une, num fio que vai de Cristina Caprioli a Trajal Harrell

A bienal deste ano coroou a italiana Cristina Caprioli com o Leão de Ouro e o norte-americano Trajal Harrell com o Leão de Prata. “Nós, humanos, somos movimento”, defendeu o director Wayne McGregor

Alexandra Balona, em Veneza

Durante milénios o ser humano comunicou através do movimento, dançou as suas ansias e os seus desejos, e negociou com os deuses e com a natureza a sua existência e a sua finitude. Hoje, num clique, estamos conectados globalmente. Porém, esse gesto é feito de fluidos e conexões químicas num organismo vivo, condição inalienável mesmo na presente era digital e de inteligência artificial.

Apesar de todos os dispositivos, diz Wayne McGregor, director artístico do departamento de Dança da Bienal de Veneza, persistimos numa espécie de dança interna, “uma ponte expressiva, tão imediata, tão ressonante, tão versátil que as palavras sozinhas não conseguem substituí-la”. E com a premissa de que “nós, humanos, somos movimento”, o coreógrafo britânico convocou este ano artistas que exploram esta substância da existência.

Assim, o Leão de Ouro da edição 2024 da Bienal de Dança de Veneza premiou a obra multidimensional de Cristina Caprioli (Brescia, Itália, 1953), bailarina, coreógrafa, teórica experimental e académica para quem a coreografia é um laboratório de experimentação de outros modos de ser.

Filha de pai italiano e mãe sueca, Caprioli recorda da infância o interesse pelo rigor geométrico e arquitectónico do ballet, tendo partido aos 17 anos para a Suécia, onde iniciou a sua prática de dança moderna. Seguir-se-ia Nova Iorque, onde contactou com a dança pós-moderna, em especial com Douglas Dunn (que fundou, com Trisha Brown e Steve Paxton, o grupo Grand Union). Influenciada pelas estratégias de indeterminação, pelo pós-minimalismo de Eva Hesse e pelo cruzamento entre o real e o imaginário, viria a prosseguir na Europa a experimentação de uma dança “pós-pós-moderna”, no âmbito da qual tudo parecia possível. Em 1983 regressa à Suécia, cria mais de 30 obras, lecciona na escola de dança e de circo DOCH e promove festivais, simpósios e projectos interdisciplinares.

A dança, para esta coreógrafa, não visa traduzir uma mensagem política. Mas é no movimento, entendido como *medium*, que se pode abrir outro espaço para o político. O significado é constituinte da dança, e não constitutivo.

Nesta bienal que lhe atribuiu o prémio de carreira, destacaram-se as



Em cima, *flat haze*, de Cristina Caprioli, uma peça duracional de nove horas; em baixo, *Tambourines*, de Trajal Harrell

Tanto Cristina Caprioli como Trajal Harrell usam a dança como meio que reclama o político

criações *flat haze* (2019) e *deadlock* (2022). A primeira, uma peça duracional, corresponde a nove horas de coreografia que convidam o público a partilhar o espaço cénico com os *performers*. Na Salle d'Armi do Arsenal, uma neblina horizontal atravessou o espaço, desenhada por ínfimos fios de pesca de um lado ao outro da sala, uma trama que condiciona o olhar do público e produz uma cartografia de movimento. A sonoplastia minimal é acompanhada por um texto lido, ao qual respondem os movimentos de Caprioli.

Flat haze pode ser lida como uma espécie de metáfora da prática da coreógrafa: trabalhar a partir de um e múltiplos fios paralelos, numa dramaturgia plana, em contínuo, recor-

dando-nos que a visão parcial pode ser mais precisa do que a visão total (uma crítica ao ocular-centrismo do contemporâneo).

Já *deadlock* parte de outras referências: do *cyborg* e das cinzas ao fantasma, à passagem, ao retorno. O fantasma é essa figura que atravessa culturas, que não tem presença mas existe; que é monocromático, transparente e sem matéria. Quando criamos, parece dizer Caprioli, estamos em diálogo com os nossos fantasmas, reais ou imaginários, e nestas negociações criam-se passagens, numa espécie de eterno retorno espelhado no cenário (uma citação de Richard Serra): ondulante e curvo, afunila e, sem saída, propõe o regresso. Ali, a *performer* inicia um movimento abstracto e minimal, de repetições e diferenças, onde uma série de rotações centrípetas abre um aparente vazio. Mas na imobilidade persiste a oscilação interna do corpo.

Camadas de história

O Leão de Prata celebrou, por sua vez, a genialidade de Trajal Harrell (Douglas, 1973), o afro-americano que nos vem convidando a repensar a história da dança, além das narrativas hegemónicas ocidentais. Com um percurso que passa por Yale e São Francisco, é em Nova Iorque que contacta com o legado da dança pós-moderna. O mergulho, em 1999, nos bailes de *voguing* do Harlem, inicia-

dos na década de 1960 pela comunidade *gay*, travesti e transexual afro-americana e latina, conecta-o com outra dança pós-moderna – movimentos exuberantes, inspirados na moda, diluindo fronteiras de género, identidade, classe e estilo, por oposição aos gestos mínimos dos coreógrafos da Judson Church.

A partir desse momento, Harrell cria uma série de obras intituladas *Twenty Looks or Paris is Burning at the Judson Church*, procurando responder à questão: “O que teria acontecido em 1963 se alguém da cena *voguing* tivesse dançado na Judson Church?” Propondo um encontro imaginário entre distintas práticas, Harrell reescreve a dança pós-moderna americana, e a sua prática prossegue, demonstrando a multiplicidade de camadas inscritas na história da dança contemporânea.

Em Veneza, o coreógrafo que na *rentrée* trará ao Porto *The Köln Concert* apresentou *Tambourines* (2024), a partir da obra literária *A Letra Escarlata*, de Nathaniel Hawthorne. Testemunho da América colonial e puritana do século XVII, retrata a história de uma mãe solteira forçada a usar um “A” de “adultério” como forma de punição social.

Trajal Harrell propõe de novo uma ficção histórica: e se esta mulher tivesse sido acolhida e celebrada? Estruturada em três momentos – fornicção, educação e celebração –, a peça dialoga com a violência patriarcal e o controlo sobre o corpo a que as mulheres ainda são sujeitas. O primeiro momento é exuberante. No segundo, quatro intérpretes em trajes femininos de época ensaiam gestos contidos; o terceiro momento torna-se uma marcha ritualística, reiterando o *cat walk* a que Harrell nos habituou, num crescendo de liberdade.

Tanto Caprioli como Harrell usam a dança como meio que reclama o político. Caprioli não se reconhece na lógica logocêntrica e capitalista, insistindo numa dança que não visa um produto final narcisista. Harrell demonstra a hibrididade e a multiplicidade das camadas históricas, levando a audiência a questionar predeterminações de género, raça, identidade e estilo na dança contemporânea, e além dela.

O PÚBLICO viajou a convite da Bienal de Dança de Veneza



Luzes e sombras na “restituição” de colecções em museus

Opinião



Luís Raposo

“O tráfico de bens culturais é uma actividade lucrativa para a criminalidade organizada e, em alguns casos, para as partes em conflito e os terroristas. Tal deve-se, em especial, ao baixo risco de detecção, ao potencial para conseguirem margens elevadas e à dimensão atractiva dos mercados lícitos e ilícitos, impulsionados por uma procura mundial estável ou crescente por parte de coleccionadores, investidores e museus.” “Em 2021, o mercado ‘lícito’ da arte e das antiguidades foi avaliado em 65 mil milhões de dólares a nível mundial, o que corresponde a um aumento de 29% em relação a 2020, ultrapassando os níveis anteriores à pandemia de covid-19.”

Assim começa a comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, em Dezembro de há dois anos, dando conta da elaboração de um Plano de Acção para Combater o Tráfico de Bens Culturais. E logo acrescenta: “A Interpol assinalou o facto de mais de 850 mil artefactos terem sido apreendidos a nível mundial em 2020, dos quais mais de metade na Europa. Desde 2016, a operação mundial anual Pandora conduziu a 407 detenções e à recuperação de 147.050 bens culturais.”

Trata-se de um assunto muito sério, que os *Pandora Papers* apenas vieram actualizar, causando profundo impacto, mesmo vergonha, no mundo dos museus e desde logo dos “grandes museus”, aqueles que se diria estarem “acima de toda a suspeita”. Um dos exemplos mais chocantes foi e continua a ser o do Metropolitan Museum, de Nova Iorque (ver, por exemplo, a recente reportagem do programa televisivo *60 Minutes* sobre as antiguidades traficadas do Camboja). Mas muitos outros museus americanos (pelo menos uma dezena, segundo o Fórum Internacional de Jornalistas de Investigação) poderiam ser referidos – e isto sem contar pseudomuseus, galerias, *marchands* e coleccionadores privados, sendo os museus apenas a ponta de um imenso icebergue de sangue.

O escândalo não se limita aos museus e outros agentes



**Trono camaronês
no Museu de Etnologia
de Berlim**

americanos. Os museus europeus, por exemplo, a começar pelos mais referenciais, não fogem ao drama. Basta lembrar o caso do Louvre: depois de sucessivas denúncias dos profissionais do museu e dos museus em geral quanto aos caminhos ínvios que estava a seguir (“Os museus não estão à venda”, numa tradução livre de um texto do diário francês *Le Monde*), o antigo director, Jean-Luc Martinez, acabou por ser detido há dois anos por apoio ou mesmo pertença a uma rede de traficantes de antiguidades, sendo demitido do seu cargo... para entretanto ter já sido nomeado “embaixador temático responsável pela cooperação internacional no campo do património”. E quase o mesmo se passou ainda mais recentemente com o Museu Britânico: a nuvem originada por rocambolesca estória do roubo de cerca de dois milhares de peças por parte de rede promovida por um dos seus conservadores, com a inicial e persistente recusa do director em reconhecê-lo, e que levou à demissão deste, essa nuvem não levou assim tanto tempo a dissipar-se porque o dito director foi nomeado director do Museu Saudita das Culturas Mundiais.

Talvez nenhum país, nenhuma região, nenhum museu, e seguramente nenhum “mercado de antiguidades”, esteja isento deste tipo de flagelos. Portugal também não, como comprovam por

exemplo os ainda poucos, mas inquietantes dados emergentes do período em que Lisboa funcionou como uma espécie de Casablanca da Europa (ver, por exemplo, o recente livro de Neill Lochery *Lisboa II: Os Países Neutros e a Pilhagem Nazi*, editora Casa das Letras). E ainda este ano os EUA tiveram de devolver à Itália centenas de antiguidades pilhadas, provenientes de museus e colecções particulares, arrestadas em apenas dois anos e no valor de mais de 80 milhões de dólares.

Esta questão do saque e tráfico de antiguidades para colecções privadas e para museus consiste no verdadeiro “elefante na sala” quando se fala de peças “de origem contestada” ou “duvidosa”. Constitui um flagelo, um verdadeiro escândalo civilizacional do nosso tempo, muitíssimo mais vasto e grave do que a questão das colecções coloniais ilegal ou ilegalmente



O saque e tráfico de antiguidades para colecções privadas e para museus consiste no verdadeiro ‘elefante na sala’

recolhidas em museus. Causa por isso estranheza (para dizer o menos) que seja quase omitida nas agendas “activistas” contemporâneas e para o demonstrar levei a cabo há semanas numa rede social a seguinte experiência: em dias seguidos inseri publicações sobre “patrimónios sensíveis” ou “contestados”, um deles ligado ao tema da “descolonização dos museus” (na ocorrência, o caso dos patrimónios a “descolonizar” pela Universidade de Coimbra, edição de 9 de Julho do PÚBLICO) e o outro ao saque e tráfico para colecções privadas e “grandes museus” norte-americanos (na ocorrência, o caso já antes citado do Metropolitan e das colecções cambojanas).

O meu primeiro *post*, relacionado com as “restituições coloniais”, deu lugar a quase uma centena de reacções, entre gostos, espantos, fúrias e comentários inflamados, extremados e de sentidos opostos. O meu segundo *post* quase não teve reacções: 12 gostos (nenhum de irritação) e um comentário. A conclusão é evidente: vivemos cada vez mais atascados num universo obsessivo onde “activistas descoloniais”, de um lado, e “nacionalistas ultramontanos”, do outro, ditam as agendas, se retroalimentam e reproduzem, em imagem de espelho. Um mundo onde a verdadeira exploração não suscita paixões e quase passa despercebida.

No entretanto, alguém vai rindo e aproveitando, claro: o

“mercado” e o verdadeiro dono disto tudo, o capitalismo internacional, que não olha a países ou latitudes na procura de negócios lucrativos. Pergunto-me se será apenas por ingenuidade e debilidade caracterial (e/ou intelectual) que muitos académicos e alguns profissionais de museus “esquecem” as colecções de “origem duvidosa” e se afadigam tanto agora em fazer inventários de peças de origens coloniais, tendo até o desplante de pretendem que desenvolvem novos conceitos, afinal velhíssimos e por isso bacocamente apresentados, como o da “biografia dos objectos”.

É claro que todos os inventários e investigações sobre a incorporação de colecções em museus são bem-vindos. Com certeza. Mas será apenas ingenuidade, fraqueza de espírito ou mediocridade científica que leva a apontar os holofotes nas peças de origem colonial, fazendo vista grossa a todas as restantes? Será apenas isso? Ou será algo muito mais grave: o medo de incomodar quem manda e paga ou, pior, uma assumida convivência, assente naquela atitude secular que a igreja milenar chama “bendita ignorância”. Bendita e muito conveniente, convenhamos, porque afinal o que temos de concluir é que não evoluímos muito, por mais piedosas que sejam as intenções e planos da União Europeia ou da Administração dos EUA (a que se juntam os oligarcas russos, árabes e de tantas outras latitudes).

Há mais de duas décadas escrevia neste jornal que “seremos sempre nós, na nossa abundância, os destinatários de todos os saques” (9 de Abril de 2013). Tinha presente o saque do Museu Nacional do Iraque, depois da ocupação de Bagdad pelas tropas americanas. Foi preciso mais de uma década para que, há dois anos, o referido museu pudesse ter reaberto, com apenas um terço das cerca de 15 mil peças saqueadas em 2003, recuperadas a maior parte a partir dos EUA. Pergunto-me quantas mais décadas será preciso para reaver as restantes. Muitas seguramente, porque no mundo das redes de saque e tráfico de obras de arte, sobretudo em contexto de guerra, não há “Ocidente” e “Oriente”, não há “Norte” e “Sul”, não há em certo sentido “bons” e “maus”. E pelos vistos quem se diz querer “estar acordado” também dorme.

Arqueólogo



Fernando Dayán Jorge na sua embarcação, durante os Jogos Olímpicos de Paris 2024

Campeão olímpico, refugiado e herói

Fernando Dayán Jorge, campeão olímpico de canoagem em Tóquio por Cuba, esteve em Paris com a equipa de refugiados

Marco Vaza, em Paris

Os sortilégios do calendário olímpico de Paris 2024 colocaram os seguintes atletas a competirem em dias consecutivos: na terça-feira, Mijaín Lopez, de Cuba, fez história nos Jogos Olímpicos ao tornar-se no primeiro campeão olímpico da história a ganhar cinco vezes a medalha de ouro na mesma categoria (120kg na luta greco-romana) em cinco Jogos diferentes. O PÚBLICO ouviu da boca do gigante cubano que não haverá uma sexta. No dia seguinte, competiu no primeiro dia da canoagem *sprint* Fernando Dayán Jorge Enríquez, campeão olímpico de Cuba em C2-1000 – e, ao final do mesmo dia, iria competir Pedro Pablo Pichardo, campeão olímpico português do triplo salto que nasceu em Santiago de Cuba.

Fernando está a meio caminho entre Mijaín e Pichardo. Já não é cubano, mas ainda não assumiu nenhuma nacionalidade, ele que vive e treina nos EUA. Ele está nos Jogos Olímpicos como um dos 37 elementos da Equipa Olímpica de Refugiados (EOR), agora a competir a solo, em C1-1000 – mas não foi tão longe em Paris como tinha ido em Tóquio. Não passou dos quartos-de-final e não tinha muito para dizer sobre o assunto. Nem sobre a sua extraordinária história.

Nesta segunda manhã da canoagem olímpica, competiam muitos membros da EOR, entre eles Saeid Falzoula, um iraniano que vive na Alemanha e que teve de fugir porque os religiosos do seu país não gostaram que ele tirasse uma “*selfie*” com a catedral de Milão como pano de fundo. Ao jornalista português que

por ali andava, disse que adora o campeão português Fernando Pimenta, que tinha corrido na série dele em K1 1000. Não foi longe, tal como a sua compatriota e colega refugiada Saman Soltani, que vive na Áustria depois de ter sido aconselhada a não voltar por ter publicado fotos dela própria em biquíni nas redes sociais.

O campeão olímpico da EOR teve o mesmo destino e vamos já tirar a parte competitiva do caminho antes de contarmos o resto. Depois de ter falhado a qualificação directa para as meias-finais nas eliminatórias da manhã, Fernando passou os quartos-de-final, que são uma espécie de repescagem para os lugares que restavam. A prova começou com uma falsa partida dele próprio que não deu desqualificação, e, na partida

válida, parecia estar mesmo com vontade de andar na frente. Não seria de esperar outra coisa de um campeão olímpico.

Primeiro aos 250m, primeiro aos 500m, terceiro aos 750m e quarto a cortar a meta. O que ele disse depois (em poucas palavras) teve sentido. “Sentia-me bem, mas falhou-me um pouco a parte técnico-táctica. Saí muito depressa e custou-me no final.” Sobre a prova, foi isto.

Fernando Jorge está em Paris a cumprir a sua terceira participação nos Jogos, depois do Rio 2016 e de Tóquio 2020, onde conquistou o ouro em C2 com Serguey Madrigal, naquele que foi o primeiro título olímpico de Cuba na canoagem. Sete meses depois, fugiu do país onde tinha nascido, via México, onde ia fazer um estágio. Escapou-se à comitiva cuba-

na no aeroporto e arriscou na travessia do rio Grande para tentar chegar aos EUA.

Naquele momento, percebia-se que não queria estar ali a contar uma história que já contara antes. Meses antes dos Jogos Olímpicos, quando foi seleccionado para a EOR, contou com mais detalhe o que se passou. “Quando cheguei de Tóquio, tivemos seis meses de férias e vivi como toda a gente em Cuba. Já não estava na bolha desportiva. Foi uma decisão muito difícil. Depois de ganhar uma medalha e deixar o país, muita gente me perguntou porquê... Não queria fazer parte da farsa de Cuba...”, contou à agência AFP.

Levou 15 dias a chegar aos EUA. Quando atravessava o rio Grande, contou, uma mulher estava quase a largar a corda, a dizer que não aguentava mais. O canoísta voltou para trás para a ajudar. Ali, após a prova, fizemos-lhe a pergunta: “É verdade que salvou uma mulher durante a travessia?” A resposta foi curta: “Sim.”

Depois, esteve mais duas semanas preso à espera de resposta para um pedido de asilo e a sua condição de herói por certo terá ajudado. Juntou-se à mulher na Florida, onde trabalhava oito horas por dia como canalizador, que conciliava com mais quatro horas de treino de manhã e quatro à noite. Foi assim que fez a sua vida até se cruzar com um treinador, que o encaminhou para a bolsa olímpica e para a equipa dos refugiados.

“Foi um grande sacrifício pessoal, foram momentos muito duros, sem pensar que podia participar nestas olimpíadas. Mas sempre mantive a cabeça forte”, disse o atleta, que, como todos os seus colegas de comitiva, se sente orgulhoso de fazer parte da equipa de refugiados: “Sinto-me feliz, estou a representar uma causa muito grande.”

Quando a sua presença na EOR foi confirmada no início de Maio, o Comité Olímpico Cubano pediu a “expulsão imediata” de Fernando dos Jogos de Paris por violar o Movimento Olímpico Internacional ao fazer “afirmações políticas desrespeitosas e falsas contra o seu país, o seu povo e o movimento desportivo”. Como se percebe, o pedido de Cuba não foi aceite e Fernando veio mesmo a Paris e cruzou-se com antigos colegas e treinadores – o cubano José Cordova participou na mesma prova e qualificou-se para as “meias”. “Foi bem tratado por eles?”, foi a pergunta. “Não, não me receberam bem”, foi a resposta.

Cumprida a sua terceira participação olímpica, quer voltar aos Jogos? “Sim, estou a pensar nisso.” É provável que em Los Angeles 2028 já compita pelos EUA, mas ele não elaborou sobre o assunto. E a medalha que ganhou em Tóquio, andou com ela quando estava a fugir? “Não. Ficou em Cuba, mas depois trouxeram-na para os EUA.” Fernando ainda não tem país, mas o ouro ficou com ele.



Portugueses

Pichardo saltou e passou à final, Pimenta pagaiou e passou à final

Marco Vaza, em Paris

Dois dos principais candidatos a conquistar medalhas nestes Jogos Olímpicos cumpriram e estão nas respectivas finais

Pedro Pablo Pichardo chegou, saltou uma vez, passou à final e saltou pelos jornalistas. O campeão olímpico do triplo salto tinha acabado de garantir no Stade de France a presença na final do triplo salto dos Jogos Olímpicos de Paris 2024 à primeira tentativa, com o melhor salto da qualificação, 17,44m – estava de boné virado ao contrário. E, pouco depois de o fazer, abandonou a zona de competição, onde ainda estavam quase todos os outros, e passou acelerado pela zona mista sem querer comentar o seu desempenho, avaliar a concorrência ou analisar as suas próprias possibilidades de ter mais uma medalha de ouro.

Em andamento, sem parar, apenas disse “falo na final”, uma final que será amanhã. Deixará, então, que os seus saltos falem por si, como aconteceu em Tóquio há três anos, onde estava bem acima de toda a concorrência e ficou com o ouro com uma marca de 17,98m. Entretanto, já fez melhor que isso, 18,04m nos Europeus de Roma, mas nessa competição já houve alguém que fez melhor que ele, o espanhol Jordan Diaz, 18,18m, “apenas” o terceiro melhor salto de todos os tempos.



Pedro Pichardo na qualificação do triplo salto, onde não teve dificuldade de se apurar para a final

Diaz é um ex-cubano, tal como Pichardo, mas, ao contrário do português, estava com vontade de falar depois de ter sido um dos quatro a fazerem a marca pedida para a qualificação directa – pedia-se 17,10m, ele fez 17,24m. “Bastante bem” e “a pressão que sentia na estreia desapareceu” foram os chavões do costume, polvilhados com queixas, “estou com problemas desde Fevereiro”. Mas ficou o aviso: “Competi em Roma assim. E fiz 18 metros.”

E chegamos aos rivais, que incluem, acima de todos, Pichardo, cuja animosidade se sente a vários níveis – rivais ibéricos, ambos desportistas de Cuba e entre os melhores de sempre. “Vai ser complicado”, disse o espanhol, sem se referir ao português. “Todos vão estar a 100% para chegar à medalha”, acrescentou.

Outro dos que passaram ao primeiro salto foi Hughes Fabrice Zango, do Burkina Faso, medalha de bronze em Tóquio, que despachou a

qualificação com 17,16m. “Foi bastante bom. Precisava de um salto para avaliar a minha performance, estou bastante contente”, disse o atleta africano, que conquistou em 2021 a primeira medalha olímpica para o seu país. “Esta final vai ser diferente. E a diferença está em mim. Não tem a ver com a competição. Se estiver no meu potencial total, tenho a certeza de que vou vencer.”

Havia outro português nestas qualificações olímpicas do triplo salto,

Tiago Pereira, que fez três saltos e não gostou de nenhum – o melhor que fez foi a 16,36m, muito longe do 12.º qualificado, o italiano Andy Hernández (outro ex-cubano), apurado com 16,79m.

Canoístas bem

De manhã, Fernando Pimenta, um dos outros candidatos a medalha olímpica, iniciou a sua campanha para um terceiro pódio, naquela que é a sua quarta participação nos Jogos. No primeiro dia da canoagem sprint em Paris 2024, o homem de Ponte de Lima teve uma entrada tranquila no estádio aquático de Vaires-sur-Marne, ao vencer sem grandes problemas a sua série na primeira eliminatória de K1-1000, garantindo o acesso directo às meias-finais.

Foi uma manhã tranquila para Pimenta, apesar de algumas algas com que se cruzou durante a prova. As algas não foram a única coisa que Pimenta estranhou na pista. Logo na primeira frase, referiu-se a algo “um bocado esquisito”. Depois, concretizou. “Estava muito mexido. Mas é canoagem, um desporto *outdoor*, temos de nos adaptar”, reforçou.

Depois de ter falhado por pouco o apuramento directo para as meias-finais do K1-500, Teresa Portela também seguiu o seu lugar, ao terminar em quarto na sua série, com o tempo de 1m52,40s. A canoísta portuguesa está nos seus quintos Jogos e já foi três vezes finalista – a sua melhor classificação foi um sexto lugar em Londres 2012 em K4-500.

Ciclismo

Bicicletas e caos: às 16h Iúri Leitão pedala pela medalha

Diogo Cardoso Oliveira, em Paris

Por volta das 16h sentem-se, acomodam-se, servem os *snacks* e, claro, apertem os cintos de segurança, que hoje vai ser a alta velocidade. Numa bicicleta sem travões, Iúri Leitão vai colocar na pista, em Paris, boa parte das probabilidades de medalhas portuguesas nos Jogos Olímpicos.

Eis o que vai acontecer: durante o dia, Iúri Leitão vai passar por quatro provas de ciclismo de pista, de preceitos e regras diferentes, precisando de ser um dos três mais pontuados no final das quatro – isto no caso de querer uma medalha, já que o ciclista por-

tuguês disse ao PÚBLICO que o objectivo é “apenas” um diploma olímpico, com lugar nos oito melhores.

Por volta das 16h, hora de Portugal continental, 22 ciclistas vão arrancar no Velódromo de Saint-Quentin-en-Yvelines, nos arredores de Paris, para a primeira parte da prova de *omnium*, na qual o português é o actual campeão do mundo.

Essa prova, chamada *scratch*, é fácil de explicar: é como se fosse uma corrida de estrada, mas na pista. O primeiro a cruzar a meta depois de dez quilómetros vence e soma pontos.

O PÚBLICO vai lá estar. Nessa e nas seguintes. Por volta das 16h38, vem a

tempo race, na qual, durante os mesmos dez quilómetros, o primeiro ciclista a passar a meta ganha um ponto. Mas atenção: quem der uma volta de avanço ganha 20 pontos e quem levar uma volta de avanço perde 20 – e isto terá muito impacto na corrida.

Depois vem, às 17h25, a corrida



Iúri Leitão é um dos principais candidatos nacionais a conquistar uma medalha olímpica

eliminação, a prova mais divertida de assistir, mas aquela que Iúri Leitão menos aprecia, pelo nervosismo que lhe causa. No fundo, o último ciclista a passar a meta, de duas em duas voltas, é eliminado e deve abandonar a pista. Mais do que quem passa em primeiro, importa quem não passa em último – lógica oposta à maioria das corridas. É intenso, mas divertido.

Por fim, a partir das 18h27, chega a corrida por pontos, influenciada pelo que for somado até então, e que vai definir as posições finais e as medalhas. É uma corrida longa, de 25 quilómetros, que distribui pontos aos

quatro primeiros a cada dez voltas – e tem também a tal regra das voltas de avanço.

É complexo? Por escrito, talvez um pouco. E a ver na televisão não vai ser muito melhor. Nada como estar atento às explicações dos narradores em tempo real, que certamente existirão.

Para ficar claro:

- 16h: *scratch*.

- 16h38: *tempo race*.

- 17h25: eliminação – e esta, para quem vê de casa, é a não perder.

- 18h27: pontos – a que vai decidir tudo, com luta pelas medalhas.

No fim, conversamos.

Taekwondo

Dunya, a árabe que se disfarçava para poder lutar com homens

Diogo Cardoso Oliveira, em Paris

“Tinha de competir com rapazes e cobria a minha cabeça para não verem que eu era uma rapariga. Ia para os treinos com um chapéu, porque as raparigas não podiam entrar em pavilhões desportivos. Quando fui apanhada e impedida de voltar, comecei a treinar-me em casa. Escondia-me e tinha muita vergonha, mas isso tornou-me mais forte”.

Esta frase foi dita por Dunya Aboutaleb, atleta de taekwondo da Arábia Saudita. E este texto poderia ser só essa frase à *Vogue* – uma rapariga árabe que, no seu país, não podia fazer desporto, mas que teve de arranjar maneira. Mas há mais um par de coisas que podemos dizer.

A Arábia Saudita não é propriamente um exemplo de apreço pelas mulheres no desporto – e isto é eufemismo. Só depois da ameaça de exclusão do Comité Olímpico Internacional é que a nação lá aceitou enviar mulheres para os Jogos Olímpicos de Londres.

Aos 27 anos, Dunya tornou-se a primeira mulher saudita a apurar-se para os Jogos Olímpicos – as que cá estiveram antes, e só começaram a vir em 2012, chegaram por quotas de representatividade e não tiveram desempenhos de relevo.

Dunya não só conquistou o seu lugar por mérito desportivo como veio a Paris com ambição de ouro – não apenas medalha, mas a de ouro. Mas ficou longe disso.

Nem uma palavra

Ontem, perdeu por 2-0 frente à campeã olímpica Panipak Wongpattanakit, na categoria 49kg do taekwondo olímpico.

No Grand Palais, Dunya não quis falar com ninguém. Nem depois do primeiro combate, que ganhou, nem depois do segundo, que perdeu.

E perdeu de forma clara, com 4-1 na primeira ronda e 13-3 na segunda, sofrendo golpes intermináveis da adversária tailandesa, que garantiu que as quatro medalhas sauditas em Jogos vão continuar a ser todas de homens.

No fim, nem uma palavra de Dunya. Seguiu caminho, ignorando jornalistas internacionais – não havia um único saudita –, não se prestando sequer a dizer que não queria falar.

Fê-lo protegida pela guarda de honra de um *staff* de modos rudes e até *bullies* – não queriam cumprir os caminhos definidos pela organização para os atletas, instigaram a atleta a saltar barreiras e trataram mal os fun-



A saudita Dunya Aboutaleb não foi feliz na sua participação em Paris

cionários que tentavam guiá-los pela via certa.

Por que motivo uma atleta que faz história pela Arábia Saudita, pelas mulheres e pelas mulheres árabes desperdiçaria uma oportunidade tão boa de contar a sua história ao mundo, com orgulho, falando dos tempos em que o país dela não lhe permitia seguir o um sonho e lhe limitava a liberdade?

Há duas ou três explicações possíveis, mas ficarão no plano da especulação. Consideremos apenas que Dunya estava desiludida com a derrota e com pouca vontade de falar.

Já aparece em outdoors

A Arábia Saudita tem tentado aliviar, em parte, as regras de restrição às mulheres – na condução de veículos e no mercado laboral, por exemplo – e Dunya tem aproveitado.

A lutadora já conquistou medalhas em provas continentais e mundiais e, em 2022, o bronze no Mundial era tudo o que a nação saudita precisava para mostrar que deixou o conservadorismo no passado.

“A federação saudita tem-me apoiado desde o meu sucesso asiático”, chegou a dizer Dunya, que apareceu na altura certa para o poder saudita.

Não só Dunya já pode competir abertamente e pode fazer disso uma ocupação como até tem tido algum apoio estatal, tendo a sua imagem em *outdoors* e campanhas.

Mas isso é agora. O caminho até aqui foi tudo menos facilitado pelo país. Foi o pai quem a aconselhou a

escolher um desporto de combate de menor expressão, como o taekwondo, no qual pudesse não dar tanto nas vistas, numa fase em que o exercício físico nas escolas não era permitido às raparigas.

“Quando comecei, aos oito anos, o taekwondo não era popular. O meu pai percebeu que as mulheres poderiam deixar a sua marca na Arábia Saudita. Disse-me: ‘Continua a treinar, porque um dia as mulheres vão fazer uma marca histórica no reino da Arábia Saudita. Tu, minha filha, serás a primeira mulher a deixar a sua marca no reino.’ Sempre me apoiou e mesmo quando eu quis sair ele encorajava-me a continuar”, explicou à *Vogue*.

Dunya treinou em casa durante muito tempo, depois de ser expulsa do clube onde treinava com rapazes, mas os desempenhos nas provas asiáticas nos últimos quatro anos abriram-lhe portas.

Era um talento impossível de ignorar ou foi o país que quis mesmo mudar a visão relativamente às mulheres? Talvez um pouco de tudo – e talvez Dunya tenha aparecido no momento certo, com a Arábia Saudita a tentar dar uma imagem diferente do que por ali se passa.

Com um *sportswashing* aqui, uns investimentos avultados ali e umas reais e elogiáveis mudanças práticas acolá, o país parece estar, aos poucos, a dar palco desportivo e social a algumas mulheres. Em Paris, ela não falou destes temas? Não. Se calhar estava apenas chateada com a derrota.

Agenda dos portugueses



As horas estão no horário de Lisboa

Hoje			
6h30	Angélica André	Natação maratona F	Final
9h25	E. Bandeira e J. Inçude	Atletismo peso F	Qualificação
10h43	Carolina João/Diogo Costa	Vela 470 misto	Medal Race
16h00	Iuri Leitão	Ciclismo omnium M	Final
18h35	Salomé Afonso	Atletismo 1500m F	Meia-final

Finais

Hoje		
Natação	Águas abertas	6h30
Vela	470 misto	10h43
Vela	Multihull-Nacra misto	11h18
Escalada	Speed M	11h54
Canoagem	C2 500m M	12h20
Canoagem	K4 500m F	12h40
Canoagem	K4 500m M	12h50
Saltos	Prancha 3m M	14h00
Halterofilismo	56kg F	14h00
Vela	Kite M	12h03
Vela	Kite F	12h33
Luta greco-romana	67kg M	a partir das 17h15
Luta greco-romana	87kg M	a partir das 17h15
Luta livre	53kg F	a partir das 17h15
Hóquei	M	18h00
Ciclismo	Keirin F	18h01
Ciclismo	final Omnium	18h27
Halterofilismo	73kg M	18h30
Atletismo	Comprimento F	19h00
Atletismo	Dardo M	19h25
Atletismo	200m M	19h30
Taekwondo	-68kg M	20h19
Atletismo	400m barreiras F	20h25
Taekwondo	-57kg F	20h37
Atletismo	110m barreiras M	20h45
Boxe	51kg M	21h34
Boxe	54kg F	21h51

Medalheiro

	●	●	●	Total
1. EUA	27	35	32	94
2. China	25	23	17	65
3. Austrália	18	12	11	41
4. França	13	17	21	51
5. Grã-Bretanha	12	17	20	49
6. Coreia do Sul	12	8	7	27
7. Japão	12	6	13	31
8. Itália	9	10	8	27
9. Países Baixos	9	5	6	20
10. Alemanha	8	5	5	18
72. Portugal	0	0	1	1





Luta

O mestre do campeão Mijaín também foi mestre em Portugal

Diogo Cardoso Oliveira, em Paris

Em Paris, quando se está à espera de conversar com Mijaín López, aguardando pela trupe do grande campeão olímpico da história da luta greco-romana, há um homem que dá nas vistas por, em teoria, não dar nas vistas. Raúl Trujillo Díaz é um homem baixo – e mais baixo fica ao pé da montanha humana que é Mijaín López.

É também uma figura que se deixa ficar propositadamente para segundo plano, quando se trata de celebrar a glória do primeiro atleta olímpico de sempre a conquistar cinco ouros na mesma modalidade, em cinco edições diferentes dos Jogos.

Mas Raúl, apesar de oferecer os holofotes a Mijaín, também vale uma conversa. O mestre do lutador cubano também já tentou ser mestre em Portugal. Foram 15 anos a tentar que o país tivesse um verdadeiro sucesso olímpico que nunca surgiu, apesar da ida a Atenas 2004.

Em 2000, Norberto Rodrigues, na altura presidente da Federação Portuguesa de Lutas Amadoras, chegou a dizer ao PÚBLICO que a modalidade viveu um antes e um depois de Raúl Díaz. “Antes, íamos como espírito de turista: participar já era bom. Quando o Raúl chegou, tudo mudou.”

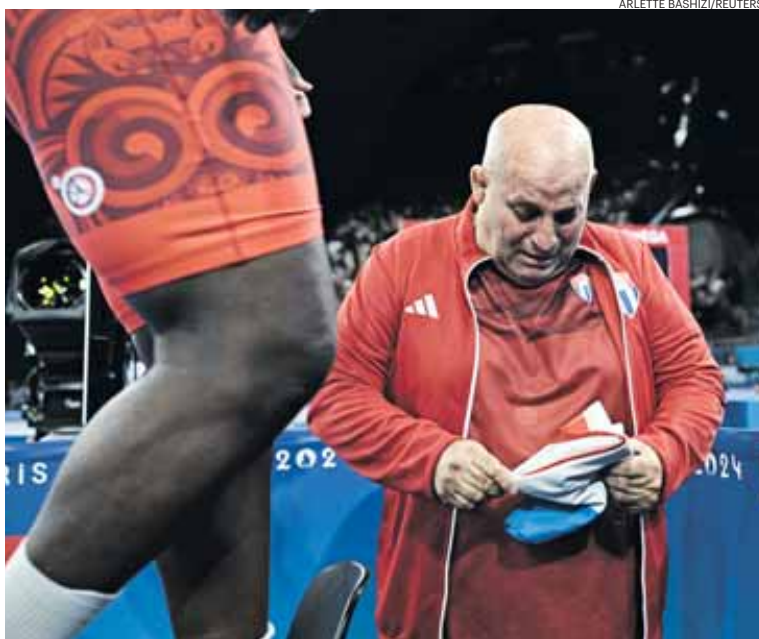
“Em Portugal falta sistema”

Em Paris, em conversa com o PÚBLICO enquanto Mijaín se desdobra para as televisões, o treinador cubano diz que não há nenhum atleta como Mijaín López, em Cuba ou qualquer outro lugar, mas que, em Portugal, não é a falta de talento que limita o sucesso da luta.

“Em Portugal só falta sistema. Sistema, sistema, sistema. Sem isso não se pode ter sucesso. É tudo muito individual e é preciso apoio. Sem organizar apoio é difícil”, analisa. E detalha: “Portugal tem condições para ser dos países mais fortes. Apesar de ser pequeno, tem grandes atletas. Mas o investimento é baixo. E não há sistema para formar uma carreira de alto rendimento bem feita e organizada.”

Raúl Trujillo Díaz cobre de elogios José Manuel Constantino, na altura no Instituto do Desporto, a quem atribui competência extrema e impotência também ela em grandes doses, tal era a desorganização da modalidade. “Era uma pessoa muito capaz e tentou muito. Mas às vezes não basta isso”, lamenta.

E já lá iam quatro minutos e 18 segundos de conversa quando Raúl



Raúl Trujillo Díaz treinou o campeoníssimo Mijaín López

ficou intrigado.

– Mas tu falas português...

– Português? Sim, sou português. Não falo muito bem é espanhol...

– Então... mas eu falo português! Fala em português, homem! Estive lá 15 anos.

Abriu-se um novo mundo nesta conversação. Um mundo no qual o jornalista, na ignorância sobre os tais 15 anos, não esticava o seu parco castelhano ao máximo e percebia muito melhor o português bastante bom deste cubano.

E foi aí que Raúl se emocionou a falar em português – e de Portugal. “Foram 15 anos lá. Quero voltar a Portugal. Converteu-se em parte da minha vida. Tenho grandes, grandes amigos. Estou a preparar-me para se calhar voltar. Tenho sobrinhos em Torre de Moncorvo. Portugal é uma terra maravilhosa. Em Portugal e com os portugueses nunca me senti um estranho



Tenho sobrinhos em Torre de Moncorvo. Portugal é uma terra maravilhosa. Em Portugal e com os portugueses nunca me senti um estranho

Raúl Trujillo Díaz
Treinador

gozo de respeito e carinho enormes”, aponta.

Voltar a Portugal? Talvez...

Em Portugal, o treinador cubano chegou a acompanhar o português Hugo Passos aos Jogos Olímpicos Atenas 2004, prova na qual o atleta, o primeiro surdo a representar Portugal em Jogos, perdeu os dois combates que disputou e foi eliminado cedo na competição.

Raúl Díaz recorda até um dia em que lhe pediu que cortasse o cabelo. “Havia um atleta, o Passos, que tinha dificuldade para cumprir o peso. E eu disse-lhe para cortar o cabelo. E ele conseguiu o peso”, recorda, entre risos.

Com Mijaín López, os problemas são outros. Mais do que de controlar o peso do campeão olímpico, ou as escolhas capilares, o desafio é superar as lesões. “Ele é um colosso e um atleta excepcional, mas também tem as suas lesões. São muitos anos, 24 anos”, constata. Diz que a opção do fim da carreira do cubano é a mais óbvia: “Ele podia continuar a lutar, se quisesse, mas seriam quatro anos de sacrifício. A glória é linda, mas o tempo com a família e para se divertir também é muito importante.”

Com o fim da ligação a Mijaín López e a nostalgia toda por Portugal, a questão fica óbvia: pode voltar agora para tentar novamente elevar a luta greco-romana no país? “Se calhar... talvez sim. Vamos ver. Temos de pensar. Amo Portugal, amo as pessoas, amo a música. Sinto que tenho algo português em mim. Um grande beijo a Portugal.”

Está entregue.

Sp. Braga e V. Guimarães abrem conta na Suíça

Augusto Bernardino

Futuro dos rivais minhotos nas provas europeias passa pelo país onde reside a 2.ª maior comunidade emigrante portuguesa

Servette e FC Zurique são os adversários de Sp. Braga e V. Guimarães na terceira pré-eliminatória da Liga Europa e da Liga Conferência, respectivamente. Facto curioso, Genebra e Zurique foram as cidades que receberam o Presidente da República e o primeiro-ministro portugueses na dupla comemoração do 10 de Junho deste ano, que passou pela Suíça, país onde reside a segunda maior comunidade emigrante portuguesa e que agora acolhe os embaixadores do futebol minhoto, dispostos a abrir conta-corrente na UEFA. Para aceder ao *play-off* que decidirá a presença na fase seguinte, os dois grandes rivais do Minho terão de superar os actuais segundo e terceiro classificados da Liga helvética, quando estão decorridas as três primeiras rondas. O Servette disputou, inclusive, quatro jogos (antecipou a quinta ronda, batendo o campeão Young Boys), o que o treinador do Sp. Braga, Daniel Sousa, vê como mais uma vantagem dos suíços que esta noite (20h30, SPTV) se apresentam na “Pedreira”.

Ideia rejeitada por Thomas Häberli, técnico dos suíços, que atribui total favoritismo ao Sp. Braga. Depois do “passeio” frente aos israelitas do Maccabi Petah Tikva (7-0), na ronda anterior, os “arsenalistas” esperam uma equipa “mais experiente, rotinada e difícil de contrariar”, cientes de que a eliminação representará

sempre “um falhanço”, atendendo à “ambição, qualidade e crescimento” do clube bracarense.

Para a recepção ao Servette, Daniel Sousa não poderá contar com os defesas Paulo Oliveira e Robson Bambu (lesionados). Às voltas com o mercado de transferências, Banza e André Horta aguardam instruções, pelo que poderão falhar esta segunda ronda europeia. Em caso de sucesso, o Sp. Braga defrontará no *play-off* os austríacos do Rapid Viena ou os turcos do Trabzonspor.

Por seu lado, o V. Guimarães actua esta tarde (18h, SPTV) em Zurique, onde alinha o defesa português Rodrigo Conceição (lesionado).

A formação vimaranense ambiciona o apuramento para o *play-off* de acesso à fase regular da Liga Conferência (onde encontrará o vencedor da eliminatória entre o Botev Plovdiv, da Bulgária, e o Zrinjski Mostar, da Bósnia). Mas primeiro terá que superar o FC Zurique numa altura em que o treinador Rui Borges viu partir Jota Silva, o melhor marcador dos vitorianos na época passada, para o Nottingham Forest – o Vitória anunciou, ainda ontem, a contratação do avançado brasileiro de 25 anos Gustavo Silva, com vínculo até 2028, que se destacou ao serviço do Nacional da Madeira nas duas últimas temporadas.

Após superar o Floriania (5-0), aumenta o grau de dificuldade para os minhotos, que estarão na máxima força (João Mendes é o único ausente) na Suíça, onde Rui Borges acredita ter uma equipa “pronta para dar uma boa resposta” apesar de o ritmo ainda não ser o ideal. O que não impedirá o Vitória de “ser uma equipa séria e empenhada em ganhar, que é claramente o nosso objectivo”.

ESTELA SILVA/LUSA



Jogadores do Servette antes do embate de hoje contra o Sp. Braga

Diário de Um Cientista



Kwadi: uma língua perdida de Angola com uma história para contar

O encontro com uma velha senhora no deserto angolano do Namibe leva à redescoberta de uma língua perdida e desvenda enigmas da pré-história da África Austral

Página 7

Jorge Rocha Texto
André Carrilho Ilustração

Quem visitar a Província do Namibe, no Sudoeste de Angola, não pode deixar de ficar impressionado com a grandiosidade do seu deserto. Aqui, como em outras zonas áridas da Terra, a paisagem parece à primeira vista imutável, silenciosa, seca e sem vida. Mas esta é apenas uma das muitas partidas que o deserto prega aos viajantes.

Com o tempo, o cenário começa a revelar-se: as plantas que se agarram ao solo para que o vento não as leve; os répteis que se escondem na sombra das *welwitschias*; as gazelas que nos olham, curiosas, a curta distância, aproveitando os veios de pasto doce que amaciam a dureza do chão; ou os rios intermitentes cujos leitos arenosos se podem alagar quase da noite para o dia – tudo provas de que, afinal, mesmo nas condições mais adversas, a vida acaba por singrar.

E quando pensávamos que os seres humanos teriam todas as razões para se afastar da secura desta terra, apercebemo-nos de que o Namibe foi ao longo dos séculos um ponto de encontro de povos com origens muito diversas que souberam contornar as dificuldades do deserto e dar um exemplo admirável de inteligência e adaptação. Kuvale, kwissi, kwepe, himba, kwanbundo – são apenas alguns dos nomes que reflectem a grande variedade das comunidades humanas que povoaram a região.

Hoje, muitas destas comunidades adoptaram as línguas e a cultura dos povos hereros de que descendem os kuvales e os himbas, cujo modo de vida pastoril se ajusta na perfeição às condições adversas do deserto. No entanto, há várias razões para pensar que ainda há pouco tempo as línguas e as culturas locais teriam sido muito mais variadas. O kwadi, por exemplo, era há menos de quatro gerações a língua dominante dos kwepes, um povo de pastores com pouco gado que se dispersaram ao longo do rio Curoca.

Um encontro com D. Clementina

Quando parti para o Sudoeste de Angola em 2013, sabia que o kwadi era diferente de todas as línguas

faladas na região. No século XIX, os exploradores Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens tinham-se referido a esta língua misteriosa no início da narração da sua viagem de *Angola à Contracosta*, onde, numa breve nota de rodapé, registaram exemplos de como em kwadi se contava até dez.

Muito mais tarde, nos anos de 1950, o professor António de Almeida tinha gravado entrevistas com pessoas que falavam a língua e tinha-a estudado em colaboração com o linguista Ernst Westphal. Mas eu também sabia que o kwadi era uma língua moribunda.

O povoado onde António de Almeida fez as gravações só tinha 50 habitantes e apenas cinco idosos ainda se lembravam do idioma dos seus antepassados. Os outros já só falavam kuvale. Todas as fontes disponíveis davam o kwadi como morto e o povo kwepe, que o tinha falado, era visto como uma comunidade aculturada em vias de extinção.

E, no entanto, a D. Clementina estava ali sentada à minha frente. Entrecortada pelos ventos do deserto do Oluheke, a sua voz devolvia-me em kwadi as respostas às perguntas que eu lhe fazia em português.

Eu já tinha ouvido falar de Clementina e Felismina, duas senhoras da comunidade kwepe que ainda se lembrariam do kwadi; mas as referências eram sempre vagas. Samuel e Teresa Aço, fundadores do Centro de Estudos do Deserto, que me acolheram na povoação de Curoca, mostraram-me que os kwepes, apesar de agora falarem a língua dos pastores kuvales que dominam culturalmente a região, estavam longe de se terem extinguido.

Chefiados por António Mpeapé, mantinham um modo de vida pastoril modesto e seminómada. No entanto, sempre que perguntava aos kwepes pela D. Clementina e pela D. Felismina, ou me diziam que estavam muito longe, ou que não queriam falar com ninguém, ou ainda que a sua idade avançada já teria apagado das suas memórias as recordações da antiga língua.

Mas naquele dia de Março de 2013, depois de deambular pela região do Oluheke, a 70 quilómetros da costa atlântica, procurando localizar pequenos grupos de kwepes e de outros povos dispersos pela região, na companhia da minha então aluna Sandra Oliveira e de Teresa Aço, alguém me disse que uma das senhoras, a D. Clementina, se



A origem das ideias, o caminho percorrido até elas ganharem forma, as notas de campo e os objectos de estudo: 26 cientistas contam as suas histórias — sobre lobos e cavalos-marinhos, víboras e morcegos, gatos-bravos, sobreiros e muito mais. Um projecto inédito da associação científica Biopolis e do Azul, que junta cientistas e jornalistas para falar de ciência de uma forma diferente. **Faça todos os dias um quiz, para saber mais sobre o mundo vivo que nos rodeia, e ouça o podcast em publico.pt/interactivos/diario-de-um-cientista**

encontrava a duas horas de distância, num posto de abastecimento da área do Umbu. Agora, após uma viagem de carro dificultada pela areia e apressada pelo medo de perder oportunidade de a contactar, encontrei Clementina sentada tranquilamente debaixo de uma acácia e, por pura sorte, tinha à mão um pequeno gravador de bolso que o Samuel Aço me tinha emprestado. Junto de duas amigas, ela encarava-me com os seus olhos pequenos na face enrugada pelas asperezas do deserto. O lenço que trazia na cabeça, os panos coloridos à volta da cintura, o tronco nu com os seios comprimidos por tiras de couro, pouco a distinguiam das mulheres kuvales — um testemunho visual da hegemonia que esta cultura pastoril exerce na região. Apesar de tudo, a primeira coisa que Clementina fez foi proclamar a sua identidade cultural na antiga língua do seu povo: “Eu sou puro kwepe; nem sou kwisi nem sou kuvale; na minha língua dizemos ‘*khode*’ para designar ‘pessoa’; não dizemos ‘*mutu*’ [como os kuvales].”

As línguas contam a história de quem as fala

As línguas servem para comunicar, mas não comunicam sempre as mesmas coisas. É pelas línguas que aprendemos as normas e os costumes dos grupos a que pertencemos e esses costumes variam muito de população para população. A forma como nos devemos dirigir aos mais velhos, aqueles que consideramos nossos parentes, a maneira como designamos as cores ou os pontos de referência que usamos para nos orientarmos no espaço não são os mesmos em todas as comunidades e isso reflecte-se na sua maneira de falar. A perda de uma língua é, por isso, a perda de uma mundovisão. Mas as línguas também nos contam a história das comunidades que as falam e eu queria saber as origens do povo que falava kwadi e quais eram as suas relações com outras populações da África Austral. Para reconstituir a história de uma população, é preciso comparar as suas características com as de outros grupos. Línguas, artefactos, indumentárias, costumes e genes, tudo nos ajuda a retrair o trajecto das comunidades no tempo e no espaço. Apesar de a história ser só

uma, cada cadeia de investigação interdisciplinar nos chama a atenção para aspectos diferentes da mesma realidade. Os genes e as línguas são ambos transmitidos de geração em geração e têm uma relação especialmente íntima, embora nem sempre concordante. Assim como as línguas com origens comuns divergem ao longo do tempo quando os grupos que as falam se separam, também a composição genética das populações se vai diferenciando. Por outro lado, quando populações afastadas se encontram, as suas línguas, ainda que muito diferentes, acabam por se influenciar mutuamente. Na maior parte das vezes há troca de palavras. Noutros casos, há mesmo a formação de crioulos — novas línguas que reflectem intensas permutas culturais que, não raro, são acompanhadas por níveis elevados de miscigenação genética, como aconteceu, por exemplo, em Cabo Verde. A primeira entrevista com Clementina foi uma pequena porta que se abriu sobre a história dos kwepes. Como não sou linguista nem sei falar kwadi, voltei ao deserto do Namibe no ano seguinte acompanhado por Anne-Maria Fehn, uma investigadora de línguas nativas da África Austral que trabalhava no Instituto Max-Planck de Antropologia Evolutiva de Leipzig (Alemanha) e agora dirige o grupo de investigação interdisciplinar do Cibio ao qual pertencço. Nessa altura, a D. Clementina já estava à nossa espera e pudemos reuni-la com a D. Felismina na localidade de Kamilunga, próxima da povoação de Curoca, junto à costa. Quando eram crianças, disseram-nos, a língua do seu povo já estava em vias de extinção, mas elas eram amigas e costumavam ajudar uma velha senhora, a D. Kaussa, que ensinava as crianças a falar kwadi. Não sabemos quantas crianças D. Kaussa ensinou, mas certamente que Clementina e Felismina se encontravam entre as alunas mais aplicadas; continuaram a praticar ao longo dos anos e usaram muitas vezes o kwadi como uma língua privada que lhes permitia coscuvilhar sem que ninguém percebesse o que estavam a dizer. Na longa entrevista que fizemos às duas senhoras, pedimos-lhes que construíssem breves frases e nos traduzissem uma lista de 600 palavras com significados frequentemente usados em todas

as línguas — como “casa”, “fogo” ou “cabeça”, “braço” e outras partes do corpo — que nos ajudassem a comparar o kwadi com outras línguas africanas.

O kwadi tem uma família

A documentação linguística que Felismina e Clementina nos deixaram recolher, juntamente com as gravações de António de Almeida e Ernst Westphal, mostram-nos que o kwadi não é uma língua totalmente isolada. As línguas mais parecidas com o kwadi, porém, encontram-se a milhares de quilómetros de distância e dispersam-se pela faixa de Caprivi, na Namíbia, pelo deserto do Calaári e pelo delta do rio Okavango, no Botswana. No seu extremo oriental atingem o Zimbabwe. No extremo Sul são faladas pelos descendentes dos pastores do Cabo, com quem Bartolomeu Dias e Vasco da Gama certamente terão contactado. Apesar desta enorme dispersão, é possível agrupar estas línguas numa única família, o khoe-kwadi, cujos idiomas têm muitas palavras e elementos gramaticais com uma origem comum. Entre elas, a palavra usada para designar “carneiro” (*guu*) é especialmente importante porque foi adoptada, com mais ou menos modificações, por quase todas as línguas que ocupam as regiões onde se fala khoe-kwadi, mesmo que não pertençam a esta família. Tal como o uso da palavra “*link*” em português nos indica que as inovações informáticas têm origem anglo-saxónica, a adopção do termo “*guu*” sugere-nos que os carneiros foram introduzidos na África Austral por antepassados dos khoe-kwadi. De onde vieram esses antepassados? Os achados arqueológicos mostram-nos que os primeiros animais domésticos a aparecer na África Austral foram os carneiros, há cerca de 2000 anos. As pinturas rupestres dispersas pela região mostram-nos carneiros de cauda gorda, que foram introduzidos nos Grandes Lagos da África Oriental a partir do Médio Oriente. É provável, assim, que os primeiros khoe-kwadis tenham sido pastores de carneiros que chegaram ao Sul do continente vindos da África Oriental e se dispersaram pelos quatro cantos da África Austral. Como o kwadi é mais diferenciado, os primeiros a separar-se terão sido os antepassados dos kwepes, que

ocuparam a faixa litoral do Namibe.

Genes, línguas e migrações

Até agora apenas se conhece uma língua da África Oriental, o sandawe, que é vagamente semelhante às línguas da família khoe-kwadi. Mas se as provas linguísticas escasseiam, os resultados da genética são inequívocos quanto à ligação dos khoe-kwadi à África Oriental. Na África Austral, os grupos que falam línguas desta família têm todos uma mutação genética de tolerância à lactose que permite aos seus portadores consumir grandes quantidades de leite. Por isso, a tolerância à lactose foi favorecida pela selecção natural nas populações de pastores que dependem do leite para sobreviver. Embora a tolerância à lactose possa resultar de várias mutações genéticas, a mutação dos povos khoe-kwadis é igual à das populações pastoris da região dos Grandes Lagos, sendo muito provável que tenha sido aí que se originou. Além disso, é possível detectar porções dos genomas dos khoe-kwadis que são semelhantes ao material genético extraído de ossadas com mais de 3000 anos encontradas na estação arqueológica de Luxmanda, na Tanzânia, cujos ocupantes se dedicavam à pastorícia. Apesar da partilha de material genético da África Oriental, as populações khoe-kwadis não são homogéneas. Quando chegaram à África Austral há 2000 anos, a região já era ocupada há muito tempo por povos de caçadores-recolectores. Embora sejam colectivamente conhecidos por coissãs (“*khoisan*”), estes povos são geneticamente muito diferenciadas uns dos outros e das restantes populações africanas. Quando chegaram ao Sul do continente, os antepassados dos khoe-kwadis misturaram-se com as várias populações nativas de caçadores-recolectores e isso contribuiu para a sua diferenciação. Mais tarde, numa outra vaga migratória, chegaram os agro-pastores com línguas da família banto, cujas origens se situam na fronteira entre a Nigéria e os Camarões. Os kuvales (mucubais), que tanto influenciaram os kwepes, são um povo banto que se especializou na pastorícia.

Os estudos genéticos que realizei com Sandra Oliveira e Mark Stoneking (também ele do Instituto Max-Planck de Leipzig) mostram que, no meio desta encruzilhada, os genomas dos khoe-kwadis formam mosaicos composto pelos vestígios das várias migrações que contribuíram para que África Austral seja hoje uma das regiões mais diversas e promissoras do mundo. Nesta investigação, os kwepes reservaram-nos uma grande surpresa: descobrimos que há nos seus genomas fragmentos de uma população até agora desconhecida com quem os seus antepassados se terão misturado quando chegaram às praias do deserto do Namibe. São os vestígios dessa população enigmática que agora procuro. Quando fui para o Sudoeste de Angola, confesso, esperava encontrar os últimos representantes de um grupo étnico puro que preservasse um segredo que a miscigenação nos outros povos tivesse apagado. Afinal, o segredo foi preservado pela mistura. Parafraseando o escritor angolano Pepetela, num mundo a preto e branco, de sim ou não, os puros kwepes da D. Clementina são, como todos nós, talvez. Talvez significa sim quando se espera um não, e quer dizer não quando se espera um sim.

Jorge Rocha

Investigador doutorado

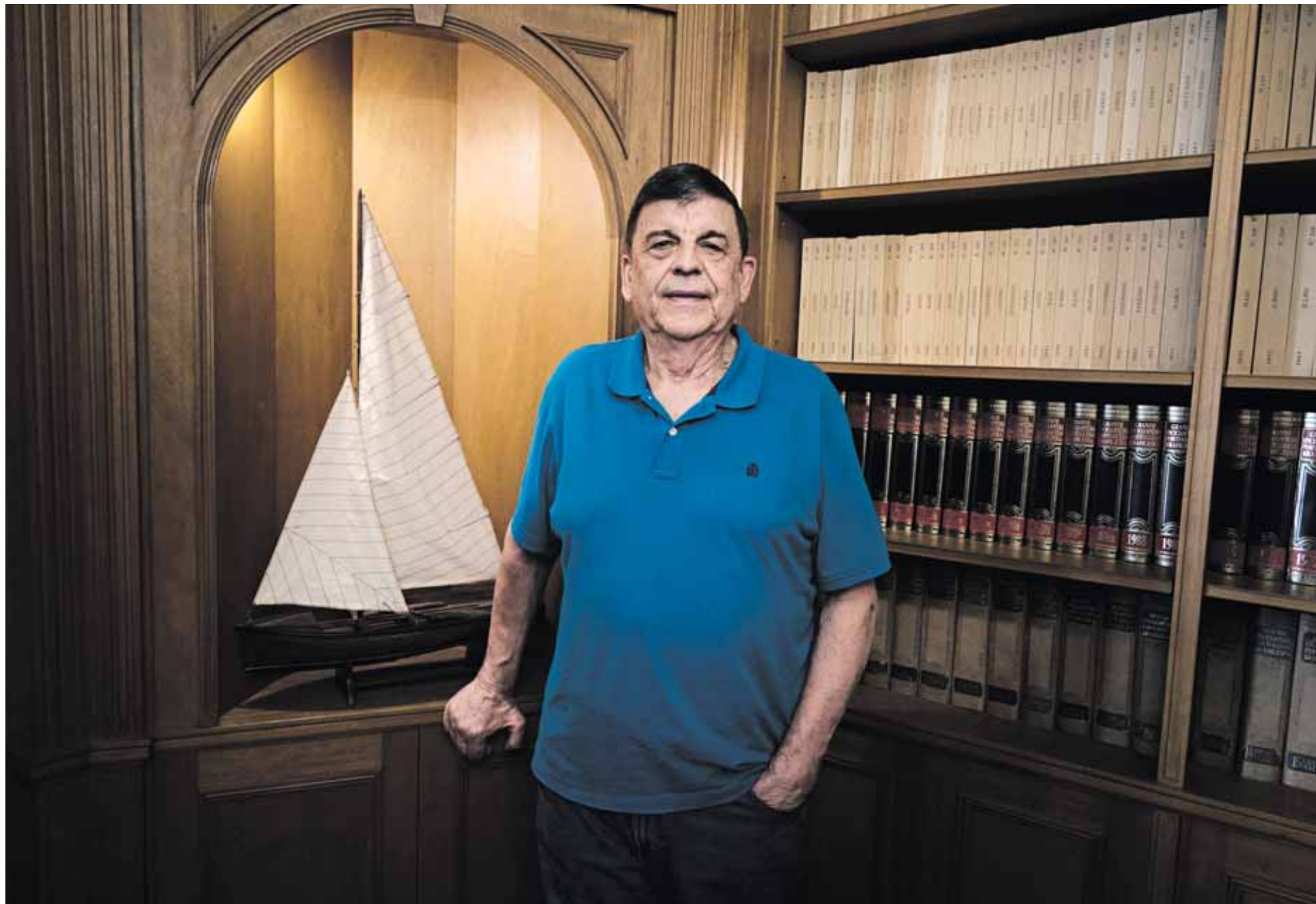
Nasci no Porto, estudei no Liceu Rodrigues de Freitas e na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Biologia), onde ensino genética e evolução do



homem. Trabalhei no Ipatimup e sou investigador do Biopolis-Cibio, onde estudo a história de populações africanas. Recorrendo à linguística e à genética populacional, exploro diferentes dimensões da diversidade humana e procuro reconciliar ciências e humanidades.

Grupo de Investigação no Biopolis-Cibio
Perspectivas evolutivas sobre a diversidade genética e cultural humana (HUMANEVOL)

Entrevista de vida



António Garcia Pereira

“Escuta-se mais em Portugal do que na Alemanha”

Nas comissões parlamentares de inquérito, os partidos foram oportunistas: se atinge os adversários, regozijam-se; só protestam quando batem nas suas hostes

Entrevista

Nuno Ribeiro Texto
Rui Gaudêncio Fotografia

Os dez mil euros do Prémio Nelson Mandela 2024 que recebeu foram por ele atribuídos à Associação de Apoio ao Recluso, ao SOS Racismo e à comissão de trabalhadores do supermercado Dia. António Garcia Pereira confessa que não mudou: continua marxista-leninista e deseja a revolução proletária. Não se recorda da última vez que falou com Durão Barroso, camarada de outros tempos, mas lembra os exemplos de Ribeiro Santos, Martins Soares, Ana Gomes e Aurora Rodrigues.

Concorda com a ministra da Justiça quando diz que há que pôr ordem na casa do Ministério Público que se foi tornando um Estado dentro do Estado, e acusa: actualmente, escuta-se mais em Portugal do que na Alemanha, que tem oito vezes mais habitantes. **Político, advogado, professor. É esta a ordem da sua preferência?**

Poria em pé de igualdade. Apesar de não ter actividade partidária há nove anos, não abduco da minha qualidade de cidadão activo e consciente. Gostava tanto de ser professor como de ser advogado, mas tive de me aposentar aos 70 anos. Advogado continuo a ser e creio que vou ser até ao fim dos meus dias.

Na altura da grande escolha, qual o motivo do dilema entre médico-cirurgião, engenheiro naval e advogado?

[Risos] É verdade, tive essa dúvida. Cheguei ao então 5.º ano do liceu com média exactamente igual em Letras e Ciências, mas tive o exemplo do meu avô Pestana que me fez balançar para a advocacia. Tinha e tenho uma grande admiração por esse avô enquanto advogado, pessoa, político, homem de cultura universalista, de princípios.

Porque estava suspenso no 25 de Abril da Faculdade de Direito de Lisboa?

Era um dos estudantes mais activos na luta contra a repressão. Na Faculdade de Direito em 1972, a partir da entrada dos gorilas – a invenção do ministro Veiga Simão, os eufemisticamente chamados “vigilantes” recrutados entre os militares passados à disponibilidade das tropas especiais, para vigiarem, seguirem, inclusivamente fora da

faculdade, e espancarem os estudantes – as reuniões estavam terminantemente proibidas, nem que fosse para discutir o mapa de exames. A associação [de estudantes] estava fechada e as suas instalações eram o covil dos gorilas onde eles tinham os seus instrumentos de ataque, correntes de bicicleta, paus de matraquilhos e tacos de basebol.

Em 12 de Outubro de 1972 é o assassinato de Ribeiro Santos, um período de grande luta e repressão, e em 1973 começa a haver uma maior organização do movimento associativo. Em Dezembro, tentámos fazer uma reunião, os gorilas atacaram e pela primeira vez deram, mas também levaram. Na sequência, há uma lista de pessoas, inclusive algumas que nem sequer estavam na faculdade nesse dia, que foram suspensas. O que se seguia já sabia o que era: estávamos em adiamento de incorporação por frequentar o ensino superior, tínhamos feito a inspecção [militar], e, sendo suspensos ou expulsos, deixava de se verificar o adiamento e iríamos para a guerra colonial. **Seria refractário?** Sim.

Foi o rosto de várias candidaturas do PCTP/MRPP até 2015. Porque saiu ou foi expulso?

Eu apresentei a minha demissão em Novembro, mas é um tema sobre o qual ainda não quero falar. Tenho o entendimento de que a História julgará os responsáveis por tudo o que se passou, mas creio que ainda temos de esperar mais algum tempo.

Na sua militância de mais de 40 anos teve muitos camaradas. Quem mais recorda?

José António Ribeiro Santos. Eu não era militante do MRPP nessa altura [assassinato], na faculdade integrava o movimento associativo influenciado e dirigido pelo MRPP, participava em acções contra a guerra colonial, mas, com o assassinato do Ribeiro Santos, decidi dar um passo em frente a passei a simpatizante da organização do MRPP para a juventude; depois tornei-me militante após o 25 de Abril. Ribeiro Santos é uma das pessoas que recordo, até porque estava a três metros dele, quando foi assassinado em Económicas [actual ISEG].

Recordo também o advogado Martins Soares, que estava previsto ser o meu patrono de advocacia; a Ana Gomes, que era uma mulher de armas, assisti a ela ser

O que se seguia já sabia o que era: estávamos em adiamento de incorporação por frequentar o ensino superior, tínhamos feito a inspecção [militar], e, sendo suspensos ou expulsos, deixava de se verificar o adiamento e iríamos para guerra colonial

É preciso que a gente não se esqueça que Hitler chegou ao poder pelas eleições

Temos uma liquidação sucessiva, paulatina e silenciosa dos direitos humanos

O Ministério Público foi-se tornando um Estado dentro do Estado



violentamente agredida na Faculdade de Direito pelos gorilas, agarrada pelos cabelos e arrastada pelos corredores da faculdade; a Aurora Rodrigues, um símbolo de luta contra a repressão antes e depois do 25 de Abril, presa e torturada pela PIDE, presa pelo Copcon [Comando Operacional do Continente dirigido por Otelo Saraiva de Carvalho] em 1975.

Quando falou pela última vez com Durão Barroso?

Nem me recordo [risos]. Já foi há muito, muito tempo. Pode ter acontecido na altura em que fiz parte do conselho geral da Ordem dos Advogados e era presidente da Comissão dos Direitos Humanos. Nessa qualidade e institucionalmente acompanhei inúmeras vezes o meu bastonário António Pires de Lima a cerimónias públicas e aí houve os cumprimentos protocolares que a situação e as funções exigiam.

Aspira a um futuro político?

Aquilo a que aspiro é que no fim da minha vida possa dizer que, de facto, estive sempre do lado dos mais fracos, dos mais indefesos e vulneráveis, lutando contra todas as injustiças. Aspirações político-partidárias não tenho, seguramente.

Que revolução deseja?

Ah, a revolução proletária, não mudei de ideias. Sou um marxista-leninista, continuo a entender que o mundo está cada vez mais necessitado de uma mudança radical, é cada vez mais um mundo em que as grandes riquezas e os grandes progressos científicos e tecnológicos são apropriados por uma pequena minoria para aumentar os seus ganhos. E que isso só se altera por uma modificação que tem necessariamente de ser pela força, porque não há nenhuma classe que esteja no poder que aceite tranquilamente ir-se embora.

Os principais ideólogos antimarxistas que clamam contra as ideias da revolução esquecem-se de que o sistema de que tanto gostam, o capitalismo, apeou pela força os senhores feudais. Essa violência para a burguesia parece absolutamente legítima com alguns laivos de ferocidade que todos conhecemos e que o senhor Presidente da República se encarregou de recordar, quando entendeu por bem na noite do célebre, triste e famigerado comunicado da procuradora-geral da República levar a ajudante-de-campo a conhecer a Travessa dos Távoras.

Se fosse norte-americano em

quem votaria?

Provavelmente em nenhum dos dois [risos], porque acho que a alternativa não é essa. Evidentemente que o Trump representa o ponto a que pode chegar a política quando as forças que se dizem de esquerda e progressistas abandonam o que sempre foram os seus princípios e os deixam tomar pelos populismos. É preciso que a gente não se esqueça que o Hitler chegou ao poder pelas eleições. **Disse que vivemos numa época perigosa para os direitos humanos. O que está em causa?** Temos uma liquidação sucessiva, paulatina e silenciosa dos direitos humanos, dos direitos mais básicos dos cidadãos. Quer pela inutilização prática desses direitos, quer por uma política de opacidade dos Estados, das administrações públicas.

Recordo que há uns anos uma colega sua quis saber quantos guarda-rios existiam em Portugal e a barreira de silêncio e opacidade que encontrou por parte do ministério e demais entidades públicas foi como se estivesse a perguntar pela localização de silos nucleares. A não prestação de contas, o faço o que quero, continua a cultivar a ideia de que o cidadão não é um sujeito activo e consciente de direitos mas um súbdito. Todo o ideário que aprendemos nos livros da instrução primária do fascismo, ainda que recauchutado ligeiramente, ficou incólume: “Não pagam para pensar”, “É Deus que nos ensina”, “Devemos obedecer aos nossos superiores”, “Manda quem pode, obedece quem deve”.

A Justiça, que é obviamente um tema muito importante para mim, é totalmente inacessível para a grande generalidade dos cidadãos. Inacessível em termos financeiros, não se deixa questionar e entende não dever prestar contas a ninguém, como temos visto.

Há que pôr ordem na casa do Ministério Público?

[Risos] É a célebre frase da ministra da Justiça que foi tão atacada, mas é correcta. A Justiça é um dos sectores fundamentais de uma sociedade que se diz democrática e é, precisamente, um dos sectores onde o 25 de Abril não entrou. Primeiro sintoma é que todos os juízes e todos os procuradores dos tribunais fantoches plenários, marionetas nas mãos da PIDE, que julgaram e condenaram resistentes e defensores da liberdade e democracia,



Entrevista de vida

puderam tranquilamente prosseguir e evoluir nas respectivas carreiras até ao fim. Isto não tem nenhum ressaibo de vingança, mas pelos crimes que se cometem devem-se assumir responsabilidades. No caso do assalto ao quartel de Beja em que um tio, Francisco Pestana, filho do meu avô Pestana, e um primo meu, Eugénio de Oliveira, os dois capitães, estiveram envolvidos, foram presos, torturados, condenados e encarcerados mais de cinco anos nas prisões do fascismo, o procurador da República do julgamento disse que tinha pena que o Código Penal não previsse a pena de morte, porque era a adequada para os traidores à pátria. Esse personagem pôde prosseguir tranquilamente a carreira, passou do Ministério Público para a magistratura judicial e chegou a presidente da secção criminal do Supremo Tribunal de Justiça.

A verdade é que, sobretudo na justiça criminal, mercê de uma deterioração crescente e da manipulação do modelo constitucional, o processo tem uma fase de instrução presidida por um juiz. Através de medidas impostas por via legislativa ou regulamentar, a criação de uma fase de pré-instrução inicialmente pensada para os crimes mais leves até dois anos, depois para todos, em que mediante o enfraquecimento da fiscalização jurisdicional, o Ministério Público foi-se tornando um Estado dentro do Estado. Não há prazos – os inquéritos têm um prazo de oito meses mas se durarem oito ou 16 anos não há problema nenhum –, o Ministério Público desenvolve ou não diligências conforme entende e a escuta transformou-se de meio excepcional a corriqueiro.

Quando estive na Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, escutava-se quatro vezes mais do que em França. Actualmente, escuta-se mais em Portugal do que na Alemanha, que tem oito vezes mais habitantes. Passámos a ter uma investigação criminal viciada na escuta e com a admissibilidade de se fazer a chamada “escuta de arrasto”. São perversões antidemocráticas, como as chamadas “averiguações preventivas”: em nome de se verificar se haveria indícios suficientes para instaurar um processo-crime os cidadãos estão um, dois, quatro, seis anos sujeitos a medidas invasivas da sua vida sem controlo.

Quando o vice-procurador-geral



da República no último congresso do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público procurou explicar que, como a sanção jurídica e política é fraca relativamente aos políticos que cometem irregularidades, afirmou que o Ministério Público se assume “como regulador ético social”. Temos um conjunto de pessoas que se julgam acima da lei e acima dos outros. Dotados de uma espécie de função divina que os torna moralmente superiores à generalidade. Atrás disto vem a lógica de que os fins justificam os meios, a tese legitimadora fundamental da doutrina jurídico-política do nazismo, de Carl Schmidt - o que leva, a certa altura, até a admitir a tortura: pois se é para atingir o objectivo legítimo, porque não usar qualquer meio que permita levar o arguido a confessar?

Esta lógica leva a uma Justiça que faz batota e perde o respeito e legitimação democrática. Se tivermos uma Justiça que actue como deve ser, com processo justo e equitativo, no respeito rigoroso das regras proferindo uma condenação, essa condenação impõe-se ao respeito da comunidade. Chegámos àquilo que eu, fiel a não mandar dizer por ninguém o que penso, acho que está muito próximo do grau zero do que deveria ser a justiça criminal de um Estado de direito democrático.

Denunciou relações promíscuas entre a investigação criminal e a imprensa...

Está-se a assistir a uma tentativa de transformar as comissões de inquérito numa espécie de organizações judiciais paralelas que não são

A chamada “precariedade” é um elemento fundamental da estratégia de utilização de mão-de-obra baratinha e em grande parte dos casos não muito qualificada



É um facto público e notório que nem sequer carece de prova. Com tranquilidade e frontalidade: a partir de certa altura deixámos de ter fugas ou violações pontuais, sempre criticáveis, do segredo de justiça, porque é uma batota...
... É um embuste?

Como está neste momento, é. E é uma violação de um princípio constitucional, da presunção de inocência, para passarmos a ter um sistema de vasos comunicantes, com ganhos recíprocos. Para quem está interessado em obter na opinião pública uma condenação antecipada, é um trunfo fundamental; para quem está interessado em ter notícias de parangonas que dão muitas audiências, é compensador. Isto tem de ser combatido com todas as energias, é um problema de princípio.

É estranho haver comissões parlamentares de inquérito em casos com processos judiciais em investigação?

Está-se a assistir a uma tentativa de transformar as comissões parlamentares de inquérito numa espécie de organizações judiciais paralelas que não são, nem podem ser. Para mim, é evidente que se alguém chamado a uma comissão parlamentar de inquérito está a ser visado ou já foi constituído arguido num processo-crime, constitui princípio fundamental de qualquer sociedade democrática minimamente evoluída o da não

auto-incriminação. Não há hipótese nenhuma de quem no processo-crime tem o direito ao silêncio possa ser forçado a falar ou confrontado com uma execração pública, um apedrejamento público numa comissão parlamentar de inquérito.

E no caso da audição de um familiar?

Idem idem, aspas aspas. Nos termos da Lei Penal também existe esse direito. Estes direitos foram conquistados contra práticas que decorreram durante séculos e de que sabemos as consequências: as denúncias anónimas, a confissão como rainha das provas. Isso são métodos inquisitoriais. Vivemos uma época perigosa, esta é uma responsabilidade dos principais partidos portugueses, a de terem seguido em grande medida a prática errada e oportunista de “se isto atinge os meus adversários, até me regozijo; só protesto quando bate nas minhas hostes”. Os abusos devem ser denunciados e não aceites atinjam quem atingirem.

É advogado de Trabalho. Há vontade de combater a precariedade?

Acho que não. A chamada “precariedade” é um elemento fundamental da estratégia de utilização de mão-de-obra baratinha e em grande parte dos casos não muito qualificada. No modelo imposto pela integração europeia, de sermos um país de serviços, do terciário de baixa qualificação – restauração, hotelaria e turismo –, há pessoas que não têm nenhuns direitos e que ganham muitíssimo menos dos que com contrato de trabalho. A extensão da precariedade também nos deve fazer reflectir.

Depois de algumas medidas legislativas para tentar combater a utilização fraudulenta de formas contratuais ditas de “trabalho autónomo” para encobrir relações de trabalho subordinado, assistimos a um fenómeno potenciado pelas novas tecnologias e de proletarização das actividades mais qualificadas: pelo conhecimento empírico que tenho, 90% dos médicos que trabalham nos hospitais privados operam já nem sequer sob a capa dos velhos e fraudulentos recibos verdes, mas de contratos de prestação de serviços entre o hospital e pequenas empresas, sociedades unipessoais de prestação de serviços médicos, que foram levados a constituir sob o argumento de vantagens fiscais.

Terroir

publico.pt/terroir

Terroir é um projecto digital do PÚBLICO dedicado ao vinho, com o apoio das 14 regiões vitivinícolas portuguesas, do Instituto da Vinha e do Vinho e da Andovi. A produção editorial é completamente independente destes apoios.

Vamos dar uma hipótese aos *pét-nat*

Há quem pense que *pét-nat* é o mesmo que vinho bruto, turvo e nem sempre limpo. Aqui ficam três sugestões para acabar com certos preconceitos

Edgardo Pacheco

Volta não volta, o mundo do vinho entra em crise. Faz parte das regras. Desta vez, a tempestade é perfeita e, a muitos níveis, original. Em quatro penadas o caso resume-se assim: a) existe uma redução de consumo de vinho a nível mundial no período pós-pandémico (na realidade consumiu-se vinho durante a covid-19 como se o mundo fosse mesmo acabar, pelo que o mais provável é estarmos perante uma correcção de mercado); b) a produção é, hoje, global e o vinho circula livremente em contentores como circulam parafusos ou detergentes; c) os consumidores estão viciados nos descontos dos 60 e 70 por cento e não querem saber muito do conceito de denominação de origem protegida; e, d), crescem como cogumelos personagens que – querendo salvar as nossas almas e os nossos corpos – tudo fazem para dificultar-nos o acesso a bebidas alcoólicas (alguns querem mesmo a abolição do álcool). Vai daí, produzir vinho é tão interessante como vender água engarrafada da Islândia.

Como é que todo este processo se vai corrigir é algo que ninguém sabe, mas, no meio da tal tempestade, não deixa de ser curioso que a categoria cujo consumo continua a crescer a valores generosos é o vinho espumantizado (Champagne, Prosecco, Cava, *sparkling wine*, espumante & companhia). Variadas razões explicam este fenómeno, mas a realidade é que os consumidores já assumiram que um espumante não é apenas uma bebida de festas, que um espumante é tão bom em Agosto como é em Janeiro e que é um vinho todo-o-terreno à mesa. Vai a todas.

Dentro da categoria dos vinhos espumosos, uma há que, sendo pouco conhecida/consumida, tem vindo também a crescer em termos de oferta: os vinhos *pétillant naturel*, mais conhecidos como *pét-nat*, e que são, digamos assim, o primeiro modelo daquilo que hoje conhecemos como vinhos efervescentes (Champagne ou espumantes).

Claro que, em termos de resultado final e sensorial, um Champagne face a um *pét-nat* é a diferença entre o dia e a noite. Em ambos os casos



O Lagoalva Pét-Nat 2023 encanta pelo perfil aromático, com notas cítricas e florais

temos um vinho final com gás natural que se desenvolve na garrafa durante a fermentação dos vinhos ou mostos, mas enquanto o método champanhês se aprimorou ao longo dos séculos, traduzindo-se o processo num vinho com grande refinamento a todos os níveis (aromas, limpidez, sabores, longevidade e até elegância estética na apresentação das garrafas), o *pét-nat* é um vinho bastante mais primário e simples. Se no caso do Champagne a segunda fermentação é feita a partir de vinho com açúcar e leveduras (o

licor de tiragem), com o *pét-nat* a fermentação é única e a partir de vinho não totalmente fermentado (logo, com açúcar). Coloca-se o mosto, fecha-se a garrafa com a carga, esperam-se alguns meses e nada mais. Não há qualquer processo de *dégorgement* ou filtração, razão pela qual estes vinhos chegam-nos sempre turvos, embora em graus diferentes.

Este carácter ancestral e primário dos *pét-nat* faz com que esta categoria seja muito apreciada pelos adeptos dos vinhos naturais porque não há adição de anidrido de enxofre (vulgo SO₂) – a *kryptonite* destes consumidores.

E se há muitos vinhos *pét-nat* que não primam pela elegância e refinamento aromático, outros há que se apresentam perfumados, desafiantes, refrescantes, gulosos e com

níveis de álcool baixos, mesmo a calhar nos tempos que correm. Esta questão do baixo álcool é, de resto, uma virtude dos *pét-nat*.

Posto isto, vamos a sugestões, começando pelo último vinho que nos calhou em prova: o Lagoalva Pét-Nat 2023. Feito de Arinto (80 por cento) e Fernão Pires (20 por cento), é um espumante que encanta pelo perfil aromático (notas cítricas e florais), pela limpidez de sabores e pela leveza, o que até pode ser um perigo porque quando damos por ela a garrafa já vai a meio. Custa 10 euros.

Também lançado por estes dias foi Vale da Mata Pét-Nat 2023 (universo Rocim), que se apresenta em tons rosados pelo facto de juntar as castas Tinta Roriz, Vital e Arinto. Está delicado de aromas, com uma mistura de frutos vermelhos frescos

e mineralidade. Na boca, refrescante e com bolha finíssima. Custa cerca de 11 euros.

Por fim, o *pét-nat* Pequenos Rebentos Loureiro 2022, de Márcio Lopes. Não é uma novidade, mas desde que o provámos numa mercearia lisboeta que temos repetido a compra. Pelo facto de ter mais um ano, é um vinho com mais estrutura e sabores e aromas mais complexos, que já exigem algum petisco na mão esquerda. Custa 19 euros.

Cada um usará estes vinhos como entender. Para nós, dão jeito quando recebemos amigos mal passam a porta de entrada (em particular aqueles preconceituosos que acham que *pét-nat* não é bem um vinho), quando estamos a ler um jornal ou enquanto esperamos que um estufado se apure antes de seguir para a mesa. Até a malta da cerveja se rende.

Cinema

Lisboa

Cinema City Alvalade
Av. de Roma, 100. T. 214221030
Banel & Adama M12. 13h30, 19h40;
A Última Sessão de Freud M12. 15h20;
A Ama de Cabo Verde M12.
13h40; **Divertida-Mente 2** M6. 13h25,
15h35, 17h40 (VP), 19h50 (VO); **Deadpool**
& Wolverine M12. 15h10, 21h45; **A Ilha**
Vermelha M12. 17h30; **Crossing - A**
Travessia M14. 19h25; **Elis & Tom: Só Tinha**
de Ser com Você M12. 17h20, 21h30; **Oh Lá**
Lá! M12. 15h25, 21h35; **Isto Acaba Aqui** M12.
17h45, 21h45; **Yupumá** M12. 20h15; **Juan**
Mariné: Um Signo de Cinema 13h25
Cinema City Campo Pequeno
Centro de Lazer. T. 214221030
Gru - O Maldispuesto 4 M6. 13h15,
15h45 (VP); **Divertida-Mente 2** M6.
13h25, 15h15, 15h40, 17h30, 19h45, 21h45
(VP), 17h40, 19h35, 21h35 (VO); **Deadpool**
& Wolverine M12. 13h25, 15h20, 16h05,
17h50, 18h45, 19h10, 21h25, 21h50;
O Coleccionador de Almas M16. 22h;
Oh Lá Lá! M12. 17h55, 19h50; **Armadilha**
M12. 13h30, 21h30; **Borderlands** M12. 13h10,
15h10, 19h40, 21h55; **Isto Acaba Aqui** M12.
13h10, 16h15, 17h10, 19h15, 21h40; **Super**
Wings O Filme: Velocidade Máxima M6.
13h35, 15h35 (VP)
Cinema Ideal
Rua do Loreto, 15/17. T. 210998295
Banel & Adama M12. 19h50; **A Ilha**
Vermelha M12. 15h45, 21h30; **Elis & Tom:**
Só Tinha de Ser com Você M12. 18h
Cinemas Nos Alvaláxia
R. Francisco Stromp. T. 16996
Banel & Adama M12. 13h05, 15h20,
17h30, 19h40, 21h50; **Gru - O Maldispuesto**
4 M6. 13h20, 15h40, 18h40 (VP), 21h10
(VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14.
21h25; **Divertida-Mente 2** M6. 13h45,
16h15, 18h40 (VP), 20h40 (VO); **Podia**
Ter Esperado por Agosto 13h10, 15h50,
18h30, 21h20; **Tornados** M12. 13h30,
16h10; **Deadpool & Wolverine** M12. Sala
Atmos - 14h, 17h10, 21h; **O Coleccionador**
de Almas M16. 20h50; **A Ilha Vermelha** M12.
13h40, 16h20, 19h, 21h35; **Oh Lá Lá!** M12.
13h25, 15h45, 18h20; **Armadilha** M12. 13h35,
16h, 18h35, 21h05; **Borderlands** M12. 14h30,
16h50, 19h10, 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12.
13h15, 16h05, 18h55, 21h45; **Super Wings**
O Filme: Velocidade Máxima M6. 13h50,
16h25, 19h05 (VP); **Geração Low-cost**
M14. 21h10; **Deadpool & Wolverine**
M12. 18h50, 21h40 (3D)
Cinemas Nos Amoreiras
C.C. Amoreiras. Av. Engº Duarte Pacheco.
Banel & Adama M12. 13h20, 15h30;
A Última Sessão de Freud M12. 20h50;
Gru - O Maldispuesto 4 M6. 13h40, 16h20,
18h40 (VP), 20h40 (VO); **Divertida-Mente**
2 M6. 13h25, 15h50, 18h20 (VP), 21h
(VO); **Podia Ter Esperado por Agosto**
13h10, 15h45, 18h20, 21h; **Deadpool &**
Wolverine M12. 13h10, 16h10, 18h55,
21h40; **A Ilha Vermelha** M12. 18h; **Oh Lá**
Lá! M12. 13h30, 16h, 19h, 21h20; **Isto**
Acaba Aqui M12. 13h45, 16h50, 20h25
Cinemas Nos Colombo
Edifício Colombo, loja A203. Av. Lusíada.
Gru - O Maldispuesto 4 M6. 13h20, 16h20,
18h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h10,
15h50, 18h20 (VP), 13h40, 16h30 (VP/3D),
19h, 21h, 23h30 (VO); **Podia Ter Esperado**
por Agosto 17h40, 20h30, 24h; **Deadpool &**
Wolverine M12. Sala Atmos - 14h, 17h,
20h40, 23h50; **Deadpool & Wolverine** M12.
Sala Imax - 12h40, 15h30, 21h30, 00h25; **O**
Coleccionador de Almas M16. 21h50,
00h20; **Armadilha** M12. 13h30, 16h, 18h30,
21h40, 00h15; **Borderlands** M12. 13h, 15h40,
18h, 21h10, 24h; **Isto Acaba Aqui** M12.
13h50, 17h20, 20h50, 00h10; **Super Wings**
O Filme: Velocidade Máxima M6. 12h50,
15h15 (VP); **Pacto de Redenção** M12. 21h20,
23h40; **Borderlands** M12. Sala Imax - 18h40

Banel & Adama



Estreias

Banel & Adama
De Ramata-Toulaye Sy. Com
Khady Mane, Mamadou Diallo,
Binta Racine Sy, Moussa Sow.
FRA/Senegal/Mali/Qatar. 2023.
87m. Drama. M12.
Banel e Adama nunca saíram da
pequena aldeia senegalesa onde
nasceram. Apesar de serem
muito diferentes, eles estão
apaixonados e dispostos aos
maiores sacrifícios para viver o
seu amor.

A Ilha Vermelha
De Robin Campillo. Com Nadia
Tereszkiewicz, Quim Gutiérrez,
Charlie Vauselle, Amely
Rakotoarimalala. BEL/FRA/
Madagáscar/Afganistão.
2023. 117m. Drama. M12.
Início da década de 1970, quando
em Madagáscar existia uma das
últimas bases militares francesas.
Naquele lugar paradisíaco viviam
várias pessoas ligadas aos
militares destacados. Entre eles
está Thomas, um miúdo de dez
anos que, à medida que vai
crescendo, vai vendo com novos
olhos tudo o que se passa à sua
volta.

Depois do Ensaio
De Ingmar Bergman. Com
Erland Josephson, Lena Olin,
Ingrid Thulin. SUE/FRA. 1983.
72m. Drama. M12.
Depois de um ensaio, o
encenador Henrik tem um
encontro com Anna, filha de
Rakel, uma antiga amante. Em
conversa, ela partilha com ele
várias histórias relacionadas com
a mãe, já falecida e com quem
tinha um mau relacionamento.

Isto Acaba Aqui
De Justin Baldoni. Com Blake
Lively, Justin Baldoni, Jenny
Slate, Hasan Minhaj. EUA. 2024.
m. Drama, Romance. M12.
A história, que é uma reflexão

sobre relações tóxicas, segue Lily
a partir do momento em que
conhece Ryle, um cirurgião por
quem se apaixona perdidamente
e com quem inicia uma relação
amorosa.

Borderlands
De Eli Roth. Com Gina Gershon,
Cate Blanchett, Haley Bennett,
Kevin Hart, Jack Black, Jamie
Lee Curtis, Ariana Greenblatt.
EUA. 2024. 102m. Comédia,
Acção. M12.
Inspirado num dos mais
conhecidos videojogos da
Gearbox Software,
“Borderlands” acompanha um
grupo de desajustados que chega
ao planeta Pandora para resgatar
a filha desaparecida do dono de
uma das mais poderosas
empresas de armas da galáxia.

Mulheres Que Esperam
De Ingmar Bergman. Com Anita
Bjork, Maj-Britt Nilsson, Eva
Dahlbeck, Gunnar Bjornstrand.
SUE. 1952. 107m. Comédia
Dramática. M12.
Quatro mulheres aguardam o
regresso dos seus respectivos
maridos, todos irmãos. À volta
de uma mesa, elas partilham
segredos e discorrem sobre os
seus casamentos.

Super Wings O Filme:
Velocidade Máxima
Com Zhang JiaQi (Voz),
Youxuan Wu (Voz). China/
Coreia do Sul. 2023. 79m.
Animação. M6.
A história passa-se quando o
vilão Billy Willy elabora um
plano para raptar alguns
influenciadores da Cidade
Grande e enviá-los para o espaço.
Quem tem a responsabilidade de
salvar o dia são os elementos dos
Super Wings que, quando se
juntam, são capazes das maiores
proezas.

Cinemas Nos Vasco da Gama
C.C. Vasco da Gama, Parque das Nações.
Divertida-Mente 2 M6. 10h50, 13h20,
15h50, 18h30 (VP), 21h (VO); **Podia**
Ter Esperado por Agosto 13h15,
15h55; **Tornados** M12. 18h45,
21h30; **Deadpool & Wolverine** M12.
Sala Atmos - 13h10, 16h10, 19h05, 22h,
23h40; **Armadilha** M12. 13h05, 15h45,
18h25, 21h05, 23h50; **Borderlands** M12.
13h30, 16h, 18h40, 21h10, 23h40; **Isto**
Acaba Aqui M12. 13h25, 16h30, 20h45,
23h45; **Super Wings O Filme: Velocidade**
Máxima M6. 11h (VP)
Medeia Nimas
Av. 5 Outubro, 42B. T. 213142223
Underground - Era Uma Vez um País... M14.

18h; **Sonata de Outono** M12. 14h;
A Paixão 21h30; **A Prisão** 16h;
UCI Cinemas - El Corte Inglés
Av. Ant. Aug. Aguiar, 31. T. 213801400
Patti Smith, Poeta do Rock M12.
19h30; **Banel & Adama** M12. 17h, 19h15;
A Última Sessão de Freud M12. 16h25,
19h05, 21h40; **Gru - O Maldispuesto 4** M6.
14h10 (VP); **Horizon: Uma Saga Americana**
- Capítulo 1 M14. 15h50; **Divertida-Mente**
2 M6. 13h50, 16h20, 18h45 (VP), 21h10
(VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 13h45,
18h50; **Memória** M14. 13h35, 18h40;
Podia Ter Esperado por Agosto 16h05,
21h25; **Tornados** M12. 14h20,
21h30; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20,
14h, 16h10, 16h55, 19h, 21h05, 21h50;

As estrelas

	Jorge Mourinha	Luis M. Oliveira	Vasco Câmara
Armadilha	—	—	★★★★☆
Banel e Adama	★★★★☆	—	★★★★☆
Borderlands	—	★★★★☆	—
O Coleccionador de Almas	★★★★☆	—	—
Deadpool & Wolverine	—	★★★★☆	—
Depois do Ensaio	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Geração Low Cost	—	★★★★☆	★★★★☆
A Ilha Vermelha	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Mais que Nunca	—	★★★★☆	★★★★☆
Mulheres que Esperam	—	★★★★☆	★★★★☆
Podia Ter Esperado por Agosto	—	●	●
Tornados	★★★★☆	●	★★★★☆
A Travessia	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
● Mau ★☆☆☆☆ Mediocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★★ Muito Bom ★★★★★ Excelente			

O Coleccionador de Almas M16. 19h10,
21h55; **A Ilha Vermelha** M12. 16h15, 19h;
Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você M12.
16h35, 21h45; **Oh Lá Lá!** M12. 13h40, 16h30,
18h55, 21h20; **Armadilha** M12. 13h30,
19h30, 22h; **Borderlands** M12. 14h15, 16h50,
19h20, 21h55; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15,
13h45, 16h, 16h40, 18h50, 21h15,
21h40; **Super Wings O Filme: Velocidade**
Máxima M6. 14h30, 16h45 (VP); **Mais Que**
Nunca M14. 13h25, 21h35

Almada

Cinemas Nos Almada Fórum
R. Sérgio Malpique 2. T. 16996
Gru 4 M6. 12h50, 15h10, 17h30, 19h50
(VP/2D), 13h40, 16h (VP/3D), 22h10
(VO/2D); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14.
18h05, 20h40, 23h; **Divertida-Mente 2** M6.
13h, 15h20, 17h40, 20h (VP), 13h20, 15h50,
18h10, 20h35, 23h10 (VO); **Leva-me Para a**
Lua M12. 12h25, 15h15; **Podia Ter Esperado**
por Agosto 12h55, 15h40, 18h20, 20h55,
23h35; **Tornados** M12. 12h45, 15h20, 17h55,
21h20; **Deadpool & Wolverine** M12. Sala
Atmos - 13h, 15h55, 18h40, 21h30 (2D),
18h20, 21h05 (3D); **O Coleccionador de**
Almas M16. 22h15; **Oh Lá Lá!** 13h15, 15h45,
17h55, 20h30, 23h20; **Armadilha** M12.
13h30, 16h05, 18h30, 21h15,
23h40; **Borderlands** M12. 13h25, 15h40,
18h20, 21h10, 23h25; **Isto Acaba Aqui** M12.
12h20, 15h, 18h, 20h50, 23h35; **Super Wings**
O Filme: Velocidade Máxima M6. 14h,
16h20 (VP); **Pacto de Redenção** M12. 18h50,
21h40; **Deadpool & Wolverine** M12. Sala
4DX - 12h10, 15h05, 17h45, 20h50,
23h30; **Borderlands** M12. Sala 4DX - 12h50

Amadora

UCI Cinemas - Ubbo
Estrada Nacional 249/1, Venteira.
Gru - O Maldispuesto 4 M6. 13h35, 15h55
(VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h55, 14h15,
16h20, 16h40, 18h45, 19h05, 21h10 (VP),
21h35 (VO); **Tornados** M12. 14h; **Deadpool**
& Wolverine M12. 13h20, 16h10, 16h35,
18h55, 21h20, 21h50; **O Coleccionador**
de Almas M16. 19h, 21h15; **Oh Lá Lá!** M12.
14h10, 19h15; **Armadilha** M12. 18h35,
21h05; **Borderlands** M12. 14h05, 16h45,
19h10, 21h45; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15,
16h, 16h30, 18h50, 21h25, 21h40; **Super**
Wings O Filme: Velocidade Máxima
M6. 14h30, 16h50 (VP)

Cartaz, críticas, trailers
e passatempos em
cinecartaz.publico.pt



Caldas da Rainha

Cineplace La Vie
Gru - O Maldispuesto 4 M6. 17h
(VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h,
17h10, 19h20 (VP), 21h30 (VO); **Deadpool**
& Wolverine M12. 14h, 16h40, 19h20;
A Abelha Maia e o Ovo Dourado M6. 12h10
(VP); **Armadilha** M12. 19h; **Borderlands** M12.
21h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h40, 16h20,
19h, 21h40; **Super Wings O Filme:**
Velocidade Máxima M6. 13h, 15h (VP)

Sintra

Castello Lopes - Alegro Sintra
Alegro Sintra, Alto do Forte. T. 219184352
Gru - O Maldispuesto 4 M6. 13h10, 15h20,
17h30 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15,
16h30, 18h45, 21h (VP); **Divertida-Mente**
2 M6. 13h15, 15h20, 17h25, 19h30 (VP); **Podia**
Ter Esperado por Agosto 14h15, 16h40,
19h05, 21h30; **Deadpool & Wolverine** M12.
13h35, 16h10, 18h45, 21h20; **Oh Lá Lá!** M12.
19h40, 21h40; **Armadilha** M12.
21h35; **Borderlands** M12. 13h10, 15h15,
17h20, 19h25, 21h35; **Isto Acaba Aqui** M12.
13h20, 16h, 18h40, 21h20

Loures

Cineplace - Loures Shopping
Gru - O Maldispuesto 4 M6. 12h20, 13h,
14h10, 17h10 (VP); **Divertida-Mente 2** M6.
13h, 15h, 17h10, 19h20, 21h30 (VP); **Podia**
Ter Esperado por Agosto 21h40; **Deadpool**
& Wolverine M12. 16h10, 18h50, 21h30;
A Abelha Maia e o Ovo Dourado M6.
13h20, 15h20 (VP); **Oh Lá Lá!** M12.
17h20; **Armadilha** 19h20; **Borderlands**
M12. 15h, 19h10, 21h20; **Isto Acaba**
Aqui M12. 13h40, 16h20, 19h, 21h40; **Super**
Wings O Filme: Velocidade Máxima
M6. 13h30, 15h30, 17h30, 19h30 (VP)

Oeiras

Cinemas Nos Oeiras Parque
Gru - O Maldispuesto 4 M6. 12h55, 15h25,
17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h,
13h30, 16h20, 19h10 (VP/2D), 14h30, 17h
(VP/3D); **Podia Ter Esperado por**
Agosto 22h15; **Deadpool & Wolverine** M12.
12h45, 15h45, 18h45, 21h45 (2D), 20h, 22h45
(3D); **A Ilha Vermelha** M12. 20h15, 23h;
Oh Lá Lá! M12. 13h45, 16h, 18h20, 21h; **Isto**
Acaba Aqui 12h35, 15h30, 18h25, 21h20

Lazer

MÚSICA

Bons Sons
TOMAR Cem Soldos. De 8/8 a 11/8. 30€ (dia) e 65€ (passe)
Ana Lua Caiano, Cara de Espelho, Club Makumba, Conferência Inferno, Expresso Transatlântico, Ganso, Gisela João, Rafael Toral, Teresa Salgueiro, The Legendary Tigerman e Unsafe Space Garden estão entre os mais de 40 artistas chamados a fazer a festa na aldeia. É a 12.ª edição de um festival que se distingue pelo ambiente bucólico e genuíno, pela ligação à terra e pelo envolvimento da comunidade local. Além de concertos, oferece dança, cinema, oficinas, conversas, exposições, jogos tradicionais, caminhadas com burros e muitas actividades para famílias. Mais informações em www.bonssons.pt.

Mar Me Quer
PORTIMÃO Zona Ribeirinha. De 8/8 a 10/8, das 18h à 1h. 20€ (dia), 45€ (passe)
Neste festival comprometido com a sustentabilidade, a causa verde espalha-se através da música. A terceira edição conta com Teto, Wet Bed Gang, Bárbara Bandeira e José Pinhal Post-Mortem Experience (hoje), Slow J, Lon3r Johny, Van Zee e Abba Experience (amanhã), e Mariza, Bárbara Tinoco, Badoxa, Klepht e Tributo aos Xutos & Pontapés (sábado).

TEATRO

À Primeira Vista
LISBOA Teatro Maria Matos. De 17/7 a 10/8. Quinta a sábado, às 21h. M/14. 20€
Uma advogada brilhante, habituada a defender homens acusados de abuso, torna-se, ela própria, vítima de violação. Escrita pela anglo-australiana Suzie Miller, a peça tem impressionado plateias e coleccionado aplausos e louvores – incluindo dois Oliviers e um Tony – desde a estreia em Sydney, em 2019. Esta versão portuguesa é encenada por Tiago Guedes e interpretada por Margarida Vila-Nova, a quem cabe o desafio de encarnar essa mulher apanhada em teias em que “o poder patriarcal da lei, o ónus da prova e a moral divergem”. A peça, que tem esgotado plateias, está a entrar na recta final da primeira temporada, mas já tem regresso anunciado para 18 de Setembro.

Jogos

Jogue também online.
Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos



Totoloto

7 13 17 38 45 8

1.º Prémio 2.000.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

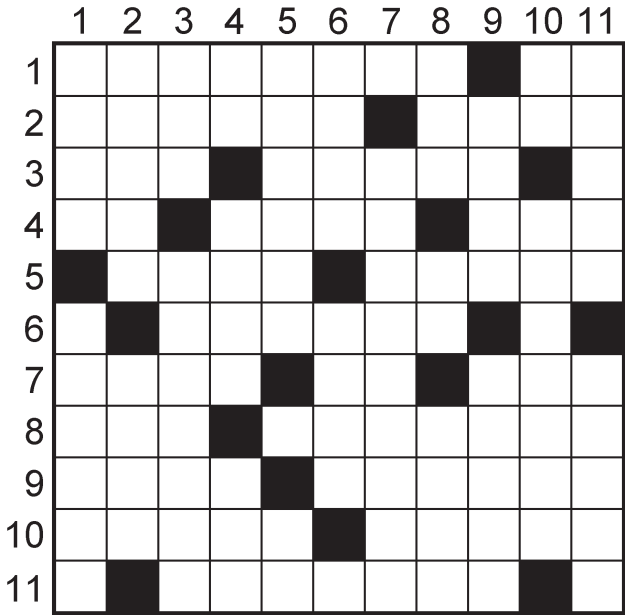
Paulo Freixinho
palavascruzadas@publico.pt

Cruzadas 12.516

HORIZONTAIS: **1** - Apelou a consenso nacional para realizar eleições no Bangladesh. Computador Pessoal. **2** - Ave de rapina, que vive de noite, de canto melancólico e fúnebre. Governo tem plano de evacuação “pronto a ser activado” para portugueses neste país. **3** - Avançavam. Vinho de maçãs. **4** - Antes de Cristo. Irral (interj.). Galicismo (abrev.). **5** - Capital do Gana. Navegador. **6** - Que não tem mistura. **7** - Nas praias portuguesas está mais contaminada este ano, alerta a Zero. Planta liliácea oriunda da China. Sigla de Polyvinyl chloride. **8** - Latim (abrev.). Perda dos sentidos. **9** - Elemento de formação de palavras com o significado de ideia. Repetir. **10** - Palha. Joga. **11** - Ganhar juízo.

VERTICAIS: **1** - Cada uma das pontas do bigode. Copo com pé. **2** - Vinho obtido pela destilação dos cachos de palmeira. Reses em geral. **3** - Interjeição imitativa de uma detonação. Prudência. **4** - Extraterrestre. “Nem com toda a sede ao pote, nem com toda a fome à (...)”. Alertou para aumento de casos de Covid-19 e para o risco de variante mais severa. **5** - Limpar, friccionando. Eles. **6** - Desmoronar-se. Liguei. **7** - Portugal tem “excesso” destes médicos. **8** - Título honorífico britânico. «A» + «o». Alvo (fig.). **9** - Nome de qualquer guisado ou ensopado (Brasil). Dar à luz. **10** - Na mitologia grega, deus dos rebanhos, das campinas e dos bosques. Enfeitar. **11** - Mamífero marsupial australiano, arborícola. Polipeiro marinho.

Solução do problema anterior
HORIZONTAIS: **1** - Mondo. Aspas. **2** - Apalpar. Aro. **3** - GAU. Icto. Rn. **4** - Senhorios. **5** - Ab. Aal. Lio. **6** - Uma. Amuo. **7** - Cruzeiros. **8** - On. Ufa. Rolo. **9** - Mo. Luta. UE. **10** - Bus. Setúbal. **11** - Atetose. Era. **VERTICAIS:** **1** - Magia. Comba. **2** - OPA. Burnout. **3** - Naus. Mu. Se. **4** - Dl. Azul. **5** - Opina. Efuso. **6** - Acha. lates. **7** - Artolar. Ate. **8** - Or. Mor. **9** - Pa. Iluso. BE. **10** - Arroio. Luar. **11** - Sonso. Goela.



Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: EO

NORTE
♠ AQ1093
♥ 853
♦ 982
♣ Q10

OESTE
♠ 864
♥ 102
♦ AKQ
♣ J9753

ESTE
♠ J752
♥ QJ97
♦ 64
♣ 862

SUL
♠ K
♥ AK64
♦ J10753
♣ AK4

Oeste	Norte	Este	Sul
passo	1♠	passo	2♥
passo	2♠	passo	2ST
passo	3ST	Todos passam	

Leilão: Qualquer forma de bridge.
Carteio: Saída: 5♣. Qual a melhor linha de jogo?
Solução: Oito vazes estão à vista e podemos esperar vir a fazer mais uma em espadas ou em ouros. Se optarmos pelos ouros, teremos que perder a mão três vezes e esperar que a defesa não consiga fazer outras duas entretanto. Se, em vez disso, jogarmos pelas espadas, é importante prestar atenção ao bloqueio que existe, assim como reparar que a única entrada existente no morto é a Dama de paus. Se houvesse uma segunda entrada, poderíamos fazer a primeira vaza em Sul para jogar desde logo o Rei de espadas, iríamos ao morto para continuar a jogar espadas e, se necessário, cederíamos uma vaza a espadas para o Valeta antes de ter oportunidade de voltar ao morto para encaixar a quinta espada. Mas, sem essa segun-

da entrada, teremos que equacionar um plano alternativo.
Jogar pelas espadas é realmente a melhor hipótese, uma vez que uma distribuição 4-3 (ou o Valeta à segunda) é suficiente para se realizar quatro vazes nesse naipe, mas, para se otimizar o único acesso disponível para o morto, teremos que jogar da seguinte forma: Ás de paus na primeira vaza, Rei de espadas que prendemos com o Ás do morto, Dama de espadas e o 10 de espadas para forçar a saída do Valeta. Se a defesa insistir em paus, fazemos a Dama do morto, o 9 e o 3 de espadas que fica firme nessa altura, copa para o Ás e temos ainda os reis de paus e de copas para completar as nove vazes!

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
1♠	X	passo	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠85 ♥AQ4 ♦Q103 ♣AJ962

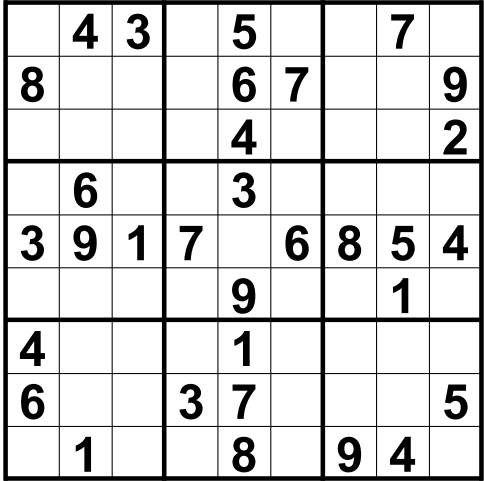
Resposta: Nos leilões competitivos, a voz de 1ST não promete jamais uma defesa no naipe dos adversários quando ela é anunciada sob a pressão de uma voz forçante por parte do parceiro, como é o caso do dobre negativo nesta situação. A voz de 2♣ prometaria um mínimo de cinco cartas a paus, mas um jogo irregular.

Novos cursos de Bridge estão aí à porta, em Setembro e Outubro com novos horários e em diferentes níveis, do zero aos níveis mais avançados. No Centro de Bridge de Lisboa existe uma equipa de dez professores. Saiba mais através do e-mail centrodebridge@gmail.com, ou pelo bridgepublico@gmail.com.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

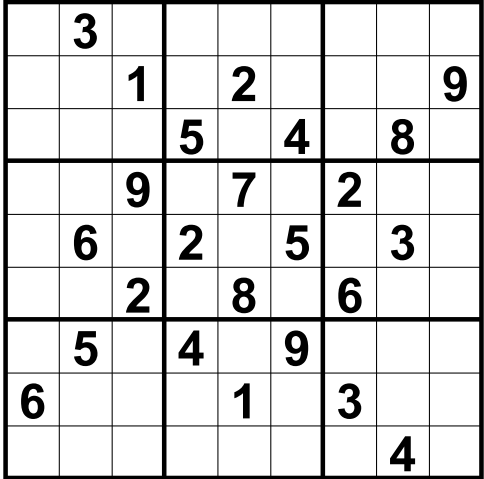
Problema 12.796 (Fácil)



Solução 12.794

3	8	5	7	9	1	6	4	2
2	7	6	8	4	3	1	9	5
9	4	1	5	6	2	8	7	3
1	6	4	3	7	8	2	5	9
5	2	3	6	1	9	7	8	4
7	9	8	4	2	5	3	6	1
4	3	7	2	5	6	9	1	8
8	5	9	1	3	7	4	2	6
6	1	2	9	8	4	5	3	7

Problema 12.797 (Difícil)



Solução 12.795

6	1	2	4	3	5	7	8	9
8	9	3	7	1	6	5	4	2
4	7	5	2	9	8	1	6	3
1	2	6	8	4	9	3	5	7
7	8	9	5	2	3	4	1	6
3	5	4	6	7	1	9	2	8
9	6	8	1	5	7	2	3	4
5	4	7	3	8	2	6	9	1
2	3	1	9	6	4	8	7	5

CINEMA

Old Henry
Nos Studios, 19h40
No activo desde o final dos anos 1980, Tim Blake Nelson é uma cara que será familiar a muitos espectadores do cinema e da televisão americanos das últimas décadas, mesmo que o nome não seja. Apareceu em filmes dos irmãos Coen, Steven Spielberg e Steven Soderbergh, no universo cinematográfico Marvel ou séries como *Watchmen*. Este filme de 2021, um *western* escrito e realizado por Patsy Ponciroli, coloca-o no centro como protagonista e não secundário, como tem sido habitual desde há quase quatro décadas. É a história de um agricultor que, no início do século XX, protege o seu filho de bandidos que os atacam. Teve estreia no Festival de Veneza. O elenco inclui ainda Scott Haze, Gavin Lewis, Trace Adkins e Stephen Dorff.

Um Agente na Corda Bamba
Cinemundo, 00h05
Wes Block (Clint Eastwood) é um detective da polícia de Nova Orleães. Divorciado e com duas filhas, começa a seguir o caso de um violento assassino e violador em série que costuma ter como alvos prostitutas. Block acaba por se envolver demasiado no caso: o assassino persegue-o e vai matando prostitutas com quem o próprio polícia esteve. O detective, uma das personagens mais atormentadas que Eastwood fez até então, vai, assim, percebendo que tem mais em comum com o assassino do que pensava e vai aprendendo a respeitar mais as mulheres. É um *thriller* psicológico neo-*noir* de 1984 escrito e realizado por Richard Tuggle. A crer nos rumores, o próprio Eastwood, que achou que Tuggle era lento a trabalhar, terá realizado a maioria do filme. Com Geneviève Bujold, Dan Hedaya, Alison Eastwood.

SÉRIES

The Umbrella Academy
Netflix, streaming
Estreia da quarta temporada. Adaptada da banda desenhada homónima escrita por Gerard Way, vocalista da banda My Chemical Romance, e ilustrada por Gabriel Bá, esta série desenvolvida por Jeremy Slater com Elliot Page no centro conta a história de um conjunto de super-heróis que se tornaram irmãos quando foram adoptados pelo mesmo homem e que, mais velhos, se juntam para resolver o mistério da morte do pai e ainda

Televisão

Os mais vistos da TV

		%	Aud.	Share
Cacau	TVI	9,4	19,2	
Dilema - Especial	TVI	8,7	18,0	
A Promessa	SIC	8,5	17,5	
Jornal da Noite	SIC	8,3	18,1	
Senhora do Mar	SIC	7,5	20,1	

FONTE: CAEM

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.15** Hora da Sorte - Lotaria Popular **14.23** Escrava Mãe

17.30 Portugal em Directo

19.59 Telejornal

21.01 Salto de Fé

21.42 Joker

22.45 Taskmaster

0.42 S.W.A.T.: Força de Intervenção

1.28 Grande Entrevista

2.24 Terra 4.0
2.37 Escrava Mãe

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.15** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.35** Querida Filha **16.00** Linha Aberta **17.00** Júlia

18.50 Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

21.55 A Promessa

22.45 Senhora do Mar

0.00 Nazaré

0.40 Papel Principal - A Vingança **0.55** Travessia **1.45** Passadeira Vermelha **2.05** Cartaz **2.50** Volante **3.05** Terra Brava

RTP2

6.02 Repórter África **6.30** Jogos Olímpicos de Verão - Paris (Águas Abertas) **9.20** Jogos Olímpicos de Verão - Paris (Atletismo) **12.00** Jogos Olímpicos de Verão - Paris (Natação Artística) **13.15** Jogos Olímpicos de Verão - Paris (Vôlei de Praia) **14.00** Jogos Olímpicos de Verão - Paris (Saltos para a Água) **16.00** Jogos Olímpicos de Verão - Paris (Ciclismo Omnium) **18.30** Jogos Olímpicos de Verão - Paris (Atletismo) **21.00** Jogos Olímpicos de Verão - Paris (Vela) **21.15** Jogos Olímpicos de Verão - Paris **21.30** Jornal 2 **22.01** O Veterinário de Província **22.46** Folha de Sala **22.53** Renoir, Retratos de uma Época em Mudança **23.48** Heróis Lendários

0.42 Sangue em Viena

1.29 Excursões Air Lino **2.09** Prova Oral **3.27** Folha de Sala **3.33** Luís de Matos - Impossível **4.38** Raizes e Frutos **5.26** Nada Será como Dante **5.53** Folha de Sala

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.35** A Sentença **15.25** A Herdeira **16.30** Goucha

17.45 Dilema

19.57 Jornal Nacional

21.15 Dilema

21.55 Cacau

22.40 Festa É Festa

23.55 Dilema

2.00 O Beijo do Escorpião

2.35 Deixa Que Te Leve

RTP1 8,9%

RTP2 4,3

SIC 14,1

TVI 14,4

Cabo 38,0

TVCINETOP

16.31 No Rasto do Assassino **18.26** One Shot - Missão de Resgate **20.00** Shrapnel **21.30** Joker **23.31** Visões **1.31** Um Lugar Silencioso

STAR MOVIES

17.53 O Grande Desafio **19.41** Perseguição sem Tréguas **21.15** McQuade, o Lobo Solitário **23.08** O Exterminador Implacável **1.01** Desaparecido em Combate 2 **2.33** Espécie Mortal II

HOLLYWOOD

16.55 King Kong **19.55** Ladrões de Elite **21.30** Tenet **0.00** Máquina Zero: Lei do Retorno

AXN

16.25 SWAT.: Força de Intervenção **17.59** The Rookie **21.06** Hudson & Rex **22.00** Investigação Criminal **22.54** Punisher - Zona de Guerra

STAR CHANNEL

15.43 Hawai Força Especial **17.14** Investigação Criminal: Los Angeles **18.54** Magnum P.I. **20.29** Hawai Força Especial **22.15** Investigação Criminal: Hawai'i **23.03** Chicago P.D. **0.43** Magnum P.I.

DISNEY CHANNEL

17.15 Gravity Falls **18.55** Monstros: Ao Trabalho! **19.15** Hamster & Gretel **20.00** Os Green na Cidade Grande

DISCOVERY

16.29 Tiger Shark King **17.24** The Aquarium **19.12** Aventura à Flor da Pele XL **21.00** Jaws in the Shallows **21.57** Mako Mania: Batalha Pela Califórnia **22.54** Terror na Torre do Tubarão **23.51** Tubarão Branco Assassino: Natal Fatal **0.46** Tubarão vs. Kraken **1.31** Sobreviver ao Tubarão Branco

HISTÓRIA

16.07 O Inexplicável **19.39** Engenharia Antiga **22.15** Impérios da Antiguidade **0.08** Tesouros Malditos

ODISSEIA

15.59 Guardiães das Florestas **18.43** O Veterinário Bizarro **19.28** Cães Muito Mal-Educados **23.17** Cães da Neve **0.10** Caçadores de Lagostas

impedir o apocalipse vindouro. Esta quarta época será a derradeira e, ao contrário das anteriores, que tinham dez episódios, terá apenas seis.

A Lenda de Shahmaran
Netflix, streaming

Estreia da segunda temporada. A série de fantasia turca escrita por Pinar Bulut baseada num livro de Emine Buzkan Kaynak que se estreou no início de Janeiro do ano passado está devolta. Centra-se numa palestrante de psicologia que viaja de Istambul até Adana, onde descobre gente com um fascínio por Shahmaran, uma criatura mítica que é meio mulher, meio cobra, e se cruza com um homem misterioso chamado Maran.

DOCUMENTÁRIOS

Renoir, Retratos de Uma
Época de Mudanças
RTP2, 22h53

Estreia. Visto pelos outros como um radical por ter sido um dos inventores do impressionismo, o pintor francês Pierre-Auguste Renoir (1841-1919) via-se a ele próprio como alguém que estava a continuar a tradição da pintura, com particular influência do período rococó. Este documentário de 53 minutos realizado em 2022 por Linn Sackarnd conta a história de como Renoir se tornou pintor e o que é que o marcou.

Taken Together: Who Killed
Lyric and Elizabeth?
Max, streaming

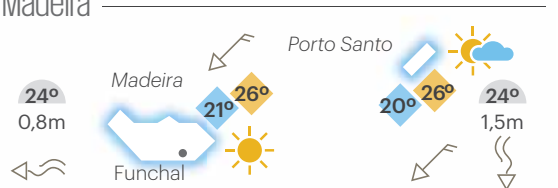
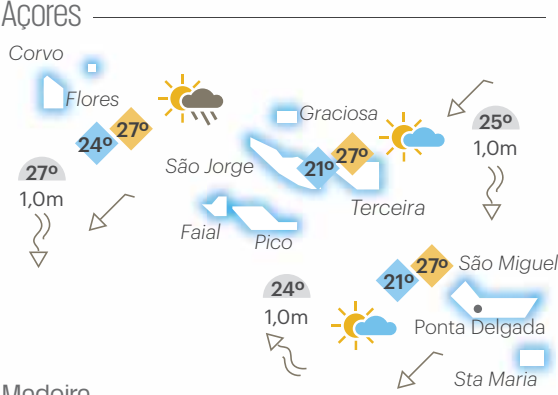
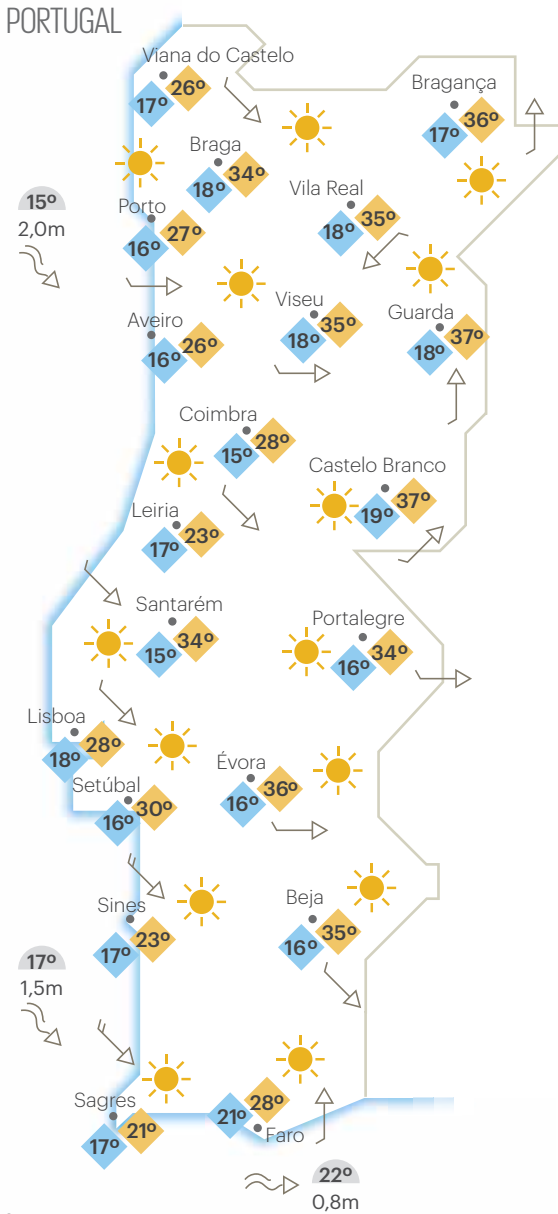
Estreia. Em Julho de 2012, as primas Lyric Cook-Morrissey e Elizabeth Collins, na pequeníssima cidade de Evansdale, no Iowa, Estados Unidos, foram raptadas enquanto estavam a andar de bicicleta e, depois, assassinadas. Para trás ficaram apenas as bicicletas, uma mala e um telemóvel. Os corpos foram encontrados em 2012. O caso ainda está por resolver. Esta série documental de três partes, assinada por Dylan Sires, que fotografou o caso, tenta encontrar algumas pistas.

INFORMAÇÕES

Grande Entrevista - Jorge Palma
RTP1, 01h28

Jorge Palma, o cantautor e pianista que está no activo na música desde o final dos anos 1960, é o convidado desta semana de Vítor Gonçalves para uma entrevista de fundo sobre a vida e obra do autor e intérprete de canções como *Frágil*, *A gente vai continuar* ou *Deixa-me rir*.

Meteorologia

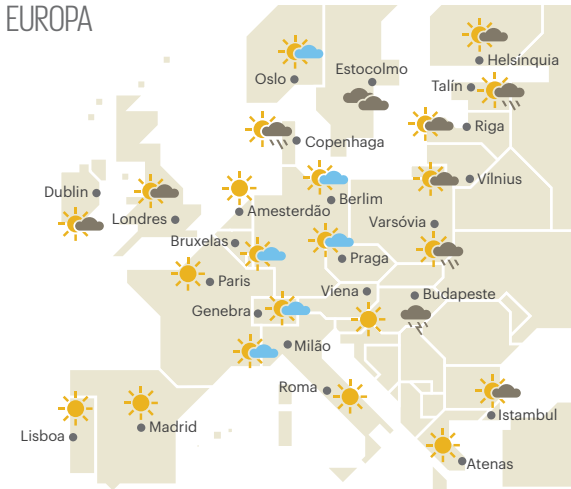
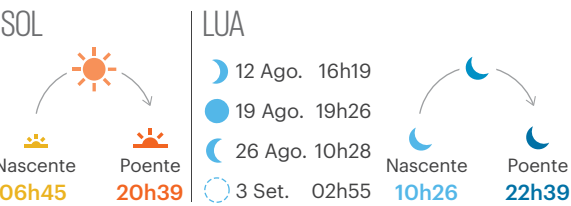
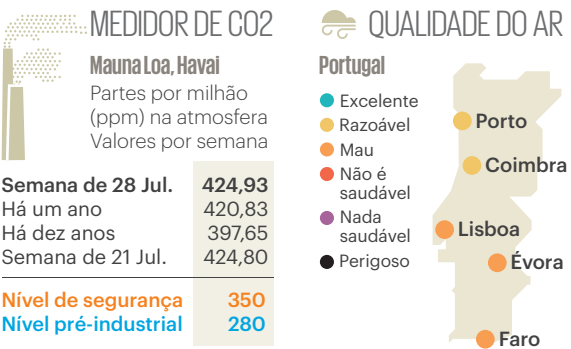


MARÉS

	Preia-mar	Baixa-mar	*de amanhã
Leixões	m		
06h01	3,1		
11h58	0,9		
18h13	3,2		
00h26*	0,8		
Cascais	m		
05h36	3,1		
11h29	1,0		
17h48	3,2		
23h57	1,0		
Faro	m		
05h39	3,0		
11h23	0,9		
17h56	3,2		
23h49	0,9		

PRÓXIMOS DIAS LISBOA

Sexta-feira, 9	Sábado, 10	Domingo, 11
19° 32°	18° 31°	18° 30°
Índice UV Vento Humidade	Índice UV Vento Humidade	Índice UV Vento Humidade
M. alto Fraco 61%	M. alto Fraco 55%	M. alto Fraco 62%



TEMPERATURAS °C

	Min.	Máx.		Min.	Máx.
Amesterdão	19	23	Roma	22	35
Atenas	24	34	Viena	18	28
Berlim	15	24	Bissau	25	30
Bruxelas	18	24	Buenos Aires	5	9
Bucareste	19	34	Cairo	26	38
Budapeste	19	29	Caracas	19	31
Copenhaga	14	22	Cid. do Cabo	11	15
Dublin	13	21	Cid. do México	14	25
Estocolmo	14	23	Dili	22	32
Frankfurt	15	26	Hong Kong	27	34
Genebra	15	29	Jerusalém	21	32
Istambul	22	31	Los Angeles	18	31
Kiev	18	28	Luanda	19	25
Londres	18	22	Nova Deli	26	30
Madrid	23	38	Nova Iorque	19	23
Milão	23	33	Pequim	25	34
Moscovo	14	22	Praia	25	29
Oslo	13	22	Rio de Janeiro	21	32
Paris	17	27	Riga	15	24
Praga	14	25	Singapura	27	33

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL



HÁ 50 ANOS,
FOI PROMULGADA A LEI DA

DES-COLONI-ZAÇÃO

A segunda série de “Racismo em Português” revisita as memórias do que foi o maior movimento migratório do século XX em direcção a Portugal.

Quem eram os colonos?
Que relação tinham com as populações locais?
Como foi a sua vinda para Portugal quando se tornaram no “lembrete desconfortável” do passado?

Todas as semanas, uma grande reportagem de Joana Gorjão Henriques. Leia no PÚBLICO e em publico.pt

BARTOON LUÍS AFONSO



Poucas medalhas e muita frustração – o que falha em Portugal



João Miguel Tavares

Até pode ser que as coisas melhorem nos próximos dias, com a entrada em cena dos portugueses da canoagem e de Pedro Pichardo no triplo salto, mas até agora o sentimento nacional que impera é o de frustração. O medalheiro de Portugal nos Jogos Olímpicos de Paris está bastante abaixo das quatro medalhas obtidas em Tóquio em 2021, e as *performances* dos dois Ribeiro em que o país depositava grandes esperanças – o nadador Diogo e o *skateboarder* Gustavo – foram enormes desilusões. À falta de medalhas, passámos a celebrar os diplomas, que são atribuídos até ao oitavo lugar e permitem ligeiras manifestações de entusiasmo entre os atletas presentes.

Mas sabe a pouco. E sempre que isso acontece – e acontece quase sempre, de quatro em quatro anos – brotam os textos lamentosos,



HUGO DELGADO/LUSA

como este, sobre a mediocridade do nosso desporto de alta competição. Sim, temos o omnipresente futebol, mas nem esse esteve em Paris. Nem futebol, nem andebol, nem basquetebol, nem voleibol, nada nos desportos colectivos, e pouco nos desportos individuais. E quando comparamos Portugal com outros países europeus de dimensão semelhante, o desânimo agrava-se.

Até à hora em que escrevo, Portugal conquistou uma medalha. A Grécia, que tem 10 milhões de

“A má performance de Portugal não se explica apenas pela questão da pobreza e também não se explica pela dimensão do país

habitantes, como nós, e é um dos poucos países da União Europeia mais pobres, tem sete. A Irlanda, que tem menos de cinco milhões de habitantes, também tem sete medalhas, quatro de ouro. A Bélgica (11 milhões) tem cinco. A Hungria (10 milhões) tem oito. A Suíça (nove milhões) tem sete. A Croácia (quatro milhões) tem cinco. A Suécia (10 milhões) tem oito – e nos últimos Jogos Olímpicos de Inverno teve mais 18. Isto já para não falar dos habituais recordistas de medalhas *per capita*, como os Países Baixos (19 medalhas até agora, mais 17 nos Jogos Olímpicos de Inverno) ou a sempre notável Nova Zelândia – nove medalhas, com apenas cinco milhões de pessoas e 25 milhões de ovelhas.

Por aqui se vê que a má *performance* de Portugal não se explica apenas pela questão da pobreza – do Uganda à Guatemala, há países muitíssimo mais pobres à nossa frente no medalheiro –, ainda que esse facto não seja propriamente desprezível, e também não se explica pela questão da dimensão do país. Explica-se como, então? Explica-se com as palavras do próprio presidente do Comité Olímpico de Portugal, que antes de partir para Paris fez uma visita ao Presidente da República, e parecia que já

adivinhou o que iria acontecer. Disse José Manuel Constantino que, se as coisas não corressem “de acordo com as expectativas”, os responsáveis iriam “ler e ouvir de tudo”.

Cito: “Que não devia ter ido tanta gente, que fomos gastar dinheiro dos impostos dos portugueses, que o problema reside no desporto escolar, que falta cultura desportiva aos portugueses, que o que faz falta é um plano nacional de rendimento desportivo.” Constantino disse ainda que é preciso perceber como é que países com demografia e PIB inferiores ao português conseguem melhores resultados. “Aí encontramos um factor distintivo: a base de praticantes desportivos é bem superior.” O segredo está, pois, na “capacidade de elitização” e na “variedade das modalidades” disponíveis. Como sempre em Portugal, é tudo uma questão de prioridades políticas, de qualidade sustentada da oferta e da capacidade de gestão do Estado – matérias em que andamos há décadas a ganhar medalhas, mas de cortiça. E isso paga-se caro na hora de competir com os melhores.

Colunista
jmtavares@outlook.com

P PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Todos os conteúdos do jornal estão protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa, da União Europeia e dos Tratados Internacionais, não podendo ser utilizados fora das condições de uso livre permitidas por lei sem o consentimento expresso e escrito da PÚBLICO, Comunicação Social, S.A.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos

125 16
5 601073 016056

Assine o PÚBLICO e receba 3 meses grátis de acesso à FILMIN

Assista ao cinema que muda tudo

CONTACTE-NOS: assinaturas.online@publico.pt • 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h)

ASSINE JÁ

publico.pt/assinaturas